



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social

**Camila de Almeida Nava**

***Por ventura muito boa mãe: aspectos psicossociais da maternidade de mulheres em  
situação de violência doméstica***

Mestrado em Psicologia Social

São Paulo

2023



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social

**Camila de Almeida Nava**

***Por ventura muito boa mãe: aspectos psicossociais da maternidade de mulheres em  
situação de violência doméstica***

Mestrado em Psicologia Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Cristina Garcia

São Paulo

2023

Banca Examinadora

---

---

---

A Francisca,  
A todas as mulheres que sobrevivem diariamente,  
E àquelas que não sobreviveram às violências perpetradas pelo machismo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)  
- Código de Financiamento 001

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a todas as mulheres que me antecederam e pavimentaram o caminho para que eu pudesse chegar até aqui e conquistar esse título.

Agradeço a Francisca, a mulher incrível que inspirou essa pesquisa e gentilmente aceitou o convite para narrar a sua história e compor na co-autoria desta dissertação. Em seu nome, agradeço a todas as mulheres cujas histórias tive a oportunidade de acompanhar e que contribuíram para este trabalho.

Agradeço à CAPES pelo financiamento dessa pesquisa. Não disporia de recursos para concluir esse trabalho sem o financiamento. Que o investimento em pesquisa seja prioritário em nosso país.

Agradeço a minha orientadora Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carla Cristina Garcia por ter aceitado me acompanhar nessa jornada acadêmica, por compartilhar todo o seu conhecimento, por me ensinar a ouvir a minha própria voz e a colocá-la no mundo.

Agradeço à Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Valeska Zanello pelo seu trabalho em saúde mental e gênero, que me apresentou novas possibilidades no meu fazer profissional a partir do viés de gênero na psicologia e despertou meu interesse pela pesquisa que estava adormecido. Você é inspiração e referência nesse trabalho.

Agradeço à Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cecília Pescatore Alves e à Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Beatriz Borges Brambilla por terem aceitado o convite para comporem minha banca de qualificação, e mais do que isso, por todo o cuidado na leitura do meu trabalho, pela precisão nas contribuições, pelo acolhimento e pelas trocas ao longo do percurso. E à Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Joana Azevedo Lima por aceitar compor a banca de defesa.

Agradeço à Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Cristina Gonçalves Vicentin pela acolhida em sua disciplina *Violências de Estado e Impactos Psicossociais: Diálogos entre Pesquisa e Política* que proporcionou reflexões importantes e contribuiu de forma inestimável para esta pesquisa.

Agradeço a minha analista, Alessandra Balaban, por ter me ajudado a sustentar o desejo pelo mestrado e por cuidar da minha saúde mental. Esse momento não seria possível sem você.

Agradeço à amiga Júlia, por ter feito esse percurso antes de mim e me provado que era possível, pelo apoio que me deu ao longo de todo o meu processo no mestrado e pelas trocas na vida.

Agradeço às amigas de trabalho Cecília, Gabi, Karen e Suelen pelas trocas cotidianas, essa pesquisa é fruto de muitas das coisas que aprendi com vocês e das reflexões a partir de tudo que compartilhamos ao longo desses anos. Cláudia, Luciana e Rebeca as trocas com vocês são sempre muito frutíferas, tem um pouquinho de cada uma de vocês nesse trabalho, obrigada! Agradeço em especial a Suelen, que não mediu esforços para me amparar na conclusão dessa dissertação, mesmo tendo que se sobrecarregar em diversos momentos. Não tenho palavras para agradecer o apoio de vocês.

Agradeço a gestão municipal por autorizar a realização desta pesquisa, pelo apoio na efetivação desse trabalho ao conceder redução de carga horária e trabalho remoto sempre que possível.

Agradeço as colegas do NIP: Nathali, Jamile, Camilinha, Natália, Malu e Tainá pelas trocas, acolhimentos e auxílios nessa jornada. Nossos encontros virtuais às sextas à noite durante a pandemia foram essenciais para humanizar esse processo, obrigada por tudo. Agradeço às demais colegas que pude conhecer e trocar experiências ao longo da caminhada. Em especial Nata, Malu e Tatá, vocês foram as melhores companhias para essa aventura acadêmica, sem vocês essa caminhada teria sido muito mais árdua. Obrigada por acreditarem em mim quando nem eu achei que seria possível, que continuemos caminhando juntas.

Agradeço a Natália, amiga que a pós-graduação me deu de presente, por todo o afeto, escuta carinhosa, companhia, incentivo e por me lembrar sempre de ser generosa comigo mesma. Nossos *audiões* salvaram vários dos meus dias.

Agradeço aos meus pais, Isabel e Roberto, por tanto amor, por sempre me ensinarem a valorizar a educação e por acolherem minha decisão pelo mestrado. Pai, obrigada por me apoiar em todas as minhas escolhas. Mãe, com todo o seu afeto e exemplo ao questionar e subverter o estereótipo da feminilidade, sem saber você me ensinou o feminismo na prática, muito obrigada. Amo vocês!!

Agradeço a Adriana, minha companheira de vida, por ter me apresentado o feminismo, por me estimular a seguir esse sonho e não me deixar desistir nos momentos mais difíceis. E também por assumir outras responsabilidades para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa. Te.

Agradeço ao amigo Leandro que sempre esteve presente e interessado nessa pesquisa. Acompanhou de perto essa tessitura, participou gentilmente da leitura de cada etapa e me estimulou a seguir sinalizando sempre a importância desse trabalho.

Agradeço às amigas da vida Carol, Débora e Grazi que compartilharam suas experiências sobre a maternidade e me ajudaram a refletir ao longo deste trabalho.

Agradeço aos meus filhos peludos, por me acolherem nos momentos de cansaço e desespero e pela companhia ao longo das várias horas de estudo e escrita.

Agradeço aos amigos e familiares por compreenderem minhas ausências ao longo desse período para que pudesse concretizar esse sonho.

## **RESUMO**

Além de um problema de saúde pública, a violência de gênero é também um problema social cujas causas são historicamente baseadas em fatores como a desigualdade de gênero, econômica e o machismo estrutural. A violência doméstica contra as mulheres vem sendo objeto de interesse de pesquisas científicas em diferentes áreas do conhecimento. No entanto, a produção científica sobre violência doméstica contra as mulheres associada a maternidade, tendo como foco o estudo das mulheres é escassa. Assim, a partir das epistemologias feministas, dos estudos de gênero, e da psicologia social crítica o presente estudo pretende compreender a relação que mulheres em relacionamentos violentos têm com a maternidade; analisar os impactos da maternidade na vida das mulheres em situação de violência doméstica e fomentar estudos sobre maternidade e violência doméstica, desnaturalizando a associação entre feminilidade e maternidade e entre maternidade e gestação. Como metodologia realizamos a narrativa de história de vida de uma mulher com filhos concebidos durante a vivência de violência doméstica.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência doméstica contra as mulheres, maternidade, epistemologia feminista, psicologia

## **ABSTRACT**

In addition to being a public health problem, gender violence is also a social problem whose causes are historically based on factors such as gender and economic inequality and structural male chauvinism. Domestic violence against women has been the object of interest in scientific research in different areas of knowledge. However, scientific production on domestic violence against women associated with maternity, focusing on the study of women, is scarce. Thus, from feminist epistemologies, gender studies, and critical social psychology, this study aims to understand the relationship that women in violent relationships have with motherhood; to analyze the impacts of motherhood on the lives of women in situations of domestic violence and to promote studies on motherhood and domestic violence, denaturalizing the association between femininity and motherhood and between motherhood and pregnancy. As a methodology, we carried out the narrative of the life story of a woman with children conceived during the experience of domestic violence.

**KEYWORDS:** domestic violence against women, motherhood, feminist epistemology, psychology

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS, INJUSTIÇA EPISTÊMICA CONTRA AS MULHERES E SEUS EFEITOS NA PSICOLOGIA.....	1
CAPÍTULO 1 - SOBRE A VIOLÊNCIA.....	18
1.1. Violência como estrutura e Violência Doméstica contra as mulheres.....	18
1.2. Violência Doméstica contra as mulheres nas Políticas Públicas .....	31
CAPÍTULO 2 - SOBRE A MATERNIDADE .....	49
2.1. O mito do amor materno e o dispositivo materno .....	49
2.2. A psicologia como tecnologia de gênero.....	59
CAPÍTULO 3 - <i>SOZINHA A GENTE CABE EM QUALQUER LUGAR, MAS COM FILHO NÃO: A MATERNIDADE NAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES</i> .....	68
CAPÍTULO 4 - ANO PASSADO EU MORRI MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO.....	93
4.1. Contextualização do tema e seleção de participantes .....	93
4.2. Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes.....	97
4.2.1. <i>Tive duas famílias e nenhuma das duas prestou: a história de Francisca</i> .....	102
4.2.2. <i>A maioria de nós sofremos isso: agressões, violência</i> .....	103
4.2.2.1. <i>Eles planejaram em detalhes meu destino: narrativa da Violência Intrafamiliar</i> .....	103
4.2.2.2. <i>Às vezes eu sinto as mesmas dores das pancadas que eu já levei: narrativa da Violência Doméstica Contra as Mulheres</i> .....	109
4.2.2.3. <i>E o engraçado é que eu fiz denúncia: Violência Institucional e outras violências</i> .....	117
4.2.3. <i>Por ventura muito boa mãe: A experiência da maternidade</i> .....	122
4.2.4. <i>É bem complicado ter filhos no meio de uma violência tão grande</i>	127
4.2.5. <i>A nossa briga nunca foi por dinheiro, sempre foi por liberdade</i> ...	129

4.2.6. <i>Transformar uma experiência ruim num grande projeto</i> .....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	139
Referências Bibliográficas .....	144
Anexo i.....	155

## **INTRODUÇÃO - EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS, INJUSTIÇA EPISTÊMICA CONTRA AS MULHERES E SEUS EFEITOS NA PSICOLOGIA**

A epistemologia é uma teoria do conhecimento que responde às perguntas: quem pode ser sujeito de conhecimento e como se conhece o que é verdade. Indagamos então, podem, as mulheres, serem sujeitas de conhecimento? A epistemologia trata das provas a que devem ser submetidas as crenças para serem legitimadas como conhecimento. Questionamos, por acaso se referem apenas às provas que devem ser aplicadas às experiências e observações masculinas? A epistemologia aborda os tipos de coisas que podem ser conhecidas. Por fim, perguntamos se as verdades subjetivas podem ser consideradas conhecimento? (HARDING, 1987).

O campo denominado como epistemologias feministas vem sendo construído desde a década de 1970, associada à terceira onda<sup>1</sup> do movimento feminista, a qual partia dos estudos de gênero sobre o lugar social das mulheres na ciência. O termo epistemologia feminista se refere, nesse sentido, a uma vertente de análise da ciência a partir de marcadores sociais, com foco na influência das questões de gênero na produção científica (LIMA, LINO, *et al.*, 2019).

Em linhas gerais, as epistemologias feministas irão criticar a ciência tradicional moderna quanto a sua suposta universalidade, neutralidade, objetividade, racionalidade e autonomia na produção de saber. A crítica se baseia no fato de que, para as feministas, tais conceitos são ficcionais, pois o sujeito da ciência moderna é masculino, e a história tem sido contada, exclusivamente, a partir do ponto de vista dos homens da raça e da classe dominante (DAUDER, 2003). Parte-se de uma concepção de humano que pode ser entendida como o conceito universal de homem (ARRAZOLA, 2002). Apesar do poder hegemônico ser masculino e branco, estes são considerados os pressupostos universais do discurso científico (TAPIA, 2003). Trata-se, portanto, do privilégio epistêmico, no qual apenas alguns sujeitos se encaixam, a saber, os homens, brancos. As mulheres, tal

---

<sup>1</sup> Compreendemos o movimento feminista pela divisão de três ondas históricas, e nos localizamos em um período de transição, na iminência de sua quarta onda. A primeira onda teve início em 1673 com a publicação do texto “sobre a igualdade entre os sexos”, do filósofo francês Poulin de la Barre (1647 - 1723), considerada a primeira obra feminista centrada na demanda pela igualdade sexual, e termina em 1792 com a Revolução Francesa (GARCIA, 2011). A segunda onda compreendeu os anos de 1848, com a Declaração de Sêneca Falls, a 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A terceira onda teve início em 1949, após o fim da Segunda Guerra Mundial, com as publicações de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, e *A Mística Feminina* (1963), de Betty Friedan.

como as pessoas não-brancas, têm sido excluídas do processo de produção de conhecimento, pois historicamente a produção científica tem sido um domínio destinado aos homens (BANDEIRA, 2008).

Londa Schienbinger (2001) aponta que a ciência não é de gênero neutro, mas que “valores geralmente atribuídos às mulheres foram excluídos da ciência e que desigualdades de gênero foram construídas na produção e estrutura do conhecimento” (p. 26). Assim, a exclusão das mulheres do processo de produção de conhecimento gera uma compreensão enviesada das situações. Pois, à medida que as perguntas de pesquisa formulam questões que interessam exclusivamente aos homens, desconsidera-se que os fenômenos que são problemáticos pela perspectiva masculina, nem sempre são tidos como tal nas experiências das mulheres. E é necessário ressaltar que as mulheres vivenciam fenômenos sociais específicos que se tornam problemas que requerem explicação (HARDING, 1987).

Apesar de na antropologia existir um campo de literatura centrada nas mulheres e produzida por mulheres, ainda são mulheres que se ocupam de mulheres. No entanto, observa-se na nova antropologia, ou antropologia "das mulheres", mudança na consciência das próprias cientistas, na qual "'seus problemas' não são mais somente 'seus', e a relação entre os sexos já não parece mais um dado a ser descrito, mas uma construção social a ser elucidada" (MATHIEU, 2021, p. 108).

Teresa de Lauretis (2000) aponta que na década de 1970, quando o feminismo questionava o que era uma mulher, descobriu-se a inexistência das mulheres nos discursos enquanto sujeitos. No entanto, elas participavam constantemente dos discursos na posição de objeto, sobre quem era falado, mas nunca a partir da própria voz. “Nós nos vimos apenas com olhos masculinos. Nós pensávamos que nossa fala era sintomática ou não autorizada, e que a nossa escrita, na melhor das hipóteses, poderia expressar o silêncio das mulheres na linguagem dos homens” (LAURETIS, 2000, p. 130) tradução nossa). Nesse sentido, Donna Haraway (1995), traz uma valiosa contribuição ao afirmar que os "saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento 'objetivo' (p. 36)".

Diversas pesquisadoras e epistemólogas feministas (HARAWAY, 1995); (HARDING, 1987); (HARDING, 1993); (KELLER, 1984) argumentaram que o conhecimento não pode ser dissociado do tempo e do lugar de sua produção. As autoras destacaram assim, que as hierarquias de gênero, representadas na dominação masculina e na subalternidade feminina, influenciam diretamente na forma como a ciência é construída e organizada.

As epistemologias feministas propõem como forma de amenizar essa desigualdade de gênero, a inclusão da máxima pluralidade de perspectivas na comunidade científica. Ou seja, a universalidade da ciência moderna daria lugar à pluriversalidade. Tal medida teria o objetivo de facilitar o questionamento dos valores hegemônicos constitutivos da ciência tradicional, a partir da participação de grupos tradicionalmente excluídos da produção de saber científico (DAUDER, 2003). Para as epistemologias feministas, a objetividade da ciência está vinculada à democratização do conhecimento, incluindo os grupos marginalizados, a fim de que o conhecimento não seja produzido exclusivamente pelas elites de gênero, raça, classe, sexualidade e localização geográfica, que compõem as instituições de pesquisa.

Londa Schienbinger (2001) acrescenta que para haver igualdade das mulheres na ciência, são necessárias mudanças não apenas individualmente nas mulheres, mas em toda a estrutura científica: os currículos acadêmicos, as teorias, os laboratórios, as prioridades e os programas de pesquisa.

Ao revelar a masculinidade do sujeito da ciência moderna, a pretensa universalidade e neutralidade da ciência tradicional são automaticamente questionadas. Além de questionar a universalidade e a neutralidade da ciência tradicional, essa proposta também se opõe à noção de objetividade, pois quem conduz a pesquisa se apresenta como um indivíduo real, histórico, com desejos e interesses particulares e específicos (HARDING, 1991). Donna Haraway (1995) a partir do conceito de conhecimentos situados, irá defender que não há objetividade, neutralidade e imparcialidade puras, mas que todo conhecimento parte de determinados recortes de parcialidade e contingência e considerá-las leva a uma produção de conhecimento socialmente comprometida e responsável. Assim, segundo Maíra Kubík Mano e Jules Falquet sobre o pensamento de Nicole-Claude Mathieu:

"do ponto de vista situado, pensando não apenas na pessoa que observa, mas também na pessoa observada, que também produz conhecimento. (...) a vontade e a possibilidade de construir não apenas uma ciência melhor, mas uma ciência das oprimidas e dos oprimidos, com o fim de acabar com a opressão" (MATHIEU, 2021, p. 27)

A partir de reflexões do pensamento feminista, compreendeu-se que as críticas feministas não bastavam para promover mudanças na conjuntura teórico-explicativa que governava a ciência. Tornava-se necessário, então, propor um outro referencial que não excluísse sujeitos da experiência científica, que abordasse a subjetividade como parte da produção científica, que rompesse com o dualismo e a universalidade do sujeito da ciência (LIMA, LINO, *et al.*, 2019). Como afirma Dauder (2003), não se tratam de demandas metodológicas que, a partir de um feminismo empirista, pretendam eliminar os vieses sexistas da atividade científica, mas de propor formas de fazer melhor ciência ao incorporar aspectos ético-políticos, a partir das epistemologias feministas.

Diante disso, é preciso discutir um ponto pouco debatido na epistemologia ocidental, o que a filósofa inglesa Miranda Fricker intitulou de "Injustiça Epistêmica" (2007), uma vez que a ciência moderna (re)produz injustiça testemunhal e hermenêutica contra as mulheres. Injustiça testemunhal a medida que o crédito epistêmico é dado àqueles que são considerados sujeito, ou seja, os homens. E injustiça hermenêutica, uma vez que os conhecimentos são construídos a partir do viés do universal masculino. Ou seja, são os homens que constroem conhecimentos sobre as mulheres, o que obviamente produz uma hermenêutica que os representa, mas não necessariamente a elas.

O termo Injustiça Epistêmica define o tipo de injustiça que ocorre quando excluímos a contribuição de uma ou mais pessoas para a produção, disseminação e manutenção do conhecimento. Ela é cometida quando um grupo que possui algum tipo de vantagem ou poder social nega a credibilidade a determinados agentes epistêmicos. Isto é, a injustiça epistêmica é o ato de desacreditar da palavra do outro com base em algum preconceito. Os membros de um grupo com poder de identidade direciona a fala do grupo, criando conceitos epistemológicos e disseminando conhecimentos criados a partir de uma injustiça, de um viés. Muitas vezes o preconceito fica omitido, mas é a base do problema. Trata-se, antes de mais nada, de uma falta de ética, pois considera que o outro (aquele que fala) não é tão humano quanto aquele que julga e, por esse motivo, é menos legítimo para produzir conhecimento, sendo então necessário analisar seu discurso.

A autora afirma que a injustiça epistêmica pode ser de dois tipos, injustiça testemunhal e injustiça hermenêutica, e em ambas a causa da injustiça é a discriminação, o preconceito.

A Injustiça Testemunhal ocorre quando a pessoa que transmite um testemunho sofre de déficit de credibilidade, ou seja, a ela é atribuído menos crédito epistêmico do que é devido a um falante em particular, motivado por um preconceito de identidade por parte de quem recebe o testemunho em questão. O informante é então lesado em sua capacidade como conhecedor, e essa situação pode ser compreendida como um tipo de dano moral (FRICKER, 2007).

A Injustiça Hermenêutica ocorre quando alguma área significativa de sua experiência social fica obscurecida do entendimento coletivo devido a um preconceito estrutural de identidade presente nos recursos hermenêuticos coletivos (FRICKER, 2007). Ou seja, ocorre por falta de recursos interpretativos coletivos para nomear e compreender experiências. Do ponto de vista epistemológico, aqueles que detêm algum tipo de poder social podem vir a ter uma vantagem injusta na formação de entendimentos sociais coletivos, sobre os que não possuem esse poder (FRICKER, 2007).

Refletindo sobre essas contribuições, é evidente que em um sistema patriarcal, machista, misógeno, androcêntrico, classista, brancocentrado e heteronormativo como o brasileiro, as mulheres (e os outros grupos subalternizados) sofrem a injustiça testemunhal, uma vez que estes grupos de pessoas têm seu discurso e seu saber constantemente questionado ou invalidado. Situação que se intensifica ainda mais quando se trata de violência doméstica contra as mulheres, uma forma de violência na qual a vítima<sup>2</sup> precisa provar que é vítima para acessar seus direitos. A essas mulheres não lhes é conferido crédito epistêmico sobre sua vivência, ao contrário, seu relato é questionado e desacreditado, inclusive por profissionais da rede de enfrentamento e proteção que deveriam acolhê-la.

A autora aponta ainda que todas as mulheres sofrem de marginalização hermenêutica, pois há uma maquinação social desenhada especificamente para manter

---

<sup>2</sup> Neste trabalho evitaremos a utilização do termo vítima para nos referirmos às mulheres em situação de violência doméstica. Apesar do avanço jurídico no reconhecimento das mulheres enquanto vítimas, ou seja, aquela que sofre a ação ou omissão do autor do delito, compreendemos que esta nomenclatura remete uma posição passiva, historicamente associada do feminino e a qual pretendemos desconstruir.

mulheres em uma situação de participação hermenêutica desigual, na qual não só elas não contribuem igualmente na criação de recursos hermenêuticos coletivos como também enfrentam limitações nas interpretações individuais das suas próprias experiências sociais (FRICKER, 2007). Novamente, a situação se complexifica nos casos de violência doméstica contra as mulheres. Pois, os aparatos legais são originalmente patriarcais, e apesar dos avanços conquistados, principalmente pela Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e em decorrência desta, a estrutura machista e patriarcal se mantém. E conseqüentemente sua hermenêutica reproduz os valores da estrutura, o que acaba por reproduzir violências contra as mulheres.

A filósofa espanhola Fina Birulés (2015), partindo dos estudos de Hannah Arendt, aponta que quando uma pessoa sofre uma injúria por sua condição, seja ela de classe, raça, gênero, religião, ou qualquer outra, esta pessoa deixa de ser uma pessoa singular e passa a representar, a partir de então, aquele grupo cuja característica compartilha. Assim, a partir desse momento, ela deixa de ser um ser humano e se torna um exemplar da espécie, substituível por qualquer outro.

Neste ponto do estudo da autora é possível traçar um paralelo com a injustiça epistêmica, de Miranda Fricker, apresentada anteriormente. Como já citado, esta é originada por um preconceito de identidade, ou seja, por uma convicção concebida à priori, que não se refere àquela pessoa especificamente, mas a algo que ela representa. Assim, no caso da injustiça testemunhal, alguma característica do sujeito que presta o testemunho interpela o interlocutor que recebe seu testemunho. Este responde, então, a partir de suas próprias convicções preconcebidas a respeito do grupo ao qual aquele sujeito pertence. Dessa forma, ocorre o apagamento do sujeito e a exaltação do preconceito identitário. Dito de outro modo, o sujeito que sofre a injustiça testemunhal, perde sua condição de ser humano, sua história singular a medida que passa a representar apenas mais um exemplar da espécie cujas características o definem.

A partir destas contribuições podemos refletir acerca do sentimento de violência vivenciado por uma mulher que sofre injustiça testemunhal. Exclusivamente pela questão de gênero, ela tem sua individualidade negada e toda sua existência reduzida a uma única característica, ser mulher, que a homogeneiza como mais uma exemplar feminina da espécie humana, e como tal substituível por qualquer outra. Em situação de violência doméstica contra as mulheres é frequente o relato de mulheres que buscam ajuda para

romper com o ciclo da violência, mas, em virtude de seu gênero, sofrem de déficit de credibilidade e têm o seu relato questionado, o que por vezes culmina em comprometer sua segurança. Podemos refletir ainda sobre a escassez de investimentos, produção de conhecimento e capacitação profissional para compreender, avaliar e julgar as situações de violência doméstica contra as mulheres, o que mantém a injustiça hermenêutica enquanto estrutura.

Endossando a crítica a essa unificação dos indivíduos no grupo, é importante ressaltar que não existe o Homem universal, mas homens e mulheres culturalmente diferentes. Da mesma forma que não existe a Mulher universal, nem a experiência da mulher. O masculino e o feminino são sempre categorias que se produzem e se aplicam dentro de uma classe, uma raça e uma cultura particulares (DAUDER, 2003), e devem ser analisados como tal.

Face a essa discussão é inevitável interrogar o papel das mulheres na psicologia. Iniciar um trabalho sobre mulheres em situação de violência e não abordar o papel da psicologia enquanto ciência que excluiu as mulheres psicólogas da produção de conhecimento seria uma negligência. Assim, a fim de minimizarmos esse apagamento e contribuirmos para uma equiparação histórica, faremos uma análise da história da psicologia social à luz das contribuições dos estudos feministas, de gênero e das psicólogas para a psicologia.

A psicologia nasce como campo de saber em meados do século XIX, adota o paradigma metodológico das ciências naturais e incorpora modelos de explicação provenientes do campo da filosofia (MONTERO, 1994). Durante o século XX, a psicologia foi fortemente influenciada pela abordagem positivista, que prevaleceu nas ciências humanas nessa época e é a base da ciência moderna. Para o positivismo, a realidade é objetiva e se move segundo leis rígidas universais que independem do observador. Desse modo, a ciência deve ser neutra, isenta de valores e o método científico é a única forma de descobrir e compreender a verdade. O método científico positivista enfatiza, então, a coleta objetiva de dados, sua quantificação, observação, previsão e controle dos fatos.

Nesse período todas as áreas do conhecimento precisavam demonstrar ter um objeto de estudo único e objetivo. Assim, na ânsia para se tornar ciência dentro dos moldes modernos, a psicologia elegeu a razão como referência e produziu critérios

normativos que contribuíram para a regulamentação das formas de viver e manutenção do ideal de norma vigente. Tal posicionamento influenciou a constituição da psicologia enquanto campo de saber, assim como as atuações profissionais cujos efeitos são verificáveis até os dias de hoje.

A história da Psicologia tem sido construída diretamente vinculada ao projeto de modernidade (BOCK, 2009); (LEITE e DIMENSTEIN, 2002), utilizando-se de diversas categorias condizentes com a construção do pensamento científico moderno, tais como, verdade, objetividade e neutralidade. A partir dos discursos generalizantes e universalistas, reforçava a ideia de ciência neutra, à qual a ciência psicológica se associava. Ao utilizar a linguagem científica neutra que, na verdade, alude ao genérico e universal masculino, acaba por obscurecer o caráter generificado, racista, elitista e heteronormativo da ciência e suas implicações na forma de eleger e conceber as questões sobre as quais se debruçava (MAYORGA e PRADO, 2010).

No entanto, a partir dos anos 1970, instaurou-se um período de crise epistemológica, no qual diversas críticas passaram a questionar a adequação da orientação epistemológica positivista na produção de conhecimento em diversas áreas de saber, incluindo a psicologia. Tal período marcou a ruptura com os paradigmas científicos da modernidade. Os novos pesquisadores passaram a considerar a cultura e o conhecimento enquanto construções humanas, ou seja, moldados pelas condições sociais, econômicas e históricas nas quais se desenvolvem.

Diante da insatisfação com o modelo positivista de ciência, a psicologia foi impelida a buscar diálogos com outras teorias, encontrando-se, nesse período com as teorizações feministas. Foi também no processo de busca por algo mais sintonizado com a complexidade e demanda da contemporaneidade que emergiu a Psicologia Social Crítica (LIMA, LINO, et al., 2019).

Como vimos, a tradição da psicologia não é originalmente crítica. Outras teorias são utilizadas para fazer a crítica da psicologia. Assim, parte-se da crítica da psicologia para construir uma psicologia social crítica. A crítica da psicologia refere-se às questões com as quais ela se ocupa, aos métodos de investigação adotados, bem como às respostas tradicionais que fornece, isto é, na sua organização, no seu modo de olhar a realidade, nos limites que coloca para sua atuação. Enquanto que a psicologia crítica ocupa-se em perceber como o indivíduo se localiza na sociedade em relação às marcas de diferença,

às iniquidades e às relações de poder, possibilitando leituras alternativas para uma série de fenômenos psicológicos naturalizados como doença mental, inteligência, personalidade, agressão e sexualidade (BURR, 2003). Desse modo, a psicologia crítica se propõe a tomar a própria psicologia enquanto objeto de estudo e produtora de conhecimento. Proposta esta que pode ser compreendida como um modo de pensar e agir que tem por objetivo refletir sobre a produção e a sustentação do conhecimento, as interligações entre conhecimento e ação, e a importância de uma postura crítica e reflexiva (BORGES, CANUTO, et al., 2013).

Como nos ensina Silvia Lane, a psicologia social crítica rejeita conceitos hegemônicos da ciência e da psicologia tradicional, tais como naturalização, universalismo, objetividade e neutralidade. Acredita que não há natureza humana, pois os processos são mediados pela ideologia e construídos por meio das relações e que "quando as ciências humanas se atêm apenas na descrição, seja macro ou microssocial, das relações entre os homens<sup>3</sup> e das instituições sociais, sem considerar a sociedade como produto histórico-dialético, elas não conseguem captar a mediação ideológica e a reproduzem como fatos inerentes à 'natureza' do homem" (LANE, 1985, p. 13). E que a neutralidade é inatingível, pois "[...] o pesquisador-produto-histórico parte de uma visão de mundo e de homem necessariamente comprometida e, nesse sentido, não há possibilidade de se gerar um conhecimento 'neutro', nem um conhecimento do outro que não interfira na sua existência" (LANE, 1985, p. 13).

Assim como a psicologia social crítica, as epistemologias feministas são campos do conhecimento que emergiram a partir do movimento de crítica à ciência positivista que se espalhou pelo mundo no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 e ambas possuem pontos de diálogo.

As epistemologias feministas também irão criticar a ciência tradicional moderna quanto a sua suposta universalidade, neutralidade, objetividade, racionalidade e autonomia na produção de saber, pois o sujeito da ciência moderna é masculino, e a

---

<sup>3</sup> A autora utiliza o termo "homem" como sinônimo de humanidade. No entanto, na utilização desse termo há o apagamento das mulheres e o reforço do universal masculino. À época de publicação desse texto as discussões feministas estavam menos avançadas e era comum o uso metonímico de "homem" em lugar de seres humanos ou humanidade. Nós preferimos estes termos, no entanto, citamos como consta no original e aproveitamos para trazer essa observação nesta nota.

história tem sido contada, exclusivamente, a partir do ponto de vista dos homens da raça e da classe dominante (DAUDER, 2003) conforme apresentamos anteriormente.

Utiliza-se do mito da objetividade e da meritocracia para justificar a inexistência de mulheres na ciência, como se elas fossem menos capazes do que os homens, omitindo que as condições sociais e de gênero desiguais são os reais motivos para limitar as carreiras científicas das mulheres. Criam-se argumentos para que as mulheres percebam as inconveniências do ensino superior e do exercício de uma carreira profissional. Temos, por exemplo, a teoria da inversão cérebro-útero, na qual a fecundidade intelectual acarretaria esterilidade corporal e o conseqüente suicídio da raça. Helen Thompson Woolley assinala que a queixa deixa de ser no fato de que as mulheres irão se prejudicar pelo excessivo esforço mental e físico que supõe a formação intelectual superior e passa a ser o de que prejudicará a sociedade reduzindo a sua própria atividade reprodutiva com casamentos tardios, diminuição nas taxas de casamento e no número de filhos (GARCÍA DAUDER, 2019). Dessa forma, ao invés do impedimento formal, outros mecanismos subjetivos são utilizados para dificultar o início e o desenvolvimento das carreiras das mulheres. O que segue ocorrendo ainda nos dias de hoje, apesar de utilizar novas roupagens.

Vale destacar que a ciência feminista teve suas origens junto ao movimento social e a partir dele, com a perspectiva de aumentar a consciência social (MEYER, 1993). O movimento social contestava as teorias convencionais da ciência e as teorias feministas, a partir da investigação da experiência, foram incorporando certa reflexividade no conhecimento (MORAWSKI, 1993).

O psicólogo e professor Dau Garcia Dauder<sup>4</sup> faz um trabalho importantíssimo que visa recuperar a memória perdida das mulheres pioneiras na psicologia, abordando tanto as opressões por elas sofridas quanto suas estratégias de resistência e suas contribuições para a construção da própria psicologia. Apoiado nos trabalhos de Sandra Harding sobre as mulheres na ciência e sobre os benefícios da incorporação da diversidade na comunidade científica, já apresentados neste trabalho, irá interrogar: como a psicologia construiu "a mulher" e "o feminino", de tal forma que ao colocá-las como objeto de

---

<sup>4</sup>Respeitando a identidade de gênero do autor como masculina, utilizaremos as concordâncias e os pronomes masculinos para qualificá-lo, assim como utilizaremos seu nome social para nomeá-lo, independentemente do nome que conste na autoria dos seus trabalhos utilizados nesta pesquisa.

estudo, as excluiu como sujeito de conhecimento científico? Como o feminismo reconstruiu a psicologia, atuando como corretivo epistêmico e transformando a disciplina? (GARCÍA DAUDER, 2019).

Nos anos 70, influenciadas pela terceira onda<sup>5</sup> do feminismo que lutava por igualdade de direitos entre homens e mulheres, as psicólogas tomaram consciência da relação desigual a que estavam submetidas dentro da psicologia em relação aos psicólogos do sexo masculino. A partir dessa tomada de consciência passaram a conduzir diversas pesquisas a fim de dar visibilidade a esse fenômeno. Elas se propunham ainda a analisar criticamente os vieses sexistas e androcêntricos na produção de conhecimento psicológicos sobre mulheres e diferenças sexuais (DAUDER, 2003). E a questionar o essencialismo que caracterizava as teorias psicológicas tradicionais, pois estas partiam da experiência e do comportamento dos homens para entender e explicar o comportamento das mulheres. Esse viés orientava erroneamente as pesquisas e, conseqüentemente, as intervenções (ASTBURY, 1999); (NUTT, 2005).

A mobilização das psicólogas foi tão bem sucedida que 1973 foi criada na Associação Psicológica Americana (APA) a psicologia das mulheres. Esta área tinha como crítica central o essencialismo biológico e apresentava como proposta a inclusão do contexto social no estudo das diferenças sexuais. Apesar de representar avanço importante, a psicologia sofria ainda muitas críticas das feministas com relação ao empirismo da psicologia e o mau uso da psicologia, reforçando sexismos e evidenciando vieses. A psicologia, ainda muito permeada pelos ideais positivistas, era classificada como uma ciência objetiva e neutra e o feminismo, uma ideologia política. Esses dois campos, psicologia e feminismo, pautaram alguns conflitos que nos anos 80, a partir das epistemologias feministas e da psicologia social, culminou com a criação da Psicologia Feminista, na qual a objetividade era compreendida como conhecimentos situados, reflexivos e responsáveis e as críticas políticas e epistemológicas eram tidas como indissociáveis (DAUDER, 2003).

Apesar da tentativa de conciliação entre ciência e feminismo para a consolidação da psicologia feminista, alguns conflitos permaneceram. O dilema entre ativismo e academicismo se fazia presente e pressionava as psicólogas feministas que não se sentiam

---

<sup>5</sup> Ver nota 1.

acolhidas nem nos ambientes feministas e nem na psicologia. De um lado a psicologia reclamava seu lugar de ciência exigindo rigor acadêmico e criticando a proximidade com os ativismos, encabeçando assim um movimento de defesa, resistência e controle da psicologia tradicional frente à psicologia feminista. De outro, as feministas criticavam o academicismo psicológico e acusavam a psicologia de ser um sexismo disfarçado de ciência (HERMAN, 1995). Para mediar esse conflito, Kitzinger (1990) propõe que o híbrido psicologia feminista poderia ser conceitualmente coerente através de uma politização da psicologia ou de uma despolitização do feminismo. Nesse sentido não é possível realizar uma ciência feminista sem que esse lugar seja interessado e politicamente comprometido (LIMA, LINO, et al., 2019).

A produção pioneira do feminismo científico foi omitida dos manuais de história, enquanto a psicologia era usada para justificar os mitos existentes sobre as diferenças naturais entre os sexos e a inferioridade mental das mulheres, sendo por isso importante o resgate e o reconhecimento do papel das pioneiras no desenvolvimento de uma psicologia mais rigorosa nos estudos da diferença sexual (GARCÍA DAUDER, 2019). As psicólogas feministas colocaram em evidência que os estudos sobre o desenvolvimento humano na psicologia tradicional eram profundamente androcêntricos e que a análise do patriarcado é fundamental para a compreensão das condições de opressão, de desigualdade sexual, do sexismo e da discriminação das mulheres, considerando que tais fatores influenciam a qualidade de vida e a saúde mental das mulheres (GARCIA, 2019).

O campo teórico do que tem se convencionado por psicoterapia feminista surgiu nos Estados Unidos nos anos 70 e rompe radicalmente com diversos paradigmas da ciência tradicional moderna. Primeiramente, porque não se baseia na imagem de uma mestra ou fundadora, sua formulação parte de um processo colaborativo e criativo de várias mulheres que, a partir da demanda de uma abordagem psicoterapêutica que tivesse um caráter emancipador para as mulheres, criaram grupos de ajuda mútua chamados grupos de aumento de consciência (ENNS, 2004). As reuniões nacionais de sistematização da prática da psicoterapia feminista, chamadas de conferências de consenso acontecem até hoje, e nelas, as psicoterapeutas feministas agem democraticamente para criar diretrizes teóricas, práticas, educacionais e políticas para toda a psicologia feminista (WORELL e JOHNSON, 1998).

Além de valorizar o multiculturalismo, a psicoterapia feminista considera o empoderamento nos diversos âmbitos da vida e a criação de uma consciência feminista, ou seja, que busque o maior nível de igualdade e de equidade nos relacionamentos e no mundo (NUNES e ZANELLO, 2019). Para Brown (2012) empoderamento seria o referencial de saúde, bem como o desempoderamento ou a falta de contato com o poder gerado pelo patriarcado ou por outras formas opressivas proporcionaria sofrimento e adoecimento psíquico. Outro ponto importante da psicoterapia feminista quanto à ruptura com a ciência positivista moderna é a crítica que essa abordagem faz acerca do diagnóstico como instrumento de controle e opressão, especialmente na forma como é utilizado pelo patriarcado com a função de normatização subjetiva e social das mulheres dissidentes dos padrões de gênero. Quando o diagnóstico é necessário, em geral por demanda dos planos e instituições de saúde, recomenda-se a discussão entre terapeuta e cliente para que esta opine sobre o diagnóstico que lhe parece mais adequado ao seu caso (BROWN, 2012).

Tiveram mulheres na origem da psicologia? Se sim, por que não aparecem nos manuais de história? Elas tiveram as mesmas experiências que seus companheiros de disciplina? Seu esquecimento foi relevante para a produção de conhecimento? Que implicações tem para os discentes a ausência de referências femininas? Diante dessas questões, a recuperação das psicólogas pioneiras é uma forma de justiça epistêmica, sendo necessário substituir o mito da ausência de mulheres nas origens da psicologia pelo reconhecimento de seu esquecimento na história da disciplina, além de assumir que excluir a perspectiva de um grupo (sejam as mulheres ou outro coletivo), inevitavelmente, limita o alcance das ideias psicológicas e desprovê de exemplos para as futuras gerações de psicólogas. (GARCÍA DAUDER, 2019).

Em resumo, os feminismos atuaram como corretivos epistêmicos nas origens da psicologia, denunciando o sexismo nas teorias psicológicas que reforçavam a exclusão das mulheres da educação e da ciência. Mais do que a presença de mulheres, condição necessária mas não suficiente, foi o feminismo, como movimento social e teoria crítica, o que ofereceu as condições para transformar a disciplina. As psicólogas elaboraram teorias sociais e situadas, produziram conhecimento a partir da interdisciplinaridade, com pesquisas para a transformação social (GARCÍA DAUDER, 2019).

A psicologia enquanto ciência enfatiza o âmbito pessoal e subjetivo em detrimento do aspecto coletivo, de transformação social. As psicólogas feministas e a psicologia social crítica evidenciaram essa situação e ao problematizá-la buscaram outras formas de prática psicológica que compreendem o indivíduo como parte/resultado do momento social, histórico e político. Assim, pessoal, social e político estão intimamente interligados.

Apesar dos avanços da psicologia social crítica em denunciar e rejeitar os conceitos hegemônicos da ciência e da psicologia tradicional, o sexismo epistêmico ainda é evidente. As epistemologias feministas não estão incorporadas a este campo do conhecimento, e tal como os estudos gênero de forma geral, as epistemologias feministas ainda ficam restritas a seminários e disciplinas eletivas, isto é, a subcategorias de análise e não como parte interseccional e indissociável dos estudos do comportamento humano. Desse modo, compreendemos que a psicologia social crítica atual ainda não dialoga satisfatoriamente com as questões de gênero e se faz urgente a disciplina avançar nesse sentido. Objetivamos que este trabalho contribua para o fortalecimento de uma psicologia social crítica feminista.

A fim de elucidar como essa problemática se transforma em objeto de pesquisa, apresento uma contextualização. Enquanto psicóloga e servidora pública na política de Assistência Social realizando atendimentos a mulheres em situação de violência doméstica, pude observar, a partir da fala de uma das mulheres atendidas - e interlocutora dessa pesquisa - que as políticas públicas para mulheres e as políticas públicas para crianças e adolescentes funcionam de forma independente, com pouca ou nenhuma interlocução entre si. Desse modo, as mulheres que estão em situação de violência e possuem filhos são invisíveis para as políticas públicas, ou seja, ora são tratadas como mães das crianças e adolescentes sujeitos de direitos, ora como mulheres em situação de violência, mas raramente como mulheres com filhos em situação de violência. Tal percepção me trouxe muitos questionamentos e produziu transformações em meu olhar e prática profissional. Buscando atualização sobre o tema, deparei-me com escassez na produção científica sobre violência doméstica contra as mulheres associada a maternidade, tendo como foco o estudo das mulheres. Essa somatória de fatores me motivaram a pesquisar.

Embora este trabalho não se proponha a estudar os efeitos da pandemia do novo coronavírus na vida das mulheres, esta pesquisa foi realizada durante a pandemia e esse contexto afetou diretamente o público-alvo desta dissertação, mulheres com filhos em situação de violência doméstica. Assim, consideramos essencial apresentar brevemente alguns pontos desse momento histórico que dialogam com esta pesquisa.

O aumento da violência contra as mulheres durante a pandemia foi amplamente noticiado (BRASIL, 2020); (FBSP, 2020). Contudo, é importante destacar que a violência não surge com a pandemia, suas causas são historicamente baseadas em fatores como a desigualdade de gênero, a desigualdade econômica, o machismo estrutural, entre outros (OMS, 2012). Ao invés de criar demandas novas no tocante à violência doméstica contra as mulheres a pandemia intensificou as desigualdades já existentes anteriormente à crise sanitária (MOREIRA, ALVES, et al., 2020); (CAMPOS e TCHALEKIAN, 2020); (VIEIRA, GARCIA e MACIEL, 2020), uma vez que o ambiente privado é o local prevalente para a ocorrência desse tipo de violência. A prescrição do isolamento social como medida necessária para controlar o contágio pelo novo coronavírus, convocou a população a permanecer em suas casas, o ambiente que já era o epicentro das violências contra as mulheres, promovendo, conseqüentemente, o fenômeno global de agravamento desse tipo de violência (IPEA, 2020).

Diante do aumento dos casos de violência doméstica contra as mulheres notificados, internacional e nacionalmente, no contexto da pandemia, o assunto tomou proporção de destaque. No Brasil, uma das medidas tomadas pelo poder público durante a quarentena, foi o estímulo à denúncia (IPEA, 2020). No entanto, embora a denúncia seja um mecanismo importante, e muitas vezes necessário, pode também aumentar o risco de novas violências e até de feminicídio (SILVA, RIBEIRO, et al., 2020), devendo, portanto, ser planejado com cautela.

Vale destacar que a pandemia de Covid-19, para além dos problemas de saúde, acarreta problemas econômicos e sociais que aumentam o risco de violência doméstica contra as mulheres (IPEA, 2020) (DATAFOLHA e FBSP, 2021). O desemprego que já era um problema anterior à crise sanitária se agravou com o fechamentos de empresas para diminuir a circulação de pessoas e reduzir a contaminação pelo vírus. Assim, houve perda de renda em parcela significativa da população, intensificando problemas financeiros. Em uma sociedade capitalista na qual as relações são mediadas pelo trabalho

e pelo consumo, a falta de ocupação laboral e a perda de poder de compra afetam sobremaneira a saúde mental da população, fomentando os conflitos familiares e o consumo abusivo de álcool e outras drogas. É importante mencionar ainda que a própria vivência da pandemia e do isolamento social, por si só já são suficientes para o desencadeamento de sintomas depressivos e crises de ansiedade, potencializados pelos demais problemas decorrentes da pandemia.

Além da intensificação da violência doméstica contra as mulheres a pandemia lançou luz a um tema muito caro para as mulheres, sua sobrecarga no trabalho doméstico e nas atividades de cuidado. A divisão sexual do trabalho socialmente construída e difundida na cultura brasileira atribui tradicionalmente às mulheres os trabalhos de manutenção do lar e de cuidado dos membros da família. Além da carga mental do trabalho doméstico, uma vez que geralmente são as mulheres que assumem as tarefas de prever as necessidades de todos e se preocupar com a saúde de toda a família. Importante ressaltar que recai sobre as mulheres negras e pobres além do trabalho não remunerado em suas próprias casas, o trabalho doméstico e de cuidado remunerado em outras casas. Françoise Vergès (2020), chama a atenção para o fato de que a possibilidade de confinamento imposto pelos governos para frear a epidemia do coronavírus evidencia as diferenças de classe, gênero e raça, havendo uma "divisão profunda entre vidas tornadas vulneráveis e vidas protegidas" (p. 21). Nesse sentido, há os confinados cujas vidas devem ser protegidas, e os não confinados, cujas vidas são vulnerabilizadas para garantir a sobrevivência dos primeiros. Segundo a autora, "o confinamento é uma política de ricos. Ele é apenas um exemplo, entre tantos outros, de uma organização do mundo fundada sobre a exploração e a fabricação de vidas supérfluas" (p. 22). Considerando a tríade gênero, raça e classe, são as mulheres, racializadas<sup>6</sup>, pobres que compõem a massa de não confinados.

Nossa prática profissional no serviço público corrobora a percepção de que a pandemia realçou as situações de violência doméstica contra as mulheres. Anteriormente à pandemia, a violência doméstica contra as mulheres era restrita aos serviços especializados no tema e raramente aparecia nos outros serviços, e quando era identificada em outros serviços, ocorria em virtude da afinidade do profissional ao

---

<sup>6</sup> Françoise Vergès usa o termo racializada para designar todas as mulheres que a colonialidade fabrica como "outras", para discriminar, excluir, explorar, desprezar (VERGÈS, 2020).

assunto e não como uma prática institucional. Durante e após a pandemia temos observado mudança significativa na identificação, orientação e encaminhamento das situações de violência doméstica contra as mulheres pelos diversos serviços públicos, demonstrando que a divulgação dos dados de violência contra as mulheres durante a pandemia teve como efeito a sensibilização positiva dos profissionais frente ao assunto e permitindo o acesso às situações mais vulneráveis, apesar de ainda haver subnotificação.

Concluimos essa introdução apresentando a organização dos capítulos que se seguem. Esta dissertação está separada em quatro capítulos. No primeiro, abordaremos a questão da violência, entendendo este fenômeno não como evento atípico, mas como estrutura da sociedade brasileira. Partindo dessa concepção discutiremos a violência doméstica contra as mulheres e a atuação das políticas públicas nesse cenário. No segundo capítulo trataremos da maternidade enquanto construção circunscrita no contexto social e cultural de cada tempo histórico. Nesse sentido, desconstruímos o mito do amor materno enquanto habilidade inata às pessoas biologicamente categorizadas como mulheres e discutimos a socialização das mulheres a partir do dispositivo materno. Ainda neste capítulo apontaremos o papel da psicologia enquanto tecnologia de gênero que partindo do viés biologicista e do positivismo científico, reproduz estereótipos ao reforçar a identificação da feminilidade com a maternidade e desta com a gestação. Tendo o embasamento teórico dos capítulos anteriores chegamos ao terceiro capítulo, cerne dessa dissertação. Nele faremos a intersecção entre violência doméstica contra as mulheres e maternidade, colocando as mulheres na posição de sujeitos. Finalmente, o quarto capítulo apresenta mais detidamente a contextualização do tema dessa pesquisa, as questões éticas em pesquisa sobre violências e o estudo de caso propriamente dito, a partir da narrativa de história de vida de Francisca, nossa interlocutora e coautora deste trabalho.

## CAPÍTULO 1 - SOBRE A VIOLÊNCIA

Se o feminismo puder ser uma defesa da liberdade de pensar das mulheres e de todos os seres oprimidos pela violência de gênero, econômica e política que instaura a dominação masculina, então, o feminismo é a necessária revolução que vem se fazendo sem violência. (Márcia Tiburi)

### 1.1. Violência como estrutura e Violência Doméstica contra as mulheres

Neste trabalho partimos da concepção de que a violência é historicamente estruturante da sociedade brasileira, e não como a ideia veiculada no senso comum de que a violência é um evento isolado, atípico que foge da norma. Para tanto, apoiamo-nos nas contribuições de Marilena Chauí (2017) sobre o mito da não violência brasileira. A autora aponta que atribuir ao povo brasileiro as características de ser alegre, solidário, pacífico, que desconhece racismo, machismo, homofobia e todo tipo de discriminação é um mito, à medida que este tem a função de encobrir a realidade historicamente violenta e criar uma nova crença - a da não violência - que se funda como verdade e se perpetua no tempo.

O mito da não violência se perpetua por meio de mecanismos ideológicos que afirmam e negam a presença da violência em nossa sociedade. São cinco esses mecanismos: 1) da exclusão: a exclusão da violência da nação brasileira, assumindo que todo ato de violência é cometido por alguém que não faz parte da gente brasileira, ainda que seja nascido e viva no Brasil. Cria-se a distinção entre um "nós-brasileiros-não-violentos" e um eles, vândalos, desordeiros, bandidos, excluídos da gente brasileira; 2) da distinção: a distinção entre o essencial e o acidental, exaltando a essência não violenta do povo brasileiro, e afirmando, portanto, que a violência é acidental; 3) o jurídico: a associação da violência a delinquência e criminalidade, definindo como crime os ataques à propriedade privada seguido de assassinato, delimita quem são os criminosos e naturaliza as ações violentas do Estado; 4) o sociológico: a atribuição da violência como episódica e temporária, conferida aos pobres e desadaptados, localizada nos grupos migrantes, considerando que ela tende a desaparecer à medida que estes se tornem gente moderna; 5) a inversão do real: produção de máscaras que dissimulam comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não violentos (CHAUÍ, ITOKAZU e CHAUI-BERLINCK, 2017).

Facilitada por esses mecanismos, a violência não é percebida como violência propriamente dita,

"isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural, isto é, de ausência de direitos. Mais do que isso, a sociedade brasileira não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega para o lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. (...) a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície" (CHAUÍ, ITOKAZU e CHAUI-BERLINCK, 2017, p. 41).

A não percepção da violência enquanto tal leva a sua repetição, sendo cada evento analisado como único e não como parte de um contexto ou de uma estrutura social violenta. Com isso, tende-se a responsabilizar individualmente tanto os sujeitos violentados quanto os agentes violadores.

Veena Das (2020) propõe uma diferenciação importante entre a violência vivida como um ato extraordinário e a violência cotidiana, ordinária. Na violência extraordinária um evento crítico rompe o cotidiano, trata-se de rompimento do limite. Enquanto que as violências ordinárias são aquelas entendidas como corriqueiras, cotidianas, mas não como banais. A autora propõe analisar a violência a partir da descida ao cotidiano, ao ordinário. Essa descida ao cotidiano abala nossos modelos pré-estabelecidos de resistência ou, pelo menos, apresenta outras possibilidades de pensá-los. Ela reforça que o ordinário não pára quando o extraordinário acontece e "a oscilação entre a violência extraordinária e a violência cotidiana não é a oscilação do tique-taque de um relógio. (..) é o modo de trabalho que define sua relação com a violência no cotidiano" (DAS, 2020, p. 131).

Dito isso, podemos fazer uma aproximação entre as teorias da violência em Marilena Chauí e Veena Das. A violência cotidiana na qual nossa sociedade está estruturada, isto é, o que Veena Das chama de ordinário, fica invisibilizada pelo mito da não violência apontado por Marilena Chauí, de modo que apenas algumas cenas rompem com o cotidiano e por serem extraordinárias são nomeadas como violentas. Para ambas, olhar a violência como algo esporádico, extra-ordinário, reforça o trabalho em favor de certo tipo de violência acidental e de certo tipo heróico de resistência.

Seguindo uma linha parecida com a de Marilena Chauí, a historiadora e cientista política Françoise Vergès) propõe uma teoria feminista da violência, na qual "o Estado é a condensação de todas as opressões e explorações imperialistas, patriarcais e capitalistas". Para ela a violência é um componente estruturante do patriarcado e do

capitalismo e as violências de gênero e sexuais só podem ser analisadas e combatidas se forem levadas em conta as condições que propiciam seu desencadeamento.

"Desvincular a situação das mulheres do contexto global de naturalização da violência perpetua uma divisão que favorece o patriarcado e o capitalismo, pois implica identificar e punir os 'homens violentos', naturalizar a violência de alguns sem atacar as estruturas que produzem essa abominação" (VERGÈS, 2021, p. 24)

Para melhor compreender a vulnerabilidade das mulheres às situações de violência e as implicações do Estado nesse tópico, recorreremos à teorização sobre o Contrato Sexual, de Carole Pateman (1993). A autora aponta que o contrato original cria tanto o contrato social cujo tema é a liberdade dos homens, quanto o contrato sexual que versa sobre a sujeição e a dominação das mulheres. Desse modo, "a liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original" (PATEMAN, 1993, p. 16-17). A autora complementa, "o contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de 'lei do direito sexual masculino'" (p. 17). Tal afirmação está pautada no fato de que o contrato social cria o direito político dos homens sobre as mulheres e o contrato sexual estabelece acesso assimétrico dos homens ao corpo das mulheres (PATEMAN, 1993). Portanto, estabelecido o contrato, as mulheres estão social e sexualmente submetida aos homens. Heleieth Saffioti ao estudar a referida obra resume "Pateman mostra o caráter masculino do contrato original, ou seja, é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres. A diferença sexual é convertida em diferença política passando a se exprimir em liberdade ou em sujeição" (SAFFIOTI, 2015, p. 57-58).

O contrato social está mais atrelado à esfera pública, incluindo além da sociedade civil, o próprio Estado. Enquanto que o contrato sexual restringe-se à esfera privada. Embora analiticamente sejam esferas distintas, público e privado "estão profundamente ligados e parcialmente mesclados" (SAFFIOTI, 2015, p. 57). Isso posto, assinalamos que a vulnerabilização das mulheres e sua submissão à dominação masculina é o ponto de partida de nossa organização social, tendo a violência como consequência inevitável e naturalizada nesse processo.

É importante destacar que no Brasil a violência estrutural está associada ao processo histórico de colonização do país (ALMEIDA, 2019), caracterizado tanto pela escravização da população negra, trazida de diversas nações do continente africano, quanto pelo extermínio dos povos originários. A partir dessa constituição histórica esses grupos são marginalizados social, econômica e culturalmente, e portanto, excluídos na

sociedade brasileira. Recaindo sobre seus corpos a maior parcela da violência, seja pela naturalização das violências sofridas, seja pela responsabilização dessas pessoas pelas violências cotidianas.

Partindo das teorias feministas para compreender o fenômeno da violência de gênero, Adrienne Rich afirma que uma questão relevante a ser tratada pelas feministas "não é simplesmente a 'desigualdade de gênero', nem a dominação da cultura por parte dos homens, nem qualquer 'tabu contra a homossexualidade', mas sobretudo, o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas" (RICH, 2010, p. 34). A heterossexualidade é um regime político de controle, submissão e exploração das mulheres, para além de serem relações afetivas e sexuais. Diante do cenário de vulnerabilidade ao qual as mulheres estão expostas em sociedades patriarcais, o casamento heterossexual seria então uma forma de sobrevivência para as mulheres e ao mesmo tempo manteria a relação de servidão das mulheres em relação aos homens.

A suposição de que o casamento seja protetivo para as mulheres é rapidamente refutada ao analisarmos as estatísticas de violência contra as mulheres. Conforme apontam dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Datafolha em 2023, reafirmando os achados nas três edições anteriores da pesquisa, as mulheres correm mais risco de sofrer violência dentro da própria casa, pois 53,8% das entrevistadas relataram que a violência mais grave vivenciada no último ano ocorreu dentro de casa em oposição a 17,6% que alegaram ter sofrido violência na rua. É importante destacar que o percentual mulheres que sofreram violência dentro do lar nos últimos 12 meses apresentou aumento de mais de 10 pontos percentuais nesta edição, em relação à primeira edição da pesquisa, realizada em 2017 (DATAFOLHA e FBSP, 2023).

Quanto ao agressor, 73,7% das mulheres que sofreram violência afirmaram que o agressor era alguém conhecido sendo que 26,7% eram cônjuge/companheiro/namorado e 31,3% ex-cônjuge/ex-companheiro/ex-namorado (DATAFOLHA e FBSP, 2023). Ao longo das edições da pesquisa é possível observar aumento das violências sendo praticadas por ex, evidenciando que a ruptura do relacionamento violento pode ser fator de risco para as mulheres. Podemos afirmar, portanto, que à medida que a violência passa do contexto externo ao ambiente doméstico, ao buscarem no casamento um espaço de proteção as mulheres acabaram por se entregar voluntariamente aos seus algozes. Diante

desses dados, concordamos com Heleieth Saffioti (2015), ao afirmar que a violência de gênero é um problema social com o qual toda a sociedade deve se responsabilizar.

bell hooks<sup>7</sup> (2019) no texto intitulado "O movimento feminista para acabar com a violência" parte da concepção feminista de que a violência contra as mulheres está enraizada na dominação masculina e amplia a compreensão ao apontar que todos os atos de violência estão pautados em regras hierárquicas e autoridade coercitiva. Dessa forma a violência é naturalizada na nossa cultura e todas as relações tendem a ser embasadas no poder e na dominação, ou seja, tanto homens como mulheres, cada um a sua maneira, recorrem ao uso da violência para manter a sua autoridade. As ideias de que a violência é o caminho mais fácil para dirimir conflitos e chegar ao poder e de que é correto agir de modo abusivo para manter a autoridade são ensinadas pelas igrejas, pelas escolas, pelos pais além de outras instituições (HOOKS, 2019).

A autora defende que "esse sistema de crenças é a base sobre a qual a ideologia sexista e as outras ideologias de opressão de grupos estão apoiadas; elas só podem ser eliminadas se essa base for eliminada" (p. 176). Assim, para a autora não seria suficiente tratarmos apenas da dominação masculina, faz-se necessário repensar a estrutura da sociedade que legitima a violência, pois "os esforços para acabar com a violência masculina contra a mulher só serão bem-sucedidos se fizerem parte de uma luta maior para acabar com todas as formas de violência" (p. 186).

Jota Mombaça (2016), no entanto, propõe uma estratégia diferente. Enquanto bell hooks defende a extinção de todas as formas de violência, Jota Mombaça sugere a redistribuição da violência.

Somos ensinadas a não reagir à violência que nos interpela ao mesmo tempo em que somos bombardeadas por ameaças e narrativas de brutalidade contra nós. Nesse sentido, o projeto de redistribuição da violência depende de que acreditemos na nossa capacidade de autodefesa e, a partir disso, mudemos nossa postura perante o mundo. É fundamental que abandonemos a posição de vítima - mesmo quando o estado, a polícia, o branco e o homem cis tem historicamente demonstrado a sua incapacidade de abandonar a posição de agressor. Não há saída senão aceitar de uma vez por todas que fomos inscritas numa guerra aberta contra a nossa existência e que a única forma de sobreviver a ela é lutar ativamente pela vida. (MOMBAÇA, 2016)

---

<sup>7</sup>A autora solicita que seu nome seja grafado em letras minúsculas para que o conteúdo do seu trabalho pudesse sobressair e não a sua pessoa.

Para ela, a redistribuição da violência não deve ser confundida com um projeto de generalização da violência, trata-se de uma mudança de postura frente a uma situação que está posta a nossa revelia e à qual as mulheres precisam reagir. Como afirma Françoise Vergès (2021) "o medo deve mudar de lado".

As relações patriarcais e de dominação masculina sobre as mulheres sofrem influência do sistema político e econômico nos quais estão inseridas. No mundo pré-capitalista, os homens tinham total direito de impor regras e decidir o destino das mulheres de sua família, porém, no Estado capitalista os homens perderam não apenas o controle e autoridade sobre as mulheres, mas perderam também o controle sobre as suas próprias vidas, uma vez que estas passaram a ser controladas pelas necessidades econômicas do capitalismo (HOOKS, 2019 ). Este sistema ensina aos homens que a perda de poder vivenciada no ambiente de trabalho será recompensada no ambiente doméstico, ou seja, a noção de masculinidade relacionada a controlar e dominar está restrita ao mundo do lar e das relações íntimas, sendo esta a grande compensação por sua aceitação de uma ordem social econômica de exploração (HOOKS, 2019 ).

Dessa forma, os capitalistas se certificam de que a violência masculina será exercida em casa e não no local de trabalho, pois como dependem do trabalho para a sobrevivência material, eles não se opõem ao empregador, reprimem essa violência para expressá-la onde não precisam temer as consequências de suas ações violentas, sendo que a casa geralmente é o lugar que propicia a externalização da violência, e os alvos desses abusos costumam ser as mulheres (HOOKS, 2019 ).

A necessidade de dominar a mulher (socialmente construída pela ideologia da supremacia masculina) associada à agressão reprimida contra os empregadores que dão as regras torna o ambiente doméstico um centro de tensões explosivas que levam à violência. Essa violência contra as mulheres ocorre porque os homens não temem ser punidos seriamente se as machucarem, especialmente no caso de suas esposas e amantes. Seriam punidos se atacassem seus padrões e os chefes da polícia" (HOOKS, 2019 , p. 180)

Essa domesticação dos homens pelo sistema capitalista explica a ideia aparentemente contraditória de que o homem que é produtivo e cordial no ambiente de trabalho não pode ser o mesmo homem que é autor de violência no ambiente doméstico. A associação entre violência e criminalidade delimitando quem são os criminosos e naturalizando as ações violentas do Estado (CHAUÍ, ITOKAZU e CHAUI-BERLINCK, 2017) colocam os autores de violência como criminosos enquanto que as ações violentas

impostas pelo sistema capitalista ficam omitidas. Essa associação favorece a cisão entre o homem autor de violência, ocupando o lugar do criminoso, e o ser íntegro para as qualidades civis e laborativas, como sendo o cidadão de bem incapaz de qualquer atitude violenta, "de um lado estão os grupos portadores de violência, e de outro, os grupos impotentes para combatê-la" (CHAUÍ, ITOKAZU e CHAUI-BERLINCK, 2017, p. 39). A reprodução desse discurso favorece os homens que em tendo uma postura na vida pública validada por seus pares são considerados incapazes de atitudes violentas no ambiente privado e nas relações íntimas de afeto. Dito de outro modo, Daniel Welzert (2001), utiliza a metáfora da "casa dos homens", para demonstrar como a masculinidade é construída a partir da validação da performance de um homem por outros homens, e que essa educação se faz por mimetismo de violências contra si mesmo, contra outros homens e contra as mulheres em geral.

Dessa forma, é atribuída mais veracidade à palavra do homem do que à da mulher, reforçando a injustiça testemunhal apresentada no início deste trabalho que mantém e intensifica a condição de vulnerabilidade das mulheres, além de seguir ignorada a intervenção do sistema capitalista na modulação da vida pública e da vida privada dos indivíduos e na produção de hermenêutica que favoreça os homens em detrimento das experiências femininas.

A inserção das mulheres como força de trabalho no sistema capitalista, ainda que com salários não equiparados aos dos homens promoveu certa independência financeira às mulheres e conseqüentemente maior perda de controle masculino sobre as mulheres. "Com isso, os homens se tornaram ainda mais dependentes do uso da violência para estabelecer e manter a hierarquia dos papéis sexuais que os beneficia enquanto dominantes" (HOOKS, 2019 , p. 180).

bell hooks (2019 ) aponta que a televisão, as revistas e os romances associam a violência com o amor e fomentam a produção da subjetividade de homens e mulheres, o que Teresa de Lauretis (2019) chamaria de tecnologia de gênero. Em tais mídias é veiculado que o herói masculino deve agir com extrema violência para subjugar o vilão e salvar a mulher, e quanto mais violento for o herói, mais amor e afirmação ele recebe das mulheres. Os atos de violência são interpretados como proteção, amor e cuidado, e as mulheres aprendem que é necessário aceitar a violência para receber a recompensa do amor e do cuidado. "Elas veem no abuso continuado um preço a pagar. Sabem que podem

viver sem os abusos, mas não acham que podem viver sem o cuidado" (HOOKS, 2019 , p. 185). Segundo a autora, essa equiparação da violência com o amor é um dos motivos pelos quais é difícil o engajamento das pessoas na luta contra a violência, e faz com que muitas mulheres temam que a eliminação da violência levaria ao desaparecimento do amor.

A autora faz um recorte de raça e classe importante, salienta que mulheres negras e pobres são continuamente desrespeitadas na sociedade e estão expostas a abusos de forma rotineira nas interações pessoais. Por isso, elas estão mais propensas a aceitar os abusos nas relações em que os abusos não são a única característica, como nas relações íntimas de afeto onde geralmente a violência masculina acontece. Provavelmente elas irão relutar em romper essa relação, pois temem a perda do cuidado (HOOKS, 2019 ), tal como apresentado anteriormente.

Vale destacar que as mulheres negras são mais afetadas pela violência. A pesquisa realizada pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2019 não identificou diferença significativa quanto à raça nos casos de violência contra as mulheres no ambiente privado, 42,5% tanto das mulheres brancas quanto negras afirmam que a casa foi o local onde ocorreu a violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses. No entanto, a pesquisa evidencia que as mulheres negras são mais vulneráveis às violências de forma geral pois, 39,7% das mulheres negras relatam terem sofrido violência na rua e no trabalho nos últimos 12 meses, em comparação a 29,8% das mulheres brancas. Tal dado também ocorre em relação ao assédio e ao feminicídio (DATAFOLHA e FBSP, 2019).

Essa violência que atinge praticamente 1/3 da população feminina é interseccional. A mulher no Brasil vive em constante situação de risco, mas para a mulher preta ou parda existe um perigo ainda maior. O racismo e suas consequências agravam o risco de lesão e morte para mulheres pretas e pardas (DATAFOLHA e FBSP, 2019, p. 27).

A terceira edição desta pesquisa realizada em 2021, no contexto da pandemia de Covid-19 apresenta dados semelhantes. Nos últimos 12 meses mulheres pretas experimentaram níveis mais elevados de violência (28,3%) do que as pardas (24,6%) e no último ano enquanto mais da metade das mulheres pretas foram assediadas, o número caiu para quase 1/3 das mulheres brancas (DATAFOLHA e FBSP, 2021). A quarta edição da pesquisa confirma esses dados e aponta que as mulheres negras apresentaram níveis

de vitimização muito mais elevados do que de mulheres brancas nos casos de violência física severa (DATAFOLHA e FBSP, 2023).

As mulheres negras, historicamente designadas às classes sociais menos favorecidas, sofrem diversas barreiras para conseguir acessar os serviços públicos e efetivar a denúncia (SILVEIRA, NARDI e SPINDLER, 2014), isto é, para buscar ajuda e falar da violência que sofre. Deste modo, podemos considerar certa subnotificação dos dados de violência sofrida pelas mulheres negras devido às barreiras encontradas por elas para acessar a rede de proteção, e conseqüentemente em notificar a violência.

Assim, "há de se propor ações que alcancem todas as mulheres, mas há de se fazer com que as especificidades das mulheres pretas e pardas em nosso país sejam vistas, expostas e sanadas (DATAFOLHA e FBSP, 2019, p. 44). Desse modo, uma abordagem interseccional que leve em conta todas essas variáveis faz-se necessária, para uma análise ética e crítica sobre o fenômeno da violência.

A psicóloga e professora Cecília Maria Bouças Coimbra, estudiosa sobre a tortura no Brasil, faz uma crítica à utilização do termo "doméstica" para tratar das violências e abusos contra crianças, adolescentes e mulheres. Embora essas situações ocorram principalmente "nos lares, espaço secularmente e socialmente sacralizado, considerado longe da violência e produzido como 'doméstico', e, por isso mesmo, enfatizado como o território da privacidade" (COIMBRA, 2002), a autora compreende que não se trata de uma questão privada e sim de um problema público que deve ser enfrentado pelas autoridades e pelas políticas públicas. "Ao se colocar esse tipo de violência no espaço doméstico, no território do privado, retira-se todo o seu caráter político-social, encarcerando-o num terreno facilmente psicologizante, familiarizante e intimizante" (COIMBRA, 2002).

Desse modo, a utilização do termo violência doméstica reforça a ideia de que este é um problema privado, individual, quando compreendemos que se trata do reflexo no ambiente doméstico de uma questão que é político-social e que produz efeitos também políticos e sociais.

Vale lembrar que a cisão entre espaço público e privado ocorreu no século XVIII, com o nascimento da família nuclear moderna que estabeleceu o limite da vida privada para se proteger das intromissões da sociedade, garantindo ao espaço doméstico a

privacidade familiar (BADINTER, 1988). Temos aí a origem da ideia de que o que acontece no ambiente doméstico compete apenas a seus membros, sem possibilidade de intervenção da sociedade ou do Estado. Nesse contexto emergem ditados populares como "em briga de marido e mulher não se mete a colher", "roupa suja se lava em casa", que se perpetuam com tamanha força que nos dias de hoje ainda é difícil conseguir romper com essa ideia. Na divisão entre público e privado, o âmbito público foi se construindo como espaço identitário masculino enquanto que o espaço doméstico, foi associado a aspectos da natureza, e portanto feminino (ZANELLO, 2018).

Com isso, a violência em relações íntimas de afeto é sempre considerada um assunto privado, daí a amplitude do termo violência doméstica, pois ainda que ela aconteça em espaços públicos, quando se trata de casal, é um assunto privado, íntimo, sobre o qual ninguém deve intervir. Advertidos dessa lógica de funcionamento social, em diversas cidades do país acontecem crimes, nos quais os assaltantes são homens que fingem ser namorados das vítimas, abraçam, andam de mãos dadas e até simulam beijos para praticarem os roubos sem levantar suspeitas, pois ainda que algo parecesse não ir bem entre o suposto casal, o assaltante estaria protegido na relação de intimidade. Para citar alguns exemplos: em 2014, no Rio Grande do Sul<sup>8</sup>, em 2017, em Campo Grande<sup>9</sup> e em 2019 em Brasília<sup>10</sup>.

Cecília Coimbra chama a atenção ainda para a atuação da psicologia nas questões de violência doméstica. "Tudo parece girar em torno de determinadas características individuais, psicológico-existenciais e familiares dos sujeitos envolvidos em tais violências, características estas pensadas como naturais e da essência desses conflitos" e, dessa forma, deixa de publicizar e politizar a questão (COIMBRA, 2002).

As provocações da autora são inquietantes, e nos deixa uma questão para a qual não temos resposta: como nomear esse tipo de violência que não é doméstica, nesse sentido individualizante e privado, mas que é de interesse público e se manifesta no ambiente doméstico?

---

<sup>8</sup> <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/10/preso-suspeito-de-obrigar-vitimas-de-assalto-fingirem-namoro-no-rs.html> - acessado em 01/08/2022.

<sup>9</sup> <https://maracajuemfoco.com.br/noticia/campo-grande-ladrao-que-fingia-ser-namorado-de-vitimas-vacila-e-acaba-presos-por-populares/15082> - acessado em 01/08/2022.

<sup>10</sup> [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/12/31/interna\\_cidadesdf,817571/bandido-aborda-mulher-em-taguatinga-e-diz-para-ela-fingir-ser-sua-namo.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/12/31/interna_cidadesdf,817571/bandido-aborda-mulher-em-taguatinga-e-diz-para-ela-fingir-ser-sua-namo.shtml) - acessado em 01/08/2022.

Cecília Coimbra nos convida a refletir sobre as contradições quanto ao tema da violência:

por que tem-se falado somente sobre a violência chamada “doméstica”, e não da violência institucionalizada? Por que há queixas sobre o silêncio e a falta de informações sobre a violência dita “doméstica”, quando, com relação às violências praticadas por agentes do Estado, este mesmo silêncio e essa mesma falta de informações partem das próprias autoridades constituídas, que, ao mesmo tempo, dizem apoiar e incentivar campanhas contra a chamada Violência “doméstica” e ocultam a violência praticada por seus agentes? (COIMBRA, 2002).

A autora faz esta reflexão no contexto das violências praticadas pelos agentes do Estado, mais especificamente em seus estudos sobre a tortura. No entanto, podemos tomar tais questões para refletir acerca das ações ou omissões do Estado e de seus agentes que agravam a experiência das mulheres em situação de violência, e por vezes as priva de seus direitos. Assim, ao invés de proteger e garantir direitos, o Estado passa a ser autor de violência.

Para Françoise Vergès (2021), "não é concebível falar em proteger as mulheres das violências sistêmicas a partir de uma abordagem binária, mulheres vítimas e homens algozes, na qual o papel de protetor é confiado ao Estado macho, estuprador" (p.39) composto majoritariamente por homens brancos heteronormativos, que perpetuam a violência crônica e criam um ambiente de insegurança e medo, no qual

"para sermos protegidos/as de todos os perigos, devemos confiar nossa proteção àqueles que fizeram dela sua profissão (sociedades privadas de segurança e vigilância, milícias, polícia). A resposta às violências foi a organização dos espaços mediante a vigilância policial privada." (VERGÈS, 2021, p. 42).

A resposta do Estado, portanto, é pautada na militarização da proteção e na construção de classes e raças perigosas. Trata-se de uma resposta que "legitima o recurso a mais vigilância e controle por parte das empresas privadas terceirizadas pelo Estado ou do próprio Estado" (VERGÈS, 2021, p. 43), isto é, que naturaliza a violência do Estado. Ao invés de estimular o punitivismo, que em última instância mantém a estrutura da violência, Françoise Vergès (2021) se propõe a pensar a proteção das pessoas violentadas "pelo viés da classe, da raça e da heteronormatividade", "fora da repressão, da vigilância, da prisão e do paternalismo desenvolvimentista", sem transformá-las em vítimas, sem

fazer da fraqueza um defeito. A autora defende "uma 'despatriarcalização' e uma decolonização da proteção; uma alternativa à proteção patriarcal e estatal" (p.17).

Há intenso debate sobre penalização dos autores de violência, de um lado com grupos que defendem a utilização de leis mais severas para esses crimes, e de outro, grupos que criticam a utilização das prisões para solução dos problemas sociais e que questionam quem de fato é considerado criminoso e punido no Brasil. Françoise Vergès afirma: "precisamos parar de recorrer a um sistema - que alega nos salvar - organizado para excluir, encarcerar e matar" (VERGÈS, 2021, p. 124).

Sobre a criação de leis para a proteção das mulheres, Françoise Vergès comenta:

"A proliferação de medidas, leis e declarações voltadas para a proteção de mulheres e crianças paralelamente à precarização, à vulnerabilização e ao aumento da violência contra mulheres e crianças não é um paradoxo. É o resultado de escolhas políticas que traçam uma fronteira entre as mulheres que têm direito à proteção e aquelas que são excluídas, entre as crianças que têm direito à infância tal como a concebe a psicologia moderna (isto é, a salvo da violência dos adultos ou policiais) e as crianças cuja infância é criminalizada (...). Quando a proteção está submetida a critérios raciais, de classe, de gênero e de sexualidade, ela contribui, por sua lógica e sua implementação, para a dominação. Uma política serve a outra, isto é, a política de proteção do Estado racista e patriarcal necessita dessas distinções entre quem tem direito à proteção e quem não tem" (VERGÈS, 2021, p. 50).

Nesse sentido, Elsa Dorlin (2020) nos adverte de que "é inútil demandar justiça do Estado, a primeira instância a institucionalizar a injustiça social", sendo que o próprio Estado produz e legitima as violências, além de ser o "responsável por armar aqueles que nos golpeiam". Podemos entender o termo armar em seu sentido figurado, compreendendo que a estrutura machista e misógena fornece subsídios para a manutenção das desigualdades e conseqüentemente, das violências, quanto também em seu sentido literal, munir-se de armas. De acordo com o relatório O papel da arma de fogo na violência contra a mulher (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2021) a arma de fogo é o principal instrumento usado para tirar a vida de mulheres no país, e a proliferação de armas de fogo exacerba a violência contra mulheres e meninas e aumenta seu grau de letalidade, além de ser utilizada para outros tipos de violência, como psicológica e sexual. A quarta edição da pesquisa sobre a vitimação de mulheres no Brasil (DATAFOLHA e FBSP, 2023) indicou crescimento das ameaças perpetradas com faca ou arma de fogo na comparação com a pesquisa realizada em 2021. Estima-se que o crescimento de armas em circulação pode estar associado ao aumento substancial das ameaças com uso de armas de fogo, cuja

prevalência subiu de 3,1% em 2021 para 5,1% em 2022. Como resultado, o Instituto Sou da Paz (2021) sugere “fortalecer a política de controle responsável sobre as armas de fogo no país, considerando os riscos não apenas do porte de armas em locais públicos, mas também os riscos da posse de armas dentro de casa”, em outras palavras, é importante o controle de armas como forma de conter os feminicídios.

Tais dados evidenciam que a política armamentista e as flexibilizações para porte e compra de armas, fomentadas enquanto política de Estado durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, coloca ainda em mais risco a vida das mulheres brasileiras. O uso da força física, de ameaças, chantagens ou outras violências são comuns nas vidas das mulheres, não apenas na esfera pública, mas principalmente nas relações afetivas, como nos mostra a fala de uma mulher atendida num Centro de Referência da Mulher: *As pessoas veem que estou com ele, que tenho um bebê dele e julgam, acham que eu amo ele. O que elas não entendem é que eu estou com ele por medo. Ninguém sabe o que é ter que ter relação sexual com uma faca no seu pescoço.* A fala dessa mulher nos faz refletir sobre dois pontos muito importantes, o risco do feminicídio, seja por armas de fogo, outras armas ou pela violência física. E também sobre as violências sexuais, comumente camufladas como sexo cedido dentro dos casamentos.

O reconhecimento da mulher como sujeito de direitos é relativamente recente, se considerarmos o direito ao voto no Brasil como parâmetro, data de 1932. Este fato somado à herança viriarcal<sup>11</sup> ainda muito presente na nossa sociedade, fez com que as questões de gênero fossem se afirmando por meio da luta constante das mulheres para promoção e ampliação dos seus direitos. Assim, apesar de na teoria as mulheres serem reconhecidas legalmente como sujeito de direitos, na prática, têm seus direitos violados constantemente, seja pela ação deliberada do outro que não a reconhece como sujeito e a viola como um objeto, seja pela dissimulação da violência, quando "o machismo é colocado como proteção à natural fragilidade feminina, proteção que inclui a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, pois, como todos sabem o estupro

---

<sup>11</sup> Utilizamos o conceito de viriarcado, forjado por Nicole-Claude Mathieu (MATHIEU, 2021), para nos referirmos ao poder dos homens enquanto pessoas do sexo masculino, pois tal como a autora, compreendemos que o conceito de patriarcado nos parece insuficiente, uma vez que as relações de poder dos homens sobre as mulheres ocorrem primariamente em virtude da diferença sexual, portanto, não precisa ser patriarca, basta ser homem para exercer esse tipo de poder.

é um ato feminino de provocação e sedução" (CHAUÍ, ITOKAZU e CHAUI-BERLINCK, 2017, p. 41).

Em todas as edições da pesquisa sobre a vitimação de mulheres no Brasil observou-se que a maior parte das mulheres relataram não terem feito nada em relação à violência sofrida. Os dados foram de 52% nas pesquisas de 2017 e 2019, e de 45% em 2021 e 2023 (DATAFOLHA e FBSP, 2023). Das mulheres que buscaram ajuda, a família foi a primeira escolha, seguido de amigos. Os equipamentos públicos não foram a opção principal das mulheres, porém, dentre as que procuraram estes serviços buscaram as delegacias, da mulher e comum, seguidas pelo acionamento da Polícia Militar pelo 190 e por último a Central de Atendimento à Mulher pelo Ligue 180 (DATAFOLHA e FBSP, 2023).

Esses dados revelam expressiva subnotificação dos casos de violência contra as mulheres. Ou seja, o número de mulheres que procuraram os equipamentos públicos é muito inferior ao de mulheres que sofreram violência. Tal dado nos apresenta ao menos duas questões: as informações sobre a rede de atendimento está chegando a quem de fato necessita? o atendimento ofertado pelos equipamentos da rede de atendimento garantem de fato segurança e acolhimento dessas mulheres ou as expõem a constrangimentos e novas violências, fazendo com que as mulheres optem por não recorrer a esses serviços?

## **1.2. Violência Doméstica contra as mulheres nas Políticas Públicas**

As lutas feministas foram essenciais para a inclusão dos direitos das mulheres na agenda pública de debates, assim como para a responsabilização do Estado em criar políticas públicas de prevenção e proteção das mulheres em situação de violência. As feministas passaram a criticar e denunciar as legislações cíveis e penais por reproduzirem valores culturais machistas, além de dispositivos doutrinários e jurisprudenciais que seguiam valores misóginos.

"As feministas alertavam para o fato de que a violência contra as mulheres só podia se tornar um fenômeno visível quando deixasse de ser interpretada como um problema individual e passasse a ser reconhecida como problema social, devendo constar nas agências públicas de assistência, prevenção e punição para esses casos" (BRITO, 2019).

Partindo das reivindicações feministas, em 1985 foi criado o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM). E no mesmo ano foi inaugurada na cidade de São Paulo a primeira delegacia especializada, a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Em 1987, com apoio do CNDM, o “Lobby do Batom” apresentou a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, contendo demandas que os movimentos de mulheres exigiam ser incorporadas ao novo texto constitucional. Na Constituinte de 1988 dentre as conquistas da questão feminina estão a licença-maternidade de 120 dias, ações para combater a violência doméstica, igualdade salarial e de direito à posse de terra entre homem e mulher. No entanto, apesar das conquistas, algumas das exigências presentes na Carta das Mulheres perduram até hoje.

A Constituição Federal de 1988 prevê ainda a criação dos juizados especiais, que foram regulamentados pela Lei 9.099/1995. Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais têm por objetivo a desburocratização do acesso à Justiça, constituindo-se como uma via rápida e econômica para a solução dos problemas jurídicos, incluindo as infrações com menor potencial ofensivo, isto é crimes e contravenções penais com pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa. Como a maioria das queixas de violência contra as mulheres eram delitos de menor potencial ofensivo (lesão corporal, ameaça, injúria, difamação, vias de fato), elas iam parar nos Juizados Especiais Criminais. Sendo a solução majoritária dos processos, a obrigação dos agressores pagarem cestas básicas ou prestarem serviços à comunidade. Em outras palavras, não havia dispositivo legal para punir, com mais rigor, o homem autor de violência.

Ao considerarem as penas aplicadas brandas para os tipos de crimes e a impunidade como tônica desses conflitos, os movimentos feministas passaram a questionar a aplicação da Lei 9.099/1995 aos casos de violência doméstica contra as mulheres, pois alegavam que o tratamento recebido por elas nos tribunais, nos casos de violência doméstica e familiar, banalizava esses crimes e colocava a segurança das mulheres em maior risco, uma vez que era ela quem deveria levar a intimação para que o autor da violência comparecesse perante o delegado.

Essa constatação levou os movimentos feministas a reivindicarem mudanças que culminaram na promulgação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha que reconhece em seu Art. 6ª a violência doméstica e familiar contra as mulheres como uma das formas de violação dos direitos humanos. Desse modo, com a Lei Maria da

Penha, a violência doméstica e familiar contra as mulheres deixa de ser tratada como delito de menor potencial ofensivo e passa a ser considerada crime.

A criação da referida lei atende também a inúmeros tratados assinados pelo Estado brasileiro, tais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as mulheres (Convenção de Belém do Pará), que exigiam do Estado brasileiro a criação de medidas no âmbito nacional visando a eliminação da tolerância dos agentes do Estado face à violência contra as mulheres. Assim, "mais do que uma alteração da legislação penal, a Lei n. 11.340/2006 representa um importante instrumento legal de proteção aos direitos humanos das mulheres para uma vida livre de violência" (INSTITUTO MARIA DA PENHA).

Vale lembrar que a Lei nº 11.340/2006 recebeu o nome de Lei Maria da Penha como reparação simbólica pelo Estado brasileiro e reconhecimento da luta de Maria da Penha Maia Fernandes contra as violações dos direitos humanos das mulheres. Ela sofreu duas tentativas de feminicídio do ex-marido, Marco Antonio Heredia Viveiros, ficou paraplégica em decorrência das violências. Apesar de ter sido condenado nos dois julgamentos, Marco Antonio recorreu da decisão e não cumpriu sua sentença, o que evidencia a negligência, tolerância e omissão do Estado brasileiro na condução dos casos de violência contra as mulheres. A busca de justiça por Maria da Penha Maia Fernandes durou 19 anos e 6 meses, e só foi possível após denunciar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

A Lei define a violência doméstica e familiar contra as mulheres como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, que ocorra no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006). E subdivide as violências contra as mulheres em 5 tipos:

- Física - entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal das mulheres, tais como espancamento, atirar objeto, sacudir e apertar os braços, estrangulamento ou sufocamento, lesões com objetos cortantes ou perfurantes, ferimentos causados por queimaduras ou armas de fogo, tortura (INSTITUTO MARIA DA PENHA).
- Psicológica - considerada qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento das mulheres ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insultos, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
- Moral - considerada qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria, como acusar a mulher de traição, emitir juízos morais sobre a conduta dela, fazer críticas mentirosas, expor a vida íntima, rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre sua índole, desvalorizar a vítima pelo seu modo de se vestir (INSTITUTO MARIA DA PENHA).
- Patrimonial - entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. São exemplos desse tipo de violência: controlar o dinheiro, deixar de pagar pensão alimentícia, destruição de documentos pessoais, furto, extorsão ou dano, estelionato, privar de bens, valores ou recursos econômicos, causar danos propositais a objetos da mulher ou dos quais ela goste (INSTITUTO MARIA DA PENHA).
- Sexual - entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Gostaríamos, no entanto, de incluir uma sexta categoria, talvez a forma mais antiga de violência contra as mulheres e precursora das demais, a violência epistêmica. Compreendemos que as injustiças testemunhal e hermenêutica às quais as mulheres são submetidas em nossa cultura devem ser nomeadas como violência, pois à medida que as mulheres têm seu discurso silenciado, ignorado e desvalorizado numa sociedade que é pensada e organizada por e para os homens reforça a condição de vulnerabilidade, subalternidade, opressão e violação de direitos das mulheres.

Além das definições expressas acima, a Lei Maria da Penha estabelece a criação de políticas públicas de prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Isso ocorre por meio da criação de equipamentos como delegacias especializadas de atendimento à mulher, casas-abrigo, centros de referência da mulher, juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados, centros de educação e reabilitação dos agressores e centros de responsabilização e educação dos agressores. E institui as medidas protetivas de urgência, principal inovação da lei.

Tendo como base o legado do movimento feminista, lutamos por um mundo em que as relações entre homens e mulheres não sejam mediadas pela opressão das mulheres pelos homens, e que portanto, leis como estas não sejam necessárias. No entanto, até que cheguemos a este nível de evolução moral e social, enquanto feministas defenderemos esta lei e buscaremos mecanismos de fortalecê-la visando a proteção integral das mulheres.

A violência doméstica contra as mulheres é um problema social e público, além de ser considerado um problema de saúde pública, pois impacta a economia do país e absorve recursos e esforços substanciais tanto do Estado quanto do setor privado (INSTITUTO MARIA DA PENHA). Segundo dados do Ministério da Saúde (2005), 25% dos dias de trabalho perdidos por mulheres costumam ter como causa a violência, o que reduz seus ganhos financeiros entre 3% e 20%, além da violência ocorrida dentro dos lares representar quase um ano perdido de vida saudável, para uma em cada cinco mulheres, entre 15 a 44 anos.

Visando a efetiva atenção para as situação de violência contra as mulheres, no ano de 2011 a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, no governo Dilma Rousseff, lançou a cartilha "Rede de Enfrentamento à Violência contra as

Mulheres" (BRASIL, 2011) na qual a rede é dividida em rede de enfrentamento e rede de atendimento.

A rede de enfrentamento tem por objetivo efetivar os quatro eixos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - combate, prevenção, assistência e garantia de direitos. É composta por agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres, além dos serviços de atendimento. Enquanto que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência refere-se somente ao eixo da assistência/atendimento. São quatro os principais setores que a compõem: saúde, justiça, segurança pública e assistência social. A rede de atendimento é composta por duas principais categorias de serviços: os serviços não-especializados de atendimento às mulheres - que, em geral, constituem a porta de entrada das mulheres na rede (hospitais gerais, serviços da atenção básica, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Ministério Público, defensorias públicas); e os serviços especializados de atendimento às mulheres, aqueles que atendem exclusivamente mulheres e que possuem expertise no tema da violência contra as mulheres (Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência, Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos, Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante).

O PAEFI, serviço da Proteção Social de Média Complexidade, da política de Assistência Social, possui natureza protetiva, oferecendo atendimento às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, cujos direitos foram violados ou ameaçados por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a

sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2009).

Embora o PAEFI tenha como prerrogativa o atendimento às diversas situações citadas anteriormente envolvendo ameaça ou violação de direitos, o que inclui mulheres em situação de violência, como vimos, ele é categorizado como um serviço não-especializado de atendimento às mulheres. Porém, por ser um equipamento especializado no atendimento a violações de direitos, realiza o atendimento de mulheres em situação de violência nos municípios que não possuem o serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência.

Em minha experiência enquanto técnica do PAEFI, o volume maior de demanda direcionada a este serviço são situações de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes, sendo o conselho tutelar o principal órgão demandante de atendimentos. No entanto, ao iniciarmos os atendimentos e estabelecermos vínculo de confiança com as famílias atendidas, observávamos que apesar do encaminhamento se dar pela situação de risco e violação dos direitos das crianças e adolescentes, com frequência havia outras situações de violência na família, principalmente a violência doméstica contra as mulheres que não fora diagnosticada anteriormente pela rede. Desse modo, notamos que as situações de violência doméstica contra as mulheres ficavam invisibilizadas, e sua identificação dependia da sensibilidade e afinidade do profissional ao tema.

No entanto, se partimos da compreensão da violência enquanto estrutura, como apresentada anteriormente neste trabalho, defendemos que todos os serviços e atores da rede devem estar minimamente capacitados e atentos para identificar esta demanda, acolher adequadamente as mulheres que sofrem violência doméstica, sensibilizá-las para o atendimento no serviço especializado e no momento adequado para cada situação, realizar o encaminhamento. Considerar esses elementos é essencial para destacar a relevância dos serviços não-especializados no atendimento às situações de violência, pois geralmente são a porta de entrada das mulheres para romper com o ciclo da violência. Diferentemente dos serviços de atendimento especializados, nos quais as mulheres buscam espontaneamente atendimento ou são encaminhadas em virtude da violência sofrida, isto é, o tema da violência já está explícito e não requer identificação.

Quando se fala em violência, costuma-se pensar em dois cenários, em um deles a violência é episódica e pontual, esperando-se que seja atenuada e relevada. No outro, ela é constante, intensa e portanto deve ser rompida imediatamente, e nesse cenário a manutenção do relacionamento é motivo de incompreensão e julgamentos. Ambos os cenários, no entanto, não representam a realidade de quem vive em situação de violência. Visando elucidar o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres, a psicóloga norte-americana Lenore Walker (1979) identificou que no contexto conjugal as agressões ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido, nomeando-o de "ciclo da violência".

Segundo a autora, o ciclo da violência é composto por três fases: Aumento da Tensão, Ato de Violência e Lua de Mel. Na fase inicial, o companheiro apresenta-se tenso e irritado, sendo comum a violência psicológica com insultos, humilhação, ameaça, podendo ocorrer episódios leves de violência física. A mulher tenta acalmar o companheiro e evita situações que possam fomentar o conflito. É comum ela negar a violência e justificar o comportamento violento do companheiro. Essa tensão pode durar dias ou anos, mas tende a aumentar cada vez mais, provavelmente evoluindo para a fase seguinte. A fase 2, chamada de Ato de Violência ou explosão, é quando toda a tensão acumulada na fase anterior se materializa em violência verbal, física, psicológica, moral, patrimonial ou sexual. Frente à situação de violência severa é comum o comportamento de paralisia da mulher agredida, porém, passado o choque, tendo em vista a gravidade da situação e a materialidade da violência, é possível que ela procure ajuda nesse momento. Passado esse momento de explosão, o autor da violência tende a apresentar arrependimento, promessas de mudança de atitude, a fim de se reconciliar com a parceira, por isso, essa fase é nomeada como Lua de Mel. A mulher se sente confusa, mas diante das promessas de mudança por parte do companheiro e de seu desejo de que essa mudança de fato aconteça, tendo em vista o vínculo afetivo entre o casal, ela tende a ceder à reconciliação. As mudanças temporárias de comportamento do companheiro e as manifestações de afeto após a situação de agressão podem contribuir para que a mulher permaneça muito tempo na relação violenta.

Essas fases variam quanto ao tempo de duração, podendo passar de uma fase a outra rapidamente ou demorar semanas, meses, anos entre elas. O ciclo também não tem, necessariamente, uma constância para sua repetição, pode acontecer esporadicamente,

com um período de tempo longo entre um ciclo e outro, ou nos casos mais graves de violência, se repetir em intervalos muito curtos.

A complexidade da situação da violência se dá além da alternância de comportamento característico de cada fase, também pelo enredamento das relações afetivas, uma vez que para além dos conflitos e da violência, há outras memórias positivas e situações que vinculam aquele casal. Devido a nossa cultura pouco estimular o diálogo e a expressão adequada dos sentimentos, especialmente pelos homens, muitas vezes a violência é utilizada como ferramenta de comunicação, podendo ser a única possibilidade de comunicação conhecida pelo casal e conferindo significado a essa parceria (CFP, 2012). Nossa cultura também legitima o comportamento agressivo dos homens, e isso favorece para que as mulheres justifiquem e relevem por muito tempo as violências. Além de ensinar as mulheres a colocar o interesse de todos acima dos próprios, dificultando com que elas tomem consciência, nomeiem a situação de violência e consigam romper com o ciclo. Às mulheres ainda é atribuída a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso do casamento, devido à socialização no dispositivo amoroso, sendo assim, perder o relacionamento, é também perder parte de sua identidade.

Vários conflitos internos estão relacionados à subalternidade da mulher na sua própria situação de violência. Ela tem medo de que o companheiro seja preso, nutre sentimentos de culpa e vergonha pela situação em que vive, tem receio de perder o provimento financeiro, afetivo e patrimonial, bem como a guarda dos filhos. Isso faz com que ela procure justificar as atitudes do autor de violência com argumentos como ciúme, proteção, estresse e uso de bebidas alcoólicas. Assim, a decisão da denúncia ou separação só vem quando a situação se torna extremamente insuportável e oferece riscos e prejuízos aos filhos/as e outras pessoas que convivam com o casal (CFP, 2012, p. 70).

O rompimento da relação com o companheiro autor de violência pode trazer sentimentos de ameaça e insegurança, devido ao longo período de exposição à violência ou ao desconhecido e desafios que estão por vir, além de ameaçar os mitos que as mulheres podem ter sobre família, casamento e maternidade (CFP, 2012).

Heleieth Safiotti (2015) aponta a necessidade de compreender a ambiguidade na conduta das mulheres em situação de violência, que num momento apresenta a queixa e no seguinte, solicita a retirada desta. A autora aponta os 4 principais motivos para essa oscilação: 1) são relações afetivas e portanto, de múltiplas dependências recíprocas; 2) o gênero feminino não é uma categoria social dominante, e nesse cenário, são raras as mulheres que alcançam a própria autonomia; 3) em muitos casos o homem é o principal

provedor do lar e sua prisão comprometeria a sobrevivência da família, tendo em vista a dificuldade enfrentada por mulheres com muitos filhos trabalharem fora de casa; 4) as mulheres sofrem pressão da família, amigos, da Igreja, entre outros, no sentido de preservação da sagrada família.

Portanto, julgar o comportamento e as escolhas de uma mulher em situação de violência sem considerar de forma aprofundada todos esses fatores é mais uma violência. Pior ainda, quando essa violência é institucional, ou seja, quando é praticada por profissionais que deveriam proteger e amparar essa mulher.

Um estudo sobre os desafios enfrentados por mulheres que sofreram violência sexual aponta que a dificuldade de acesso ao poder judiciário, a lentidão da investigação policial, a falta de comunicação entre os dispositivos da rede, a falta de integração entre os serviços e a escassez de recursos humanos são obstáculos no processo de ruptura do ciclo da violência os quais fazem com que as mulheres ao buscarem assistência se percebam novamente agredidas (SILVA, BRANCO, et al., 2019). "A escassez de profissionais e ausência de integração entre os serviços resultam em atrasos no atendimento, que submetem a mulher a uma nova violência: a institucional" (SILVA, BRANCO, et al., 2019).

Ao caminho percorrido pelas mulheres na busca pela superação da situação de violência, Montserrat Sagot (2007) nomeou de "Rota Crítica da Situação de Violência", que se inicia com a decisão de romper com o silêncio. A Rota Crítica define que o rompimento com a situação de violência envolve o percurso de determinado trajeto e está condicionado a diversos elementos. Isto é, a partir do momento em que a mulher decide romper com a situação de violência, passa a percorrer diversas etapas, que envolvem tanto os órgãos da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, quanto sua própria rede social e familiar. A Rota Crítica é o trajeto individual percorrido por cada mulher, e é a partir das respostas obtidas nas interações familiares, sociais e institucionais ao longo da trajetória que se desenha se a rota será exitosa, culminando na superação da situação de violência, ou não. Ao retrazar a rota percorrida por cada mulher é possível obter um diagnóstico da rede de proteção e analisar os obstáculos encontrados tanto no âmbito institucional quanto no âmbito social e familiar.

Segundo a autora, a Rota Crítica da Violência é composta por fatores impulsores, elementos que interferem de forma positiva, contribuindo para a continuidade do percurso

de rompimento com a violência e fatores inibidores, que interferem de forma negativa, inibindo a continuidade do percurso rumo à superação da violência. Tais fatores podem ainda ser subdivididos em internos e externos, eles atuam sobre a subjetividade das mulheres e podem fortalecê-las ou fragilizá-las em seu percurso. Por atuarem de forma subjetiva, são singulares para cada mulher.

Citaremos a seguir alguns fatores que são decisivos para a Rota Crítica da Violência, segundo Sagot (2000) (2007). São exemplos de fatores inibidores internos: medo, vergonha, culpa, laços afetivos e dependência emocional. Estes podem dificultar o reconhecimento da situação de violência pelas próprias mulheres. São fatores inibidores externos: pressão familiar, falta de rede de apoio, ineficiência dos serviços públicos e respostas negativas pelos agentes institucionais. Em contrapartida, são exemplos de fatores impulsores internos: aumento da violência, cansaço da situação, rede de apoio, construção da autonomia. São fatores impulsores externos: acesso à informação, acesso e disponibilidade de serviços públicos de qualidade, respostas estatais efetivas.

Os fatores inibidores, apesar de serem subdivididos em internos e externos, não se tratam exatamente de questões individuais de cada mulher ou alheias a elas, respectivamente, mas de discursos sócio-culturais que se reproduzem e moldam as subjetividades e determinam os comportamentos. Como apresentamos anteriormente, funcionam como tecnologia de gênero e produzem violência epistêmica. Apenas em sociedades nas quais as mulheres ocupam lugar de subalternidade em relação aos homens se explica que elas experienciem sentimentos como vergonha e culpa ao vivenciarem a violência, e que tais sentimentos dificultem a ruptura com o ciclo da violência. Do mesmo modo, é apenas em virtude do casamento ser identitário para as mulheres, demandando-lhes dedicação absoluta e uma lista de performances, além da transformação do casal em família com a chegada de um bebê, validando a mulher no lugar social destinado a ela - de esposa e de mãe - que a pressão familiar no sentido da manutenção da união, apesar das violências se justifica.

Interessa-nos ainda refletir sobre a atuação dos agentes institucionais e a ineficiência dos serviços públicos caracterizados como fatores inibidores. Romper com o silêncio é uma decisão extremamente difícil e as respostas encontradas, especialmente nos serviços públicos são essenciais para garantir a eficácia desse processo. No entanto, muitas vezes os serviços públicos contribuem negativamente para o percurso das

mulheres, tornando esse trajeto mais penoso, mais complexo ou mesmo criando obstáculos intransponíveis, levando à “peregrinação nos serviços” (GIMENES, 2021, p. 43). Isso ocorre por diversos motivos como inexistência ou baixa cobertura dos serviços especializados, falta de capacitação dos agentes públicos, fornecimento de informações imprecisas ou má orientação, situações de revitimização que contribuem para o abandono do processo de superação da situação de violência (SAGOT, 2000) (SAGOT, 2007). Sagot (2007) aponta que há, por parte dos agentes públicos, a tendência de banalizar e culpabilizar as mulheres que sofrem violência, apresentar soluções conciliatórias para os casos, o que acaba por expor as mulheres a outras violências já “que se vêem forçadas por uma instituição estatal a aceitarem a impunidade como ponto de partida e, posteriormente, devem esquecer ou perdoar o agressor” (SAGOT, 2007, p. 40). Assim, as atitudes inadequadas dos agentes públicos afastam as mulheres das instituições e do acesso a seus direitos, e as mantêm em situação de desproteção.

A Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, define a revitimização como quando, no contexto no atendimento, as mulheres: “são julgadas; não têm sua autonomia respeitada; são forçadas a contar a história de violência inúmeras vezes; são discriminadas em função de questões de raça/etnia, de classe e geracionais” (BRASIL, 2011). Contudo, nomear adequadamente as situações é necessário, especialmente em temas que há tanto vêm sendo deliberadamente apagados e carecem de explicação. Assim, afim de responsabilizar adequadamente os envolvidos por suas ações e omissões, defendemos nesse trabalho que é um equívoco utilizar o termo revitimização para nomear as ações inadequadas dos serviços e agentes públicos, pois trata-se de um eufemismo e a terminologia mais adequada seria de violência institucional. Isto é, se não há vítima, mas sim mulheres cujos direitos foram violados, também não há revitimização, mas uma outra situação de violência, esta praticada pelos serviços e agentes públicos que deveriam proteger e não vulnerabilizar ainda mais as mulheres.

Essa violência institucional silenciada produz o que nomeamos de violência epistêmica, inspirada no conceito de injustiça epistêmica de Miranda Fricker apresentado anteriormente. Isto é, o silêncio sobre as violências praticadas pelo Estado e por seus agentes e o silenciamento das mulheres em situação de violência que buscam apoio das políticas públicas, e portanto, no Estado, criam uma narrativa sobre esse tema que ganha status de verdade e passa a ser reproduzida por toda a sociedade, a saber: em briga de marido e mulher não se mete a colher; a mulher que não denuncia é porque gosta de

apanhar; se voltou com o companheiro é porque não quer ajuda e não deve receber mais nenhum apoio; ela mentiu sobre a violência só para conseguir o aborto legal; essa daí é louca, o que será que ela fez para acontecer isso?; entre outros. Violências testemunhais que tiram qualquer validade sobre a palavra da mulher e violências hermenêuticas que criam discursos de verdade sobre a violência que desconsidera a experiência de quem a vivenciou e impossibilita sua compreensão. Assim, as ações violentas do Estado e de seus agentes que não protegeram essas mulheres, não ofereceram acolhimento adequado, não as orientaram ficam omitidas, tal como apontou Marilena Chauí, e foca-se apenas na conduta da mulher sem questionar a responsabilidade do Estado e de seus agentes no desfecho da situação conforme sinalizou Cecília Coimbra anteriormente.

Encarna Bodelón (2014) afirma que para compreender adequadamente a violência de gênero devemos levar em consideração que esta se nutre também das violências institucionais, isto é, das ações ou omissões realizadas pelo Estado e por seus agentes. Para a autora, o Estado e seus agentes cometem violência de gênero institucionalizada contra as mulheres não apenas quando as violentam física, psicológica e sexualmente, mas também quando deixam de cumprir suas responsabilidades na prevenção, sanção e erradicação dessas violências (BODELÓN, ene. 2014).

Enquanto servidora pública da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, sou testemunha das violências institucionais praticadas por agentes públicos que levam as mulheres a descreditarem nos serviços e servidores públicos e conseqüentemente a permanecerem na situação de violência, até que consigam reunir forças novamente para reiniciar a Rota Crítica. Em minha experiência profissional, a maioria das mulheres que chegam ao Centro de Referência da Mulher (CRM), já fez alguma tentativa anterior para romper com ciclo da violência, que foi frustrada por dois motivos principais: pela falta de apoio social e familiar e pela violência institucional. Por exemplo, uma mulher chega ao CRM trazida pela cunhada que já era atendida neste serviço e demonstra muito medo e resistência de relatar as violências sofridas. Ao longo do atendimento ela narra uma experiência passada na qual procurou a delegacia após sofrer agressão física e estar visivelmente machucada, e nesta ocasião o marido foi liberado e ela ficou detida por uma noite na delegacia, pois no depoimento do marido ele apresentou elementos que justificaram sua agressão contra a esposa, mesmo ele estando com sua integridade física preservada e ela machucada. Após seu relato compreendemos a resistência e descrença que ela possuía com os serviços públicos. Podemos notar aí a

presença da injustiça testemunhal, quando os profissionais dão menos credibilidade ao relato da mulher do que é dado ao seu marido, terminando por puni-la, apesar das provas materiais. "A complacência dos agentes de segurança pública com casos como esse está enraizada em nosso repertório simbólico e se reproduz em vários segmentos da sociedade brasileira, naturalizando o que é inaceitável" (GONZAGA, 2020, p. 39).

A partir da prática, observo como motivadores da violência institucional o despreparo dos profissionais para atender a especificidade da violência, a falta de capacitação promovida pelas instituições, a precarização dos serviços com número de profissionais insuficientes para atender adequadamente a demanda, além da parcialidade dos profissionais que misturam suas crenças pessoais no julgamento da situação. Sobre este último ponto, Alba Ruibal (2014) e Paula Gonzaga (2015) apresentam como o discurso cristão tem protagonizado enunciados deterministas a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos na América Latina, que se propagam nos espaços formais de representação política, apesar da suposta laicidade dos Estados latino-americanos, e adquirem legitimidade não apenas no campo religioso, mas também no legislativo e no executivo. A somatória de todos esses fatores contribuem para a compreensão descontextualizada e simplista da violência contra as mulheres, que ao reproduzir estereótipos, compromete seu enfrentamento. Faz-se necessário, portanto, implicar também os agentes públicos no sucesso da Rota Crítica da Violência, para além de responsabilizar apenas as mulheres pelo rompimento da situação de violência. Elas

(...) são frequentemente questionadas por não deixar o agressor, como se esse resultado dependesse exclusivamente das ações empreendidas por elas. Não costumam visibilizar o papel que outros agentes sociais cumprem nesses processos, empurrando-as para a reconciliação, ou a incapacidade dos sistemas judiciais para dar segurança e garantir justiça, nem as pressões culturais que empurram a retornar ao papel tradicional de mulher (SAGOT, 2000, p. 113).

É importante destacar, em contrapartida, que o acesso à informação e aos serviços públicos de qualidade, assim como rede de apoio social e familiar são fatores de proteção e atuam no sentido de favorecer o rompimento com a situação de violência. Temos aí descritos os pontos de partida para fortalecer as redes de enfrentamento e de atendimento às mulheres em situação de violência. Sendo assim, cabe-nos sublinhar a importância do apoio profissional eticamente comprometido como forma de amparar as mulheres que encontram-se em situação de violência para se fortalecerem e construírem sua autonomia rumo a uma vida sem violência.

Segundo o caderno de orientações intitulado Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulheres em situação de Violência, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e realizado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), nos serviços de atendimento especializado a mulheres em situação de violência, é função da equipe multidisciplinar: a escuta qualificada, o acolhimento, o fortalecimento das mulheres, a promoção da autoestima e da autonomia, a superação da situação de violência e da vitimização<sup>12</sup> (CFP, 2012). No entanto, para a efetividade desse trabalho, é preciso superar a concepção individualizada da violência, considerando "as mudanças sociais e culturais, já que as relações interpessoais em todos os níveis sociais são relações de poder desiguais de gênero, perpetuadas pela ideologia patriarcal das estruturas sociais" (CFP, 2012, p. 49).

Como é de se esperar, a vivência de violência traz diversas consequências para as mulheres, afetando sua saúde física e mental, suas relações familiares, interpessoais e profissionais, assim como sua vida financeira, além de atingir sua família como um todo, especialmente seus filhos. Devido ao efeito traumático a violência pode comprometer a saúde mental das mulheres, interferindo em sua autonomia, gerando sentimentos de medo, incapacidade, insegurança, impotência, perda da valorização de si mesmas, isolamento, tristeza, ansiedade, depressão, transtorno do pânico, estresse pós-traumático, comportamentos e ideias autodestrutivas (CFP, 2012). Como efeito do sofrimento psíquico causado pela violência, é possível observar nas mulheres uso abusivo de álcool e drogas, além do comprometimento de sua saúde física provocando doenças crônicas e afetando seu desenvolvimento cognitivo, social, emocional e afetivo (CFP, 2012).

De acordo com essas referências técnicas, o papel da/o profissional da Psicologia na rede de serviços de atenção à mulher em situação de violência é de extrema importância e inclui: identificar sinais de que uma mulher está em situação de violência; avaliar a possibilidade da violência vir a ocorrer; auxiliar a mulher a tomar consciência e

---

<sup>12</sup> O termo "vitimização" vem do contexto jurídico e é compreendido como a ação ou o efeito de ser vítima de uma conduta praticada por um terceiro, por si mesmo, ou ainda por um fato natural e tem como efeito as consequências negativas de um fato traumático (para mais informações ver: <https://www.cnmp.mp.br/defesadasvitas/vitimas/vitimizacao>). Achamos pertinente esclarecer que em nossa leitura compreendemos a superação da vitimização como a mudança de posição das mulheres frente à situação de violência, saindo da posição passiva, subalterna e assujeitada que o termo vítima engendra, para uma posição ativa, autônoma e emancipada.

desenvolver condições para evitar ou superar a situação de violência; oferecer informações sobre a rede de atendimento; construir com as mulheres um plano de enfrentamento da violência; potencializar a crítica social sobre o papel da mulher na sociedade e sobre as formas que a sociedade cria para enfrentar a violência; fortalecer a subjetividade das mulheres para entender, criticar e enfrentar a sociedade; contribuir para a desconstrução de desigualdades sociais e de gênero (CFP, 2012).

É comum encontrar nos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência a oferta de psicoterapia, como a principal atuação da/o psicóloga/o nesses espaços. No entanto, o caderno de Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulheres em situação de Violência traz reflexões importantes sobre essa questão. Relembrem que embora a demanda pela psicoterapia possa surgir, esse trabalho é atribuição da política pública de saúde e deve ser encaminhado para a rede de saúde mental (CFP, 2012). Propõem, em seu lugar, a oferta de atendimento psicossocial, pois esta abordagem pode potencializar a atuação profissional, uma vez que incorpora a dinâmica social na qual o indivíduo está inserido e cujas ações de atendimento e de proteção são estruturadas visando a superação da situação de violação de direitos (CFP, 2012).

O documento deixa claro ainda que embora a psicoterapia breve seja importante aliada para as situações de crise, no contexto da violência contra as mulheres o atendimento da crise não é suficiente, sendo necessário outras concepções e metodologias para que se possa romper o ciclo da violência, pois considera que a violência deve ser entendida como processo sócio-histórico vinculado à cultura da violência de gênero. Nesse contexto, o papel da/o psicóloga/o "é o de promotor de reflexões e de processos de conscientização das mulheres para que elas possam fazer novas escolhas e reconstruir suas vidas" (CFP, 2012, p. 105). Porém, caso o serviço opte por incluir a oferta de sessões psicoterapêuticas, a orientação é para não delimitar o número de sessões, contrariando as 12 sessões apontadas na Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, pois em alguns casos há necessidade de mais sessões e deve-se evitar alta compulsória, apenas por se ter cumprido a norma (CFP, 2012).

A partir das orientações do Conselho Federal de Psicologia por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas e de nossa experiência

profissional, defendemos que as mulheres em situação de violência tenha acesso, se possível prioritário, a tratamento psicológico, tendo em vista o sofrimento mental causado pela vivência da violência. No entanto, parece-nos contraditório ter esse tipo de tratamento como a principal oferta de um serviço especializado no atendimento a mulheres em situação de violência. Entendemos que o sofrimento e o adoecimento psíquico das mulheres que sofrem violência ocorre como consequência de uma sociedade violenta, recaindo sobre os corpos das mulheres esse fardo. E ter a psicoterapia como principal atividade de um Centro de Referência da Mulher seria uma forma de reafirmar que é a mulher quem precisa se tratar individualmente como única forma de superar a situação de violência e não voltar a sofrê-la novamente. Isto é, uma forma de individualizar uma questão que é social. E mais, esta seria uma psicologia atrelada ao colonialismo, ao racismo e ao capitalismo, que tem como objetivo produzir corpos dóceis, responsabilizando os mais vulneráveis para manter a estrutura e a organização social tal como está. Contudo, nós acreditamos em uma psicologia crítica, antirracista, anticolonial, feminista e emancipadora. Nesse sentido, concordamos que o atendimento psicossocial seja a ferramenta mais eficaz e eticamente comprometida com a oferta do Centro de Referência da Mulher. E propomos ainda que toda a equipe técnica deste serviço, não apenas as psicólogas, deve ter a capacidade de realizar esse atendimento no sentido de acolher e acompanhar a mulher em sua trajetória, fortalecendo-a para a superação da situação de violência.

Vale ressaltar que a materialização das políticas públicas não depende apenas da promulgação de leis e decretos, mas abarca um conjunto de modificações sociais que envolvem mudanças nos modos de pensar e agir dos profissionais (CFP, 2012, p. 101), ou seja, tão importante quanto o texto legal é sua aplicação na prática. Para tanto, se faz necessária a discussão sobre destinação de recursos públicos para o investimento em políticas públicas para as mulheres efetivas, pois sem recursos financeiros, materiais e humanos não se faz política pública. Apesar de ser uma pauta que ganha destaque no discurso, observamos que este encontra-se bastante descolado da prática, pois nos últimos anos ocorreram diversos cortes orçamentários nas políticas públicas para mulheres, o que deixa claro o descaso do poder público.

Como mostrou a nota técnica produzida pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2022), o governo de Jair Bolsonaro deixou sobrar 70% do recurso voltado para o enfrentamento da violência contra as mulheres em 2020, o pior

ano da pandemia. Esse percentual significa um montante de R\$ 93,6 milhões de reais que não chegou aos estados e municípios para financiar a rede de atendimento às mulheres. A mesma nota aponta que em 2022 ocorreu a menor alocação orçamentária para o enfrentamento da violência contra mulheres dos quatro anos da gestão da ministra Damare Alves. O orçamento para políticas específicas (recursos carimbados) de combate à violência contra as mulheres de 2016 a 2019 foi de R\$ 366,58 milhões, ao passo que durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro, entre os anos de 2020 a 2023, o orçamento foi de R\$ 22,96 milhões, ou seja sofreu redução de 94%, apesar do aumento do número de casos de violência notificados<sup>13</sup>. A perspectiva futura tampouco é animadora, o Governo Bolsonaro previu corte de 99%<sup>14</sup> das verbas de ações para mulheres no Orçamento de 2023.

Neste primeiro capítulo discutimos sobre a violência estrutural nas sociedades capitalistas, viriarcas e colonizadas, como é o caso da sociedade brasileira, e aprofundamos a discussão da violência doméstica contra as mulheres e das políticas públicas para as mulheres. No próximo capítulo nos debruçaremos nos debates sobre a maternidade.

---

<sup>13</sup> Dados obtidos em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/29/governo-bolsonaro-propoe-94percent-menos-de-recursos-no-orcamento-para-combate-a-violencia-contra-mulheres-diz-levantamento.ghtml>

<sup>14</sup> Dados obtidos em: Ver: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2022/O-longo-caminho-das-mulheres-no-or%C3%A7amento-p%C3%ABablico-federal>

## **CAPÍTULO 2 - SOBRE A MATERNIDADE**

Somente em uma estrutura patriarcal é que a maternidade é o único poder social disponível para as mulheres (Audre Lorde)

### **2.1. O mito do amor materno e o dispositivo materno**

Até o século XVII, embora a atividade principal das mulheres fosse a maternidade, a concepção e o cuidado dos filhos eram papéis distintos e as tarefas maternas não eram valorizadas pela sociedade. Conscientes disso, as mulheres buscaram, a partir de então, experimentar certa autonomia e emancipação. Para tanto, segundo Elisabeth Badinter (1988), as mulheres passaram a rejeitar a maternidade e o aleitamento, entregando seus filhos a amas de leite logo após o parto. Quando retornavam, anos mais tarde, as crianças eram entregues aos cuidados de governantas e preceptores e posteriormente enviados para internatos e conventos até o casamento. Desse modo, desincumbidas dessa função exaustiva dos cuidados com os filhos, as mulheres podiam se dedicar a outros interesses pessoais fora do lar.

Tal prática estendia-se desde as mulheres mais abastadas, aristocratas e burguesas, que visavam usufruir dos prazeres dos grandes centros, às mulheres da classe trabalhadora, para quem delegar os cuidados de seus filhos a outrem era condição necessária para que elas pudessem contribuir com o sustento da família. A exceção eram as mulheres camponesas ricas, cujas condições de vida as mantinham apegadas às suas funções tradicionais (BADINTER, 1988).

A partir da metade do século XVIII, os estudos que indicavam o alto índice de mortalidade infantil naquele período se popularizaram e a sobrevivência das crianças passou a ser interesse do Estado, devido ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Uma vez que a mortalidade das crianças que eram cuidadas e amamentadas pela mãe era duas vezes menor do que as abandonadas e entregues para amas de leite (BADINTER, 1988), a mãe tornou-se a personagem principal para atingir o objetivo de reduzir a mortalidade infantil.

No entanto, segundo Elisabeth Badinter (1988) foram necessários três discursos para convencer as mulheres a voltarem a se ocupar da maternidade e da amamentação de seus filhos. O discurso econômico que baseado na demografia evidenciou a importância

da população para um país. Somado a este, os discursos da felicidade e da igualdade, baseados na filosofia das Luzes, foram especialmente sedutores, sendo repetidos desde o final do século XVIII e ao longo do século XIX.

Inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir esse trabalho familiar necessário à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera. Acreditavam nas promessas e julgaram conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade. Finalmente, uma tarefa "nobre", que o homem não podia ou não queria realizar. Dever que, ademais, devia ser a fonte da felicidade humana. (BADINTER, 1988, p. 122).

A filosofia das Luzes tratou principalmente da igualdade dos homens entre si, mais do que da igualdade entre os seres humanos - homens, mulheres e crianças (BADINTER, 1988) - tema sobre o qual as teorias feministas fazem duras críticas. No entanto, apesar dessa discrepância quanto à igualdade, no que concerne à função parental, é possível observar maior autonomia das mães, sendo que a partir de então tanto o pai quanto a mãe têm o mesmo direito de superioridade e na correção dos filhos, por vezes ganhando destaque a função materna uma vez que a mãe passa a ser a cuidadora principal dos filhos, função esta atribuída às mulheres na divisão sexual do trabalho.

É importante incluir no bojo dessa discussão o papel do contrato sexual na regulamentação das relações sociais e familiares.

"O fato de que homens e mulheres fazem parte de um contrato de casamento - um contrato original que instituiu o casamento e a família - e de que eles são maridos e esposa antes de serem pais e mães é esquecido. O direito conjugal está, assim, subsumido sob o direito paterno e as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando, portanto, a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino" (PATEMAN, 1993, p. 49)

Para além da romantização criada em torno da maternidade e do casamento, este é antes de tudo, um contrato que institui o casamento e a família. A centralidade da família, reforçada pela parentalidade deixa obscurecida as relações de poder fundadas pelo contrato e mantém a estrutura de dominação das mulheres pelos homens.

Já o discurso da felicidade defende que além da felicidade individual, "é em primeiro lugar na microssociedade familiar que ela deve encontrar lugar" (BADINTER, 1988, p. 146), abrindo espaço para uma novidade, isto é, para que as relações familiares

sejam pautadas no amor. Assim, o casamento não é mais consequência de arranjos familiares, e sim a livre escolha do casal. Vale destacar que essa possibilidade de escolha provoca uma mudança na condição das mulheres, pois uma vez que elas tiveram a liberdade e o discernimento para escolher seu marido, não poderiam mais ser tratadas como incapazes ou inferiores.

"Fundado na liberdade, o novo casamento será o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura. Seu ponto culminante: a procriação" (BADINTER, 1988, p. 149). Isto é, se o casamento ocorre em decorrência da livre escolha do casal baseado no amor que sentem um pelo outro, os filhos nascidos dessa relação serão fruto desse amor e conseqüentemente amados pelos pais. Se o casamento alçou as mulheres a uma posição de destaque, a maternidade vem para consolidar e reforçar essa posição

Cria-se uma nova ideologia, a do amor materno, da qual o filósofo Jean-Jacques Rousseau é um dos melhores representantes. Nela a maternidade é exaltada de modo a tornar-se a "atividade mais invejável e mais doce que uma mulher possa esperar" (BADINTER, 1988, p. 149). Como destaca Mary Del Priore (1994), dar à luz tornava-se tarefa nobre e a fecundidade foi transformada em virtude. Assim, instinto e amor tornam-se categorias complementares. E a amamentação, parte essencial e prazerosa da função materna, cuja recompensa é a ternura de seu filho (BADINTER, 1988).

Apesar de todos esses argumentos e promessas, foi necessário que eles fossem repetidos de diversas formas, por diversos profissionais e por várias décadas até que as mulheres estivessem efetivamente convencidas a cumprirem seu papel natural, seu dever de mãe, o que ocorreu apenas no final do século XVIII e início do XIX.

A essa conformação das mulheres ao papel de dona de casa-esposa-mãe, Betty Friedan deu o nome de Mística Feminina. "A mística feminina afirma que o valor mais alto e o compromisso único da mulher é a realização de sua feminilidade" (FRIEDAN, 1971, p. 40). Feminilidade esta compreendida como procriação e submissão. "Não há para a mulher outro meio de criar ou sonhar o futuro. Não há outro jeito de se imaginar, exceto como esposa e mãe" (p. 57), "precisavam ter bebês continuamente porque a mística feminina diz que não há outra maneira de ser heroína" (p. 42). Desse modo, a partir da procriação transforma-se "a esposa-mãe, que jamais teve oportunidade de ser outra coisa, em modelo para todas as mulheres" (p. 40).

O erro, diz a mística, a raiz do problema feminino no passado, é que as mulheres invejavam os homens, tentavam ser como eles, em lugar de aceitar sua própria natureza, que só pode encontrar realização na passividade sexual, no domínio do macho, na criação dos filhos, e no amor materno. (FRIEDAN, 1971, p. 40)

A autora critica o papel social determinado às mulheres a partir do estereótipo ditado pela mística feminina, assinalando a importância do movimento feminista na construção de outras possibilidades para as além de dona de casa-esposa-mãe.

Embora o psicólogo Ignacio Martín-Baró tenha estudado em profundidade a sociedade de El Salvador, muitas de suas teorias podem ser utilizadas também no contexto brasileiro. Ele defende a tese de que crenças estereotipadas sobre a família difundidas socialmente repercutem de forma negativa no desenvolvimento pessoal e social da mulher (MARTÍN-BARÓ, 1990). Partindo da compreensão de que o estereótipo é criado socialmente visando o controle social, o autor sinaliza a presença de três estereótipos sobre a família salvadorenha, que consideramos semelhantes à sociedade brasileira, nomeado por ele de ideologia familiar dominante (MARTÍN-BARÓ, 1990): 1) existe apenas um tipo ideal de família, qual seja, monogâmica, patriarcal, matricêntrica e estável, sendo esta considerada a natureza humana; 2) a distribuição ideal do trabalho confere ao homem o papel de provedor e à mulher a manutenção do lar; 3) a criação e educação dos filhos é responsabilidade da mãe, ainda que ambos do casal parental trabalhem fora do lar.

Sobre os efeitos desses estereótipo de família, o autor afirma que primeiramente levam à compreensão de papéis familiares naturais, rígidos e imutáveis, desconsiderando a realidade de cada grupo familiar, fazendo com que aqueles que não se conformem a esses papéis, saibam que não estão cumprindo com seu papel e/ou responsabilidade social. Em segundo lugar, designam às mulheres um papel de subordinação aos homens. E por último, as crenças estereotipadas designam a família a função de manter uma ordem social vertical, autoritária e discriminatória, na qual as mulheres se constituem como seres de segunda ordem.

Devido ao aspecto positivo de desempenhar o estereótipo designado às mulheres como esposas, mães e coração do lar, o ambiente doméstico é tido como um porto seguro para elas. "Em geral, no lar a mulher conta com um poder inquestionável e uma capacidade de decisão muito ampla. É no lar e em tudo relacionado à vida familiar, onde a mulher recebe mais atenção e respeito, e uma das poucas áreas nas quais se escuta seu

parecer" (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 272)(tradução nossa). O autor lembra ainda que buscando corresponder ao estereótipo social, muitas mulheres ancoram sua existência nesse porto sem se questionar, ou sem poder se questionar, se o mar da vida lhes oferece outros horizontes.

Enquanto para algumas mulheres a família se constitui como porto seguro, para outras torna-se uma prisão (MARTÍN-BARÓ, 1990). Uma vez que a função das mulheres está atrelada em grande parte à dedicação ao marido e ao cuidado e desenvolvimento dos filhos, à medida que estes crescem e passam a cuidar eles próprios de suas vidas ou o relacionamento conjugal passa por crises ou demanda menor investimento, as mulheres perdem parcela significativa de sua função. "(...) a esposa e mãe fica solitária em casa, rodeada de solidão e vazio, sem uma tarefa significativa, nem um horizonte estimulante para sua existência" (p. 272)(tradução nossa). Desse modo, o lar que até então era um porto seguro se torna uma prisão.

O autor salienta ainda que a concepção de família é diferente para as mulheres que foram abandonadas por seus companheiros, muitas delas com os filhos. Ou ainda para as mulheres que se mantêm em relacionamentos por necessidade material ou por convenção social. Nesses casos, o lar representaria para elas uma verdadeira prisão.

Contudo, "colocar como destino prioritário para a mulher a realização no lar, ainda que possibilite certas gratificações pessoais, significa mais do que qualquer coisa um empobrecimento tanto para a existência da mulher como para a própria família" (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 273)(tradução nossa). O autor sintetiza o empobrecimento da mulher em três pontos: 1) a mulher se torna dependente do homem numa relação de submissão; 2) assim que a etapa de grande demanda de seu papel familiar como mãe é superada, isto é quando os filhos crescem, as mulheres entram em frustração existencial, pois perdem sua função principal; 3) as relações interpessoais das mulheres ficam restritas às pessoas mais próximas, perdendo a possibilidade de enriquecer a sua existência e a de outras pessoas por meio de contatos sociais e exercendo outros papéis além de esposa e mãe. Quanto ao empobrecimento da família, temos duas situações: 1) como o lar é o único ambiente para a realização das mulheres, ela tende a criar expectativas e fazer exigências pouco realistas tanto para o cônjuge quanto para os filhos, como por exemplo imposição de regras domésticas e demandas afetivas; 2) o confinamento domiciliar da mulher leva a um empobrecimento de suas experiências, ocasionando perda na qualidade das relações

conjugais e maternas, uma vez que "a esposa e mãe não expressa mais do que trivialidades domésticas e não tem nada de interessante ou significativo para oferecer a sua família" (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 274) (tradução nossa).

O problema não reside tanto na instituição familiar, quanto na ideologia que faz dela o destino exclusivo da mulher, como se o único porto que a natureza humana e, em última instância o próprio Deus lhe oferecera. Eis então porque frequentemente o porto se torna prisão e o relacionamento prometido frustração, com prejuízos não só para mulher, mas para a própria família. (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 275)(tradução nossa)

Martín-Baró (1990) conclui apontando duas sugestões: 1) o lar e a família não podem continuar sendo o destino necessário para as mulheres, mas que seja uma possibilidade dentre outras e que a mulher seja livre para decidir, assim como seja eliminada toda discriminação sexual; 2) a divisão tradicional do trabalho familiar, que coloca o homem como provedor do sustento da família e a mulher como responsável pela educação dos filhos e manutenção do lar deve mudar, havendo reorganização dos papéis conjugais visando divisão equitativa tanto no cuidado com os filhos como na manutenção do lar.

Sobre o convencimento das mulheres para ocuparem esse papel, Betty Friedan destaca a função da mídia, por meio das revistas. "A nova imagem da mulher como dona de casa-mãe fora concebida por uma maioria de escritores e editores do sexo masculino" (FRIEDAN, 1971, p. 50). A autora aponta que com o retorno dos homens da guerra, muitas mulheres perderam seu trabalho como redatoras nas revistas. Os homens, traumatizados pela experiência da guerra, sonhavam com o lar e uma vida doméstica tranquila, e ao ocuparem os postos de editores e escritores passaram a ditar, por meio de seus artigos, essa imagem idealizada da mulher. Ou seja, a nova imagem da dona de casa é produto de mentes masculinas.

Segundo Elisabeth Badinter (1988) as mulheres da burguesia foram as que em maior número se sensibilizaram com os argumentos e aceitaram esse papel de mãe moderna. Na classe média, as mulheres tinham tempo livre, pois não precisavam trabalhar junto do marido nem possuíam outras pretensões, no entanto, buscavam um ideal e uma razão para viver e viram nessa função uma oportunidade de promoção e emancipação. Enquanto que as mulheres da aristocracia "foram as primeiras a se separar dos filhos e as últimas a modificar seus hábitos" (p. 182), tanto porque sua classe e posição social lhes

garantia algum prestígio quanto por sua intenção de se distinguir da média burguesia, recusavam "o papel de boa mãe de família" (p. 183). Do mesmo modo, as mulheres operárias e pobres foram as últimas a aderirem à nova moda, pois precisavam trabalhar para contribuir com o sustento da família, e portanto, não podiam se dedicar exclusivamente aos cuidados dos filhos.

Independentemente do que ocorrera nos séculos passados, a mãe moderna é aquela que "aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela" (BADINTER, 1988, p. 169); que amamenta e cuida ela própria do bebê; que priva-se da própria liberdade em favor da liberdade de seu filho ao estimular que a criança se desenvolva livre de ataduras, exigindo dela a vigilância constante e o afastamento de outras atividades; que preocupa-se com a higiene corporal e com a saúde da criança acima de qualquer outra coisa; que ama indistinta e incondicionalmente sua prole além de educá-los; que "investe todos os seus desejos de poder na pessoa de seus filhos" (p. 177).

No entanto, "a libertação da criança não se faz sem a alienação da mulher-mãe" (BADINTER, 1988, p. 174). Quanto mais a criança passou a ocupar o lugar de sua majestade o bebê, mais se exigiu que as mães abrissem mão de suas aspirações como pessoa (ZANELLO, 2018). Desse modo, a maternidade elevou as mulheres a maior valorização e reconhecimento, constituindo-se como um ideal. Esse ideal tornou-se parte da identidade feminina, isto é, nas culturas ocidentais as mulheres são subjetivadas pelo que Valeska Zanello (2018) nomeou de dispositivo amoroso e de dispositivo materno.

Segundo a autora, dizer que as mulheres se subjetivam no dispositivo amoroso implica em dizer que sua subjetividade se dá em uma relação consigo mesmas mediada pelo olhar de um homem que as escolha. "Uma das chancelas de sucesso no dispositivo amoroso, além do ser escolhida (e se casar), é o tornar-se mãe dos filhos de um homem. Muitas mulheres entram na maternidade através do dispositivo amoroso" (ZANELLO, 2016a, p. 14). A subjetivação no dispositivo materno refere-se à naturalização da capacidade de cuidar nas mulheres em virtude da junção entre a capacidade de procriar e de maternar, assim, "uma diferença física foi transformada em desigualdade social" (ZANELLO, 2018, p. 149).

A autora aponta ainda que se o cuidar é tido como natural para as mulheres, nós seremos demandadas, além de nos exigirmos a funcionar no dispositivo materno, tendo filhos ou não, isto é, em qualquer espaço ou relação tendemos a ocupar a função de

cuidado de outros, apenas pelo fato de sermos mulheres. Essa naturalização encobre e desqualifica o trabalho de cuidar, pois como supostamente não nos exige esforços, não é visto como trabalho e sim como vocação, uma realização para as mulheres, beneficiando os homens e a sociedade em geral, seja com o trabalho de cuidado não remunerado que as mulheres executam em seus núcleos familiares, seja com a baixa remuneração que recebem quando exercem profissionalmente essas funções.

Em decorrência desse ideal inalcançável de boa mãe, o sentimento de culpa, por não atingir esse ideal, passou a dominar o coração das mulheres causando-lhes sofrimento. "A culpa é o sintoma de que o dispositivo materno está funcionando e de que o ideal de maternidade (e de feminilidade relacionado a essa emocionalidade) foi introjetado" (ZANELLO, 2018, p. 156). O discurso psiquiátrico e psicológico foram importantes, tanto para reforçar as características esperadas pelo ideal de maternidade quanto para patologizar as mulheres que não correspondessem à maternidade e à feminilidade como era esperado socialmente, "ou seja, adoecemos psicicamente, também, por aquilo que nossa cultura prescreve como ideal e que, em contrapartida, prescreve como adoecedor" (p. 144).

Neste cenário, não seria exagero dizer que as mulheres tornam-se sujeitas apenas a partir de seu filho. E nesse sentido, concordamos com Nicole Claude- Mathieu (2021, p. 97):

"No estado atual da análise, o verdadeiro sujeito social da maternidade é a criança, não a mulher. Ao focalizar a mãe como lugar psicobiológico da criança, encontram-se todas as chances de esquecer a mulher como sujeito social; ela é de fato pensada mais como objeto que como sujeito da maternidade."

Sobre a vulnerabilidade das mulheres no casamento, Valeska Zanello (2018) aponta que o casamento, independentemente da qualidade da relação, é um fator de proteção para a saúde mental dos homens. Porém o mesmo não ocorre com as mulheres, para as quais o casamento é um fator de risco e de adoecimento psíquico, especialmente quando as relações conjugais são ruins e marcadas pelo sexismo, como seria a situação de violência doméstica que nos interessa nesse estudo. Carla Cristina Garcia (1995), ao estudar as mulheres e a loucura, aponta que dentre as situações descritas para justificar a internação de mulheres em instituições psiquiátricas encontrava-se, com frequência, a violência (estupro ou espancamento) sofrida por elas. A autora aponta ainda que,

culturalmente, o lugar social destinado às mulheres em relação ao sofrimento é a resignação e o silêncio, assim, na impossibilidade de se expressarem, a única saída encontrada pelas mulheres é a depressão (GARCIA, 1995). Dessa forma, as situações reais de opressão vivenciadas pelas mulheres são mal compreendidas pela psiquiatria que acaba por patologizá-las.

Coincidentemente, enquanto estudava *Um amor conquistado: o mito do amor materno* de Elisabeth Badinter para esta pesquisa tive a oportunidade de acompanhar uma cachorra prenhe durante o parto, o pós-parto imediato e os cuidados maternos iniciais aos recém-nascidos. Minha função foi de expectadora atenta às eventuais necessidades da cadela-mãe e dos filhotes, pois ela fez todo o trabalho sozinha: escolheu um local seguro para o parto, pariu seus cinco filhotes em segurança, cuidou de cada um garantindo seu bem estar e os amamentou, sem necessidade alguma de auxílio ou convencimento. Como uma boa mãe, colocou as necessidades dos filhotes recém-nascidos acima das próprias e sacrificou-se para garantir a sobrevivência deles.

Foi impossível passar por essa experiência sem relacioná-la ao estudo citado, e pensar o quanto é sedutor o discurso do final do século XVIII e início do século XIX de que as fêmeas possuem a característica inata de saber parir e cuidar bem dos seus filhotes. E sendo, a mulher, a fêmea da espécie humana, teria portanto as mesmas aptidões. Afirmava-se que "a mulher ideal seria a que mais se aproxima da fêmea" (BADINTER, 1985, p. 157). No entanto, naturalizar tais comportamentos na espécie humana tal como ocorre com outros seres do reino animal é negligenciar as interferências da cultura em nossa constituição enquanto seres humanos. É também curioso notar quanto o dispositivo materno está colonizado em nós, pois ao observarmos essa cena, quase automaticamente, romantizamos e idealizamos essa habilidade e cuidados maternos, atribuímos valores de boa mãe quando a fêmea (humana ou animal) executa o que aprendemos a nomear como sendo seu instinto materno. Desse modo, ainda que tenhamos uma postura crítica frente a essa naturalização do instinto e do amor maternos, também observamos emergir esse conteúdo tão arraigado e internalizado em nós.

Tendo em vista que a biologia não é natural, mas tem seu discurso no ocidente utilizado para naturalizar a diferença sexual e a organização social, apresenta como um dos efeitos a "identificação pura e simples das mulheres à natureza e ao biológico" (MATHIEU, 2021, p. 141).

Os dois sexos, de certa maneira, seriam biológicos, mas um seria mais "natural" do que o outro. Reconhece-se aí a velha oposição estrutural homem/mulher, cultura/natureza [...], mas transcrita no registro biológico: homem = cultura, mulher = natureza, isto sendo a grande fascinação do pensamento ocidental" (MATHIEU, 2021, p. 145).

Tal identificação designa naturalmente às mulheres as tarefas reprodutivas, tanto no sentido da procriação quanto no cuidado com a prole, associando a maternidade a um dado imediato da feminilidade. Enquanto que ao pai, este um ser da cultura e não da natureza, não é dada uma abordagem semelhante, esquecendo-se que "o fato de procriar necessita corriqueiramente de dois sexos" (p. 148).

Nicole-Claude Mathieu (2021) analisa as representações sociais da maternidade e da paternidade em sua interface com a biologia, avaliando que para os homens se admite a cisão entre "pai social" e "pai-genitor", porém, o mesmo não ocorre em relação às mulheres, que mantém fundida a função de mãe e de genitora, salientando que quanto ao sexo feminino, a centralidade é a criança, assim como sedimenta a imagem da mulher como "objeto da maternidade" e não como sujeito. Essa disparidade é explicada "por uma concepção biocentrista da feminilidade, que se recusa aplicar aos dois sexos o mesmo nível de explicação" (MATHIEU, 2021, p. 98).

Dessa forma, na cultura ocidental a maternidade é compulsória às mulheres e a paternidade é facultativa aos homens. A reprodução é "objeto de um trabalho social em todas as suas etapas [que] toma a forma geral de um constrangimento à reprodução, constrangimento exercido pelos homens sobre as mulheres". (TABET, 1985) apud (MATHIEU, 2021). Se considerarmos esse constrangimento à reprodução e, portanto, à maternidade em sociedades viriárcas e sexistas como a nossa, questionamos a real possibilidade de escolha das mulheres pela maternidade, apesar dos avanços em direitos sociais e reprodutivos. Pouco ou nada se fala em educação sexual com crianças e adolescentes; o acesso a informação e a métodos contraceptivos não estão acessíveis a todas as mulheres igualmente; apenas as mulheres são responsabilizadas pela gestação, pois pouco se investe em informação direcionada aos homens ou cobra a participação e responsabilização deles nesse tema; o aborto não é legalizado no Brasil, e por vezes, não é garantido nem nos casos previstos em lei; o direito de renunciar à maternidade por meio da entrega voluntária da criança recém-nascida aos órgãos de justiça, embora tenha previsão legal nem sempre é respeitado; o sexo cedido e o estupro conjugal são frequentes

nas relações afetivas, mas permanecem silenciados. O assunto fica ainda mais complexo ao considerarmos as possibilidades de escolha de mulheres em situações de violência doméstica, na qual a violência psicológica afeta suas crenças, seus desejos, suas capacidades e sua liberdade, e a violência sexual não é incomum, podendo dela gerar filhos.

Apesar da pressão social para constranger mulheres ao seu papel biológico de reprodução, Nicole-Claude Mathieu (2021) defende que a maternidade é social e não biológica. Para a autora a contracepção, o aborto e o infanticídio expressam o caráter social da maternidade, e por conseguinte afasta a maternidade do ponto de vista biológico, isto é, não basta estar grávida para se tornar mãe. Tanto a maternidade quanto seu inverso, o aborto, indicam que nas sociedades humanas a procriação será apenas voluntária.

Toda essa constituição histórica, cultural e social produz a hermenêutica e as subjetividades de seu tempo. O mito<sup>15</sup> do amor materno, tem a função de criar uma verdade, a de que existe uma natureza feminina pulsante em todas as fêmeas, inclusive na espécie humana, que deseja e se realiza apenas com a maternidade. Elisabeth Badinter nos conduz pela história para compreendermos as motivações para chegarmos à criação e à reprodução desse mito até os dias atuais, adquirindo as roupagens do dispositivo materno e ancorado na mística feminina.

Betty Friedan nos convida a uma reflexão bastante importante ao propor as seguintes indagações: "Sendo embora a maternidade uma condição sagrada através dos tempos, defini-la como uma forma de vida total não será negar à mulher o resto do mundo e o futuro que diante dela se estende? Ou esta negação é que obriga a considerar completa a maternidade?" (FRIEDAN, 1971, p. 53)

## **2.2. A psicologia como tecnologia de gênero**

O termo "tecnologia de gênero" foi cunhado por Teresa de Lauretis (2019) e refere-se às tecnologias sociais, discursos, epistemologias, práticas críticas institucionalizadas e atos da vida cotidiana, cuja função é transformar indivíduos concretos em homens e mulheres, promovendo o engajamento em modelos de

---

<sup>15</sup> Utilizamos novamente o conceito de mito, tal como propõe Marilena Chauí, já abordado anteriormente.

subjetividade socialmente desejáveis. A psicologia contribuiu sobremaneira para a produção da subjetividade feminina apoiada, principalmente, na função materna, exaltando a capacidade biológica de procriação das mulheres e responsabilizando unicamente as mães pelo sucesso ou pelo fracasso do desenvolvimento de seus filhos. Deste modo, a psicologia "acaba por se constituir como sentinela dos valores da maternidade e se assegurar como poderosa tecnologia de gênero" (ZANELLO, 2016a, p. 21).

Como vimos, a maternidade não é um conceito instintivo, como supõe o senso comum, trata-se de uma construção política, social e cultural. A famosa frase de Simone de Beauvoir "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher", escrita no livro *O segundo sexo*, é a precursora do conceito de gênero e evidencia que é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, nem pela anatomia, e sim construído pela sociedade (SAFFIOTI, 1999), ou seja, está em constante mutação devido ao momento histórico.

Nicole-Claude Mathieu (2021) aponta que o discurso científico tece intervenções e explicações ao nível biológico apenas para as mulheres, ao passo que aos homens é deixada a plenitude cultural. Assim, o sexo masculino se origina do social, enquanto que o feminino é "considerado como o lugar da mediação entre o estado da natureza e o estado de sociedade" (MATHIEU, 2021, p. 97), entendendo a natureza como a capacidade de procriação das mulheres.

Em *A mística Feminina*, Betty Friedan tece considerações sobre a transformação do que era considerado problema para as mulheres, inicialmente considerando as mulheres como seres humanos iguais aos homens, e posteriormente, limitadas apenas ao seu papel sexual:

Assim a lógica da mística feminina deu nova definição à própria natureza do problema da mulher. Quando esta era observada como um ser humano de potencial ilimitado, igual ao homem, qualquer coisa que a impedisse de utilizar toda a sua capacidade era considerada um problema a vencer: obstáculos a uma educação superior e participação na política, discriminação ou preconceitos legais e morais. Mas agora que a mulher é considerada somente em termos de seu papel sexual, as barreiras à realização de sua total potencialidade e os preconceitos que lhe negam completa participação no mundo deixaram de ser problemas. Estes reduzem-se agora ao que poderia perturbar seu ajuste como dona de casa. De modo que uma profissão é um problema, cultura é um problema, interesses políticos e até a própria aceitação de sua inteligência e individualidade são problemas. E finalmente há o «problema sem nome», um desejo indefinido de «algo mais» do que lavar pratos, passar a ferro, castigar e elogiar crianças (FRIEDAN, 1971, p. 56).

A partir do século XX, o discurso científico foi utilizado para reforçar o ideal materno. A medicina afirmava que a função natural da mulher era a procriação, e que as doenças femininas eram males uterinos, que poderiam ser acalmados com a maternidade. Isto é, "da afirmação de que toda mulher poderia ser mãe, a medicina concluiu que a mulher não poderia ser outra coisa que mãe" (ZANELLO, 2018, p. 132). A partir de então, o discurso do instinto materno passa a ser substituído pelo da "maternidade científica" (FREIRE, 2006), no qual a palavra do médico e dos especialistas dos cuidados infantis, dentre eles psicóloga(os) e psicanalistas passa a ter maior relevância do que a da própria mãe.

A psicologia contribuiu, assim, como tecnologia de gênero, criando situações ideais e traumáticas a respeito do ideal de maternidade, prescrevendo "o que seria uma "boa mãe" e os efeitos "nefastos" de uma mãe má" (ZANELLO, 2016a, p. 17). Para Valeska Zanello, "atualmente, as tecnologias de gênero têm provocado dois aspectos naturalizados e considerados como fundamentais para a "plena" realização de uma mulher: o amor (dispositivo amoroso) e a maternidade (dispositivo materno)" (2016a, p. 13), dispositivos estes já discutidos no tópico anterior. A autora pontua ainda que a literatura técnica, ao privilegiar temas como gravidez, maternidade, relação mãe-bebê, reproduzindo-os de forma idealizada; tendo como foco a criança, negligenciando ou patologizando a perspectiva das mulheres, inclusive sobre seu não desejo de maternidade; reforçando a responsabilidade materna nos distúrbios psicológicos infantis, também se constitui como tecnologia de gênero na formação e na escuta dos clínicos, levando-os a reproduzirem tal verdade sem notar que se trata de uma construção ideológica.

"O que se percebe é a ausência, na Psicologia, de problematização da construção cultural da maternidade e do (des)encontro das mulheres com a mesma" (ZANELLO, 2016a, p. 21). A psiquiatria e a psicologia são responsáveis, ainda, pela patologização das mulheres mães por meio da psiquiatrização e do psicologismo (ZANELLO, 2016b), responsabilizando-as como causa dos transtornos mentais infantis e individualizando seu sofrimento. Desse modo, tais ciências estimularam o sentimento de culpa materna. Nesse sentido, Carla Cristina Garcia (1995) aponta os efeitos negativos da maternidade para a saúde mental das mulheres, tanto pela sua limitação à esfera privada e responsabilidades

impostas pelos cuidados com os filhos, quanto pela produção de adoecimento naquelas que recusam esse papel.

No período pós segunda guerra mundial, diversos especialistas utilizaram do discurso da psicologia para converter as mães em bodes expiatórios responsáveis tanto pelas neuroses de guerra como pelos desastres sociais. Bowlby, com os efeitos da privação materna, além de Harlow e Spitz, traziam elementos discursivos para devolver as mulheres para suas casas, depois de uma guerra que as tirou (GARCÍA DAUDER, 2019), o que representou fonte de preocupação e crítica das feministas e das psicólogas feministas dos anos 70 que criticaram a misoginia e o sexismo nas teorias psicológicas.

As psicólogas pioneiras, engajadas em ampliar as possibilidades de ser(em) mulher(es), incitaram a revisão teórico-metodológica de pesquisas, "o rompimento com visões biologicistas ou essencialistas de feminilidade e masculinidade, e o reconhecimento da dimensão cultural nas diferenças sexuais e nas consequências hierárquicas dos privilégios proferidos aos homens" (DENECA, ANDRADE, *et al.*, 2020, p. 9). Tiveram a importante função de denunciar a contribuição da psicologia evolucionista, ao evidenciar as consequências catastróficas da deprivação do apego materno, na conformação das mulheres ao papel de mães e sua reclusão ao ambiente doméstico.

Vale destacar as diferenças de raça e classe com relação à maternidade. Enquanto as mulheres brancas burguesas, cansadas de cuidar apenas dos filhos e da casa, pleiteiam seus direitos trabalhistas para sair do ambiente doméstico, as mulheres não brancas, historicamente atreladas à classe trabalhadora, manifestam o interesse em poder passar mais tempo no ambiente doméstico cuidando da própria casa e dos próprios filhos (HOOKS, 2019).

Sobre as teorias do apego materno, um dos estudos mais conhecidos na psicologia foi realizado por Harry Harlow, no qual o pesquisador se propôs a criar filhotes de macacos com uma "mãe de arame", que oferecia leite, e com uma "mãe de pano", que não alimentava os filhotes. Nesse experimento, o que foi observado é que os filhotes tinham preferência pela "mãe de pano", demonstrando que os filhotes preferiam suprir suas necessidades de calor, afeto e cuidados antes da necessidade nutricional. Dessa forma, Harlow comprovou sua teoria do apego materno. No entanto, a parte polêmica desse estudo geralmente fica omitida no ensino da psicologia, e foi evidenciada pelas

psicólogas pioneiras. Harry Harlow não apenas criou os macacos em jaulas e manipulou seus hábitos com mães substitutas de pano ou arame, mas também no caso das macacas adultas "órfãs", as fecundou artificialmente contra sua vontade e interesse e posteriormente as estudou como exemplo de mães ruins que repeliam seus bebês pegajosos, tudo isso para demonstrar os aspectos psicopatológicos derivados da privação materna humana (GARCÍA DAUDER, 2019). Fica evidente que a forma de conduzir esta pesquisa pode ter produzido vieses que condicionaram seu resultado. E estes, por sua vez, funcionaram como tecnologia de gênero para conformar as mulheres e mães ao papel de cuidadora natural da prole, responsável pelo sucesso ou fracasso de seu desenvolvimento.

A psicóloga Leta Stetter Hollignworth, desmontou o mito da diminuição do rendimento mental e motor das mulheres durante a menstruação, da inferior variabilidade física e mental das mulheres e da naturalização do instinto maternal, afirmando que nada definitivo se pode dizer sobre esses temas, pois as únicas pessoas capazes de realmente conhecê-lo, as mulheres, contribuem com escasso testemunho (GARCÍA DAUDER, 2019), ou seja, excluir as mulheres da produção de conhecimento sobre questões tipicamente femininas funciona como uma injustiça epistêmica, pois dificulta a construção de hermenêutica a esse respeito.

Mary Calkins, duas vezes presidenta da Associação Estadunidense de Psicologia e Filosofia, afirmou que a expressão traços mentais masculinos e femininos são fúteis, uma vez que somos incapazes de eliminar os efeitos do ambiente e que as diferenças na educação de homens e mulheres começa nos anos iniciais da infância e continuam ao longo da vida (GARCÍA DAUDER, 2019). Segundo Naomi Weisstein, a psicologia não tem nada que dizer sobre como são as mulheres, o que necessitam ou o que querem, porque a psicologia não sabe, uma vez que esta ciência está mais voltada aos traços internos e acaba por descuidar do contexto social (GARCÍA DAUDER, 2019). Vale ressaltar que esta autora faz referência à uma certa psicologia, mais clássica e ortodoxa, e é justamente neste ponto que a psicologia social crítica se ancora para produzir conhecimento. A autora afirma ainda que até que as expectativas sociais para homens e mulheres sejam iguais e até que o mesmo respeito seja proporcionado a homens e mulheres, as respostas à questão da existência de diferenças sexuais refletirá simplesmente nossos preconceitos (GARCÍA DAUDER, 2019).

Como demonstramos, a Psicologia tem sido exercida, muitas vezes,

como forma de violência, ao tratar grupos diferentes do “padrão” (homem, branco, cis, hetero e europeu/americano) e cujas opressões sociais sofridas são peculiares, de uma maneira neutra, “universal” – maneira essa que é, na aparência, politicamente correta (“todos são iguais”), mas epistemológica e eticamente, bastante equivocada. (ZANELLO, 2020, p. 7).

Pretendendo-se neutra, a Psicologia reitera o equívoco de não considerar uma ciência encarnada, e portanto, mais próxima da realidade, analisando as individualidades mediadas por mecanismos históricos, políticos e sociais. Como discutimos largamente na introdução deste trabalho, a pretensa neutralidade e universalidade, são características ficcionais, no entanto, ainda embasam o discurso científico da Psicologia, (re)produzindo hermenêutica e funcionando como tecnologia de gênero.

Ao atuar dentro das bases positivistas, a(o) psicóloga(o) desconsidera que "o sofrimento nunca é abstrato, ele se dá em um corpo que foi gendrado, racializado, colocado em certos lugares sociais – simbólicos e reais, e impedido de ocupar outros espaços" (ZANELLO, 2020, p. 7), ou seja, o sofrimento não é universal, e portanto, tratá-lo de como se fosse, a partir do lugar de neutralidade da(o) profissional, sem ponderar os condicionantes históricos, políticos e sociais, que atravessam também a corporalidade da(o) psicóloga(o), além de um desserviço pode ser iatrogênico. Como afirma Valeska Zanello (2020, p. 7) "não há acolhimento de verdade que não se dê na diferença e na qualificação/visibilização das desigualdades". É, portanto, função das(os) psicólogas(os) pensar nas especificidades de cada sujeito e nas maneiras mais adequadas e eficazes de acolhê-las. Nesse sentido, há a necessidade de se reafirmar o compromisso ético da profissão: "a(o) psicóloga(o) trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (CFP, 2005).

A autora conclui:

Defendo, então, que a Psicologia não é e nem deve pretender ser “neutra”: querendo ser neutra, opera política – e das piores – ao psicologizar problemas estruturais que afetam diretamente as vidas das pessoas. Ou seja, ao transformar o sofrimento de origem social, estrutural da sociedade, em algo meramente biográfico. Antes, a Psicologia deve se assumir como política, no sentido de que pode visibilizar/nomear processos adoecedores e, nessa tarefa, auxiliar os mecanismos de transformação, não apenas das(os) sujeitas(os) envolvidas(os), mas das estruturas sociais nas quais vivemos. Pretender-se neutro, nesse sentido, é – quer queira, quer não – cancelar o que já existe, dar o aval para que as coisas continuem como estão. (ZANELLO, 2020, p. 7).

Nessa citação, a autora lembra a(o)s psicóloga(o)s do nosso papel enquanto agentes de transformação social. Para tanto, é primordial nossa leitura dos processos sociais, históricos e políticos que produzem adoecimentos, assim como nomeá-los e torná-los visíveis para então combatê-los. Uma Psicologia verdadeiramente engajada só é possível sem as lentes do positivismo.

Faz-se necessário ainda a autorreflexão sobre nossa atuação profissional, pois somos 89% de mulheres na profissão e estamos imersas no contexto global de desigualdades entre os gêneros, estamos inseridas em sistemas de exclusões e violações, somos afetadas diretamente por violências que podemos visualizar em outras mulheres (DENECA, ANDRADE, *et al.*, 2020). "Esta autorreflexão é suscitada a partir de uma perspectiva feminista, que entende que o conhecimento é corporificado, e as experiências, neste sentido, têm grande valia nesta construção" (DENECA, ANDRADE, *et al.*, 2020, p. 13).

Desse modo, as psicólogas do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia Comissão Mulheres e Relações de Gênero Conselho Regional de Psicologia da Bahia – 3ª Região, nos advertem que a utilização do conceito de gênero,

convoca a Psicologia a perceber as influências nos comportamentos, cobranças de desempenho, papéis sociais, modos de se relacionar com o outro, possibilidades e aprisionamentos a partir de uma ótica política, crítica, não reprodutora de violências, ou seja, que traga uma leitura feminista do fenômeno. (DENECA, ANDRADE, *et al.*, 2020, p. 10).

Apresentamos anteriormente como os movimentos feministas influenciaram a psicologia e contribuíram para o desenvolvimento desta. "A Psicologia não pode ser alheia à realidade das demandas cotidianas que são reiteradas no social; caso contrário, não se trata de uma ciência e profissão voltada para o cuidado de todas(os). É com isto que a Psicologia Feminista se compromete" (DENECA, ANDRADE, *et al.*, 2020, p. 10). Aquilo que se convencionou como Psicologia Feminista se preocupa com medidas de transformação social, intervenção frente às injustiças, violências, opressões, preconceitos, além de estar atenta à imposição de padrões estéticos que visam reduzir as mulheres a uma ideia de mulher universal, e os homens a um ideal de masculinidade que se quer tóxica (DENECA, ANDRADE, *et al.*, 2020).

Ao longo dessa dissertação vimos nos balizando pela vertente feminista da psicologia, pois propusemo-nos a "visibilizar os feitos de mulheres na profissão, revisitar a ética para a práxis, fomentar reestruturações institucionais, problematizar o androcentrismo enraizado, trazer à tona temáticas marginalizadas" (DENECA, ANDRADE, *et al.*, 2020, p. 10), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento ético da profissão.

Tendo em vista a responsabilidade da psicologia enquanto ciência e da(o)s psicóloga(o)s na produção de conhecimento e subjetividades este trabalho pretende se somar como contra tecnologia de gênero a outras ações no tema da violência doméstica contra as mulheres e da maternidade na psicologia social.

Além das contribuições das psicólogas produzindo contra tecnologias de gênero ao desnaturalizar a associação entre feminilidade, maternidade e procriação apontadas até aqui, podemos citar como exemplos de contra tecnologia de gênero com relação à violência contra as mulheres a Lei Maria da Penha (lei 11.340/2006), a Lei 10.778/03 que estabelece em todo o território nacional a notificação compulsória nos casos de violência contra as mulheres identificados nos serviços públicos ou privados, recentes alterações legislativas, como a Lei Mariana Ferrer (lei 14.245/2021), a tipificação da violência psicológica (lei 14.188/2021) e do crime de perseguição/stalking (lei 14.132/2021), além das publicações do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais como a "Nota técnica de orientação profissional em casos de violência contra a mulher: casos para a quebra do sigilo profissional" e as "Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência" (CFP, 2012).

Se em outras ciências os estudos de gênero produziram desdobramentos tanto epistemológicos quanto nas pesquisas, na Psicologia estamos ainda muito aquém destas possibilidades. O estudo sobre a(s) maternidade(s) e a maternagem é um destes temas com grande potencial de revisão crítica e construção teórica. Se as teorias "científicas" podem ser, elas também, tecnologias de gênero, mais do que nunca é necessária uma faxina epistemológica de nosso campo, colocando à prova a própria aspiração universal da noção de "maternidade". (ZANELLO, 2016a, p. 21)

Pretendemos com esse trabalho contribuir com a "faxina epistemológica" que Valeska Zanello (2020) demanda à Psicologia brasileira, a fim de produzirmos conhecimentos sobre maternidade e violência doméstica contra as mulheres que sejam ética e epistemologicamente engajados e que retratem nossas realidades sociais e psicoemocionais. Minimizando, portanto, a violência epistêmica, bem como produzindo contra tecnologias de gênero.

### **CAPÍTULO 3 - *SOZINHA A GENTE CABE EM QUALQUER LUGAR, MAS COM FILHO NÃO*: A MATERNIDADE NAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES**

Não há barreira, fechadura ou tranca que você possa impor à liberdade da minha mente (Virgínia Woolf).

Na revisão bibliográfica realizada notamos que a produção científica é vasta e diversos trabalhos tratam parcialmente do tema de interesse desta pesquisa. Diversos artigos abordam de forma abrangente a temática da violência contra as mulheres, usualmente ancorados nas teorias feministas, porém, sem nenhum tipo de relação com aspectos da maternidade. Ao cruzar violência doméstica contra as mulheres e maternidade, múltiplos artigos, principalmente das áreas de enfermagem e saúde coletiva, abordam os impactos da violência doméstica durante a gestação e as consequências para a saúde materno-infantil como aborto e parto prematuro, outros ainda tratam da gravidez não pretendida, dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em situação de violência doméstica. Ainda sobre violência doméstica e maternidade, pequeno número de artigos trata das habilidades maternas de mulheres em situação de violência doméstica tendo como foco a relação entre mãe e criança visando o desenvolvimento infantil.

A 4ª edição da pesquisa sobre a vitimização de mulheres (DATAFOLHA e FBSP, 2023) apontou prevalência de violência por parceiro íntimo em mulheres com filhos (44,4%) quando comparada a mulheres que não têm filhos (40,4%). Quando não se restringe o autor da violência os dados se invertem, mulheres que não tem filho (35,3%) apresentam níveis mais altos do que entre as que têm filhos (25,5%). Contudo, ao se analisar as violências sofridas, as mulheres com filhos sofreram formas mais graves tapas, espancamento, esfaqueamento ou tiro enquanto que em mulheres sem filhos foram mais frequentes ofensas verbais, perseguição e ofensas sexuais (DATAFOLHA e FBSP, 2023). Esses dados mostram que as mulheres com filhos estão mais expostas a sofrerem violência por parceiro íntimo, e encontram-se em maior risco de feminicídio em virtude da formas mais graves de violência sofrida por esse grupo.

Identificamos, no entanto, escassez na produção científica sobre violência doméstica contra as mulheres associada a maternidade, tendo como foco o estudo das mulheres. Tal déficit contribui para a ausência de hermenêutica sobre o assunto e a reprodução de preconceitos.

As mulheres que vivenciam agressões físicas e psicológicas do parceiro por vezes não encontram-se em condições de estabelecer um relacionamento adequado com seus filhos. As pesquisas a respeito dos efeitos da violência doméstica nos comportamentos da mãe em relação aos filhos indicam que, devido a todas as consequências que a violência pode acarretar a saúde física e psicológica dessa mulher, elas apresentariam maior dificuldade nos cuidados com os filhos do que as mães que não tivessem esse histórico, e a violência contra a parceira seria um fator de risco para a violência contra a criança (D'AFFONSECA e WILLIAMS, 2011). É importante ressaltar que nos episódios de violência psicológica, as ameaças e humilhações verbais podem ser dirigidas tanto à mulher como a outros membros da família, especialmente aos filhos (CFP, 2012), evidenciando que os filhos ficam expostos à violência como observadores, além de serem utilizados para atingir a mulher ou como alvo direto da violência perpetrada.

Apesar dos estudos apontarem que a causa do aumento do risco de violência contra a criança é a própria situação vulnerável à violência na qual encontram-se suas mães, foca-se mais nas consequências, isto é, na condição das crianças e na posição das mães como agressoras, do que se investe em pesquisas e políticas públicas que tratem da causa, a saber, as situações de violência contra as mulheres, evidenciando que o sujeito da maternidade é a criança, como assinalado por Nicole Claude-Mathieu e apresentado anteriormente. Assim, de forma explícita ou latente, responsabiliza-se as mulheres pelos cuidados ou violação de direitos de seus filhos. E pouco, ou nada se fala a respeito dos agressores dessas mulheres que são também - ou mais - responsáveis pelo risco de violência contra as crianças. Em outras palavras "mesmo em casos onde há violência contra a mulher, ela é culpabilizada tanto da relação com o filho quanto com a relação conjugal: cabe a ela convocar aquele pai que ali “deveria” aparecer" (ZANELLO, 2016a, p. 20).

De forma alguma pretende-se ignorar os efeitos da violência doméstica contra as mulheres em sua função materna e nas consequências para o desenvolvimento infantil. Nosso objetivo é ressaltar que se é escassa a literatura sobre estratégias para prevenir

problemas de comportamento em filhos de mulheres que sofrem violência pelo parceiro íntimo (SANTINI e WILLIAMS, 2016), ela é praticamente inexistente quando se pretende observar as mulheres como sujeitos da maternidade.

Nossa experiência no atendimento a situações de ameaça ou violações de direitos das mulheres no serviço público corrobora esse dado da literatura. Notamos que as mulheres que estão em situação de violência doméstica e são mães, têm sua maternidade negligenciada ou julgada pelos serviços públicos que têm como foco a atenção à mulher. Enquanto que as mulheres que são mães e acessam os serviços públicos em virtude de seus filhos, são convocadas pela maternidade para atender exclusivamente às demandas de seus filhos, em detrimento das próprias. Ainda que passem por situação de violência esse assunto permanece latente, porém sem espaço para se expressar. Dessa forma, nos serviços públicos há mais cisão do que intersecção entre aspectos da maternidade e outros aspectos do ser mulher, culminando, por vezes, em violação de direitos.

Nesse contexto, o

“paradoxo da violência-proteção”: diante da ausência de eficientes políticas públicas e serviços de proteção às mulheres, elas precisam desenvolver suas próprias estratégias, o que implica, frequentemente, manter relacionamentos íntimos nos quais são agredidas e exploradas (RICHWIN e ZANELLO, 2023, p. 10).

Conforme apresentado anteriormente, as mulheres sofrem de violência epistêmica e estas são intensificadas nas situações de violência doméstica. Embora a legislação tenha avançado, o tempo dos costumes é mais lento, assim, observamos certo descompasso entre a teoria e a prática.

Para exemplificar essa situação, apresento o fragmento de uma história acompanhada pelo serviço público no qual atuei. Essa família era composta por um casal heterossexual e a filha deles de cerca de 3 anos. Como medida de proteção para a criança que ficava exposta à violência doméstica grave e frequente do genitor contra sua genitora, ela foi acolhida no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA). Com o afastamento da criança do lar, a genitora sentiu-se encorajada para denunciar as violências sofridas e separar-se. Foi concedida medida protetiva de afastamento do agressor em seu favor e em virtude do descumprimento dessa ordem judicial seu ex-companheiro foi preso. Após cumprir a pena, o genitor conseguiu a guarda

unilateral da filha e passou a mediar a relação da mãe com a criança, uma vez que ele era o guardião e as visitas da mãe à criança deveriam ser monitoradas. Como a medida protetiva de afastamento ainda estava vigente, ele não mantinha contato direto com a ex-companheira, mas utilizava-se de terceiros de sua confiança para acompanhar as visitas da mãe à criança, e tendo em vista seu perfil violento, não era difícil fazer valer a sua vontade. Aproveitando-se dessa situação, por diversas vezes dificultou o acesso da mãe à criança, apresentou motivos para impedir as visitas, fez provocações de modo a irritar a mãe a ponto dela não ter condições emocionais de visitar a filha, sendo que essas ausências eram nomeadas pelo pai como abandono afetivo e negligência materna.

Embora a situação de violência doméstica fosse de conhecimento de todos, endossada pelo fato do autor de violência ter sido preso, em nenhum momento durante o processo judicial de acolhimento e de guarda da criança a situação de violência doméstica foi tratada com a devida importância, provada pelo fato da guarda unilateral da criança ser concedida ao pai e as visitas da genitora deverem ser monitoradas, ou seja, todo o acesso da mãe à filha estava nas mãos de um homem condenado por violência doméstica. Ainda que tivéssemos alguma crença no sistema carcerário, o que não é o caso, não podemos supor que a pena tenha sido suficiente para ressocializar integralmente um homem autor de violência a ponto de ser confiada a ele a mediação do direito de convivência da criança com a genitora e sua ex-companheira. Com esse desfecho, a mãe sofreu mais uma violência, agora do Estado, ao perder a guarda de sua filha e ter seu acesso à criança mediado por seu agressor.

Consideramos que parte dessa decisão foi motivada por essa mulher não performar a figura materna esperada socialmente, uma vez que ela fazia uso de substâncias psicoativas. Contudo, duas considerações devem ser feitas sobre esse assunto. A primeira é que ao nosso ver o uso de substâncias psicoativas estava associado ao contexto de violência e se constituía como forma de suportar a violência doméstica sofrida, tal dado também foi encontrado na pesquisa de Iara Flor Richwin e Valeska Zanella (2023). E em segundo lugar, a partir do acolhimento da filha, essa mulher aderiu ao tratamento ambulatorial para dependência química e não havia queixa sobre seus cuidados com a criança nesse período. Com base nesses fatos fica evidente que o histórico de dependência química da mãe, mesmo ela estando em tratamento e se mantendo abstinente, foi mais relevante na decisão judicial do que a violência doméstica praticada

pelo pai, assim como o uso abusivo de álcool por parte deste, que nunca foi mencionado ou exigido tratamento durante o tempo de acompanhamento desta família.

Em uma sociedade machista na qual os papéis sociais são ainda muito enrijecidos e pautados no gênero é esperado que os cuidados dos filhos sejam atribuições das mães enquanto que o sustento seja função dos pais. Assim, quando o papel desempenhado é contrário ao esperado socialmente, nota-se vantagem para os homens e desvantagem para as mulheres. Isto é, quando os homens se envolvem nos cuidados com os filhos, atividade tipicamente feminina, eles são supervalorizados. Ao passo que as mulheres, quando não desempenham satisfatoriamente o ideal de maternidade, são julgadas e punidas. É isso que observamos no fragmento relatado, o pai, ao frequentar os diversos serviços públicos com discurso de preocupação e desejo de cuidar da filha, muitas vezes desqualificando a genitora para realçar as próprias qualidades é premiado com a guarda unilateral da filha, fazendo desaparecer o motivo do acolhimento institucional da criança, a saber, a exposição desta à violência doméstica praticada por ele e sendo desresponsabilizado de qualquer ônus, como o tratamento para seu uso abusivo de álcool. Do mesmo modo, a mãe, ao não corresponder ao ideal de maternidade devido ao uso de substâncias psicoativas, sem considerar que este poderia estar associado às violências sofridas, é punida com a perda da guarda da filha, apagando-se a situação de violência doméstica sofrida por ela. Assim, ela passa de vítima de violência doméstica a duplamente culpada, tanto por fazer uso de substância psicoativa, algo incompatível com a feminilidade e principalmente com o ideal de maternidade, quanto por ser considerada negligente por expor a filha à violência.

É importante dizer que essa era a única possibilidade dessa mulher exercer a maternagem de uma filha biológica, pois essa criança é sua única filha e ela foi submetida à laqueadura. Vale destacar ainda o desejo pela maternidade expresso por essa mulher em todas as oportunidades, a ponto dela se submeter ao relacionamento com esse companheiro agressor por entender que seria a única forma dela se manter próxima de sua filha, poder acompanhar seu crescimento e exercer os cuidados dela, pois, durante o tempo que permaneceu separada do pai da criança teve muitas dificuldades de contato com ela.

Portanto, ter filho com o autor de violência, muitas vezes vulnerabiliza as mulheres e dificulta a saída do relacionamento violento, pois a criança obriga a mãe a

manter certa proximidade com este homem, seja se mantendo na relação violenta julgando que a convivência com ambos os genitores seria o melhor para a criança, seja reatando o relacionamento após tentativa de rompimento, visando o bem estar dos filhos que queixam a ausência paterna, ou ainda, quando precisam manter contato com o ex-companheiro uma vez que as crianças têm direito à convivência com o genitor não-guardião. Situações nas quais os autores de violência usam da prerrogativa de contato com o/a filho/a para continuar agredindo a mulher, chegando ao extremo do feminicídio.

Embora o discurso corrente, mesmo entre os profissionais, seja de que apesar da violência as mulheres amam esses homens e por esse motivo não se separam, nossa percepção é a seguinte: ainda que exista a dependência emocional e financeira que justifiquem a manutenção de muitas mulheres nos relacionamentos violentos, um número bastante expressivo de mulheres se mantém no relacionamento não por amor ou por dependência, mas por falta de opção. Seja devido à falta de suporte social, familiar e de políticas públicas constantes e de longo prazo para que ela possa se reorganizar emocional e financeiramente a ponto de conseguir seguir adiante. Seja por algum outro elo que a mantenha vinculada ao autor de violência, como a manutenção do contato com os filhos. Essa situação se constitui em “verdadeira prisão” (MARTÍN-BARÓ, 1990) para as mulheres.

Neste ponto, interessa-nos abordar a centralidade da família na cultura e nas políticas públicas brasileiras, isto é, o familismo. Este termo é comumente utilizado para tratar da divisão, desigual, das responsabilidades entre família e Estado pela garantia de sobrevivência e cuidados dos indivíduos, recaindo sobre o núcleo familiar e, conseqüentemente sobre as mulheres a maior parcela dessa responsabilidade (CRONEMBERGER e TEIXEIRA, 2012). Desse modo,

"Na medida em que o Estado prioriza as famílias como foco da política social, atribui a ela determinadas responsabilidades de proteção e segurança social (compartilhadas com o próprio Estado), legitimando um determinado lugar social bem específico para as mulheres" (BRAMBILLA, 2023).

Partindo da compreensão sócio-histórica da sociedade brasileira, a centralidade familiar é observada desde o período colonial, envolvendo as questões econômicas, as relações com a Igreja e com a Coroa portuguesa, até a República, com a organização do sistema de produção capitalista e do Estado nacional (MORAES, NUNES, *et al.*, 2020).

Assim, além da centralidade sócio-familiar se originar nos primórdios da constituição da sociedade brasileira, sofrendo forte influência da religiosidade cristã trazida pelos colonizadores e imigrantes na formulação dos costumes e na modulação da moralidade, ela também faz parte da formação das políticas públicas e da organização social brasileiras. A política e a cultura familista estão arraigadas a ponto de ser inconcebível em nossas relações sociais atuais ignorar as relações familiares; atribuir responsabilidades de cuidado e proteção entre os membros da própria família, sem considerar a qualidade dos vínculos estabelecidos entre eles; recebermos com grande estranhamento, e até julgamentos, pessoas cujos vínculos familiares estão rompidos, não havendo contato e afeto entre si.

Por exemplo, quando uma mulher em situação de violência procura um serviço público para falar sobre essa situação, a primeira ação profissional é investigar sobre seu suporte familiar a fim de que sua família de origem a acolha, proteja e apoie. Não se inicia o atendimento pensando na responsabilidade do Estado em ofertar serviços públicos para atender àquela demanda, nem se investiga as ações e omissões do Estado frente à violência doméstica contra as mulheres. Essa atitude é automática e inconsciente, pois temos internalizado que a responsabilidade primária de proteção e cuidados de seus membros é da própria família, sendo a responsabilidade do Estado subsidiária a ela. "Portanto, a hegemonia de uma concepção conservadora de família tanto na política social como nas práticas profissionais pode ser tomada também como expressão da própria cultura política brasileira" (MORAES, NUNES, *et al.*, 2020, p. 807).

Contudo, é bastante frequente escutar mulheres que não se sentem protegidas em sua família de origem, devido às violências existentes nesse ambiente. Muitas delas envolveram-se em relacionamentos, que ao longo do tempo se mostraram violentos, e prematuramente saíram de casa para tentar fugir das violências sofridas ou testemunhadas no ambiente familiar, e devido a esse histórico, não desejam retornar para lá. Isto é, apesar de nossa cultura e sociedade supervalorizarem a família, esta nem sempre é lugar de proteção efetiva. Essa informação não pode ser vista com surpresa, pois é ponto passivo que as violências contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, a população dita vulnerável, acontece em maior concentração no ambiente doméstico, cometida por membros da própria família, daí o a nomenclatura violência doméstica e familiar.

Como bem sintetiza Heleieth Saffioti (2015, p. 78):

No grupo domiciliar e na família não impera necessariamente a harmonia, porquanto estão presentes, com frequência, a competição, a trapaça e a violência. Há, entretanto, uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados contra seus (suas) próprios (as) filhos (as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas.

Ao estudarem a violência e as mulheres em situação de rua, Iara Flor Richwin e Valeska Zanello (2023) notaram que tanto na literatura nacional quanto na internacional a violência é um dos principais fatores precipitadores para a situação de rua, isto é, a alta incidência de abusos e maus-tratos na infância, violência doméstica, violência sexual e violência por parte dos companheiros conjugais levam as mulheres à situação de rua. Portanto, a rua surge como possibilidade para fugir das violências domésticas e familiares sofridas e/ou testemunhadas. Esses dados corroboram o ponto que queremos evidenciar, nem sempre o ambiente familiar é local de proteção, sendo muitas vezes responsável por múltiplas violências, surgindo a necessidade de traçar uma rota de fuga para a sobrevivência.

Embora a fuga seja uma forma legítima de autopreservação diante da vivência ou exposição às violências intrafamiliares, isso por si só não basta para resolver definitivamente a questão, pois há o comportamento aprendido nessas relações que podem ser repetidos em outras relações ao longo da vida, que é nomeado como intergeracionalidade da violência.

Partindo desse pressuposto, as mulheres e os homens que testemunharam a violência entre seus pais na infância, podem estar mais predispostos a se inserirem em relações conjugais violentas, reproduzindo os papéis sociais aprendidos. (PEREIRA, MEDEIROS e SANTOS, 2022). No estudo realizado por esses autores com mulheres agredidas por seus parceiros íntimos,

Os relatos das participantes apontaram que o ambiente familiar era subsidiado por valores associados ao machismo, reforçando o papel da mulher de submissão e aceitação do poder do homem, e reforçado por meio de ações sexistas, como humilhação da figura feminina, desprezo pelas atividades realizadas pelas mulheres. Consequentemente, foi estabelecido, por meio do processo de aprendizagem, um repertório comportamental de aceitação da violência, influenciando na forma como essas mulheres agem em suas relações atuais com seus parceiros e a maneira como elas acreditaram ser uma relação conjugal, inclusive entremeando suas orientações aos seus filhos (PEREIRA, MEDEIROS e SANTOS, 2022).

Ao observarem "seus principais modelos femininos, mãe, irmãs e avós, serem agredidos e muitas vezes sem rede de apoio social para orientar que aquela vivência é ilegal" (PEREIRA, MEDEIROS e SANTOS, 2022), as mulheres aprendem a aceitar as violências. Do mesmo modo, os homens ao verem as mulheres de sua família serem agredidas por outros homens aprendem que as relações conjugais são mediadas pela violência e tendem a reproduzir esse comportamento em suas relações. Essa explicação faz cair por terra a ideia dos argumentos amplamente difundidos. O primeiro, de que as famílias são um lugar de proteção e cuidados por excelência, quando o ambiente familiar pode ser tanto um lugar no qual se sofre violência, como onde se aprende a aceitá-la e naturalizá-la nas relações íntima de afeto e na resolução de conflitos.

E o segundo, de que apesar das violências o casal deve permanecer unido para proteger seus filhos da separação do casal parental. É importante lembrar que a discussão sobre a definição de família ainda é um tema em debate. Apesar dos inegáveis avanços no reconhecimento de certa pluralidade como composição familiar, ainda é prevalente a valorização do modelo cis-hetero-patriarcal formado por pai, mãe e filhos. Este é exaltado como família estruturada, em oposição ao termo família desestruturada, comumente usado para denominar famílias monoparentais e as múltiplas formas de reconstituição familiar, isto é, cuja separação está subentendida. Essa nomenclatura carrega no bojo a ideia conservadora de que famílias desestruturadas geram indivíduos desequilibrados enquanto que famílias estruturadas criam boas pessoas. Essa ideia é falaciosa e diversos estudos apontam os prejuízos das violências intrafamiliares para o desenvolvimento das crianças vítimas ou testemunhas (PEREIRA, MEDEIROS e SANTOS, 2022); (D'AFFONSECA e WILLIAMS, 2011), porém, o fato é que o ideal de família estruturada faz parte de nossa cultura e permeia nosso imaginário e relações. Assim, em consonância a este ideal, visando a geração de bons indivíduos, muitas mulheres persistem em relacionamentos violentos acreditando que seu sacrifício será recompensado pelo bem estar de seus filhos. Contudo, essa ideia equivocada acarreta prejuízo para ambos, mães e filhos.

As mulheres sofrem pressão da família, dos amigos, da Igreja, entre outros, no sentido de preservação da sagrada família. Desse modo, "importa menos o que se passa em seu seio do que sua preservação como instituição" (SAFFIOTI, 2015, p. 93). Contudo,

partindo da concepção de aprendizado e da intergeracionalidade da violência, é necessário interrogar do que se pretende proteger a família e os filhos? Diante de tudo que foi apresentado até aqui, entendemos que a manutenção do relacionamento conjugal, independentemente da qualidade dessa relação, protege as mulheres e suas famílias das violências morais e psicológicas que mulheres separadas e com filhos sofrem na sociedade, como a avaliação de seu caráter, de sua conduta moral, de sua responsabilização pelo desenvolvimento dos filhos. A simples presença de um homem protege as mulheres e os filhos desses comentários profundamente violentos, de intromissões e intervenções externas sem autorização. Assim, a figura masculina pode ser provedora de segurança social, ainda que no ambiente privado ele seja autor de violência.

Frente ao cenário de vulnerabilidade ao qual as mulheres estão expostas em sociedades patriarcais, o casamento heterossexual seria então uma forma de sobrevivência para as mulheres e ao mesmo tempo manteria a relação de servidão das mulheres em relação aos homens.

Temos como exemplo uma mulher com filhos concebidos durante relacionamentos violentos que após se separar e permanecer solteira tem encontrado dificuldades para se inserir no mercado de trabalho formal. Com frequência ela recebe a negativa das empresas da seguinte forma: *“você tem vários filhos e é solteira, se pelo menos você fosse casada”*. Apontamos diversas vezes ao longo desse trabalho que o papel de cuidado permanece sendo atribuído às mulheres e que os homens pouco ou nada compartilham dessa responsabilidade. Esse fato não é novidade, ninguém espera que o pai da criança a acompanhe ao médico ou nas reuniões escolares. Situações estas que não ocorreriam sem que a mãe fosse julgada pelos profissionais de priorizar o trabalho aos interesses de seus filhos, mesmo com o outro responsável pela criança exercendo os cuidados necessários. Também é bastante comum ouvir que a mãe deixou a criança sozinha, quando na verdade esta estava acompanhada pelo pai. Portanto, a resposta da empresa é pautada apenas em um ideal de família e não na efetividade da presença masculina para o compartilhamento das responsabilidades com os filhos e minimização dos prejuízos para as empresas causados pela ausência das funcionárias que são mães.

Ainda sobre a intergeracionalidade da violência, é importante ressaltar que não há determinismo, nem relação direta de causa e efeito. Mas múltiplos fatores interferindo nessas situações, dentre eles aspectos subjetivos que garantem a autonomia dos sujeitos,

tal como propõe o conceito de resiliência. Podemos supor que frente a uma situação traumática, os sujeitos tem ao menos duas possibilidades: a aprendizagem e reprodução daquele comportamento, assim como a recusa dessa repetição. É o que veremos mais adiante na narrativa da história de vida de Francisca.

Lembrando dos fatores inibidores internos e externos, é inquestionável a dificuldade enfrentada pelas mulheres para romper com o ciclo da violência. Há inúmeras barreiras a serem vencidas, mas o fato é que a mulher é responsabilizada por todo o processo. É ela quem deve fazer o movimento para sair da situação de violência, e esta ação não envolve apenas pensar em si e organizar a própria vida, mas abarca também seus filhos e até o companheiro. Quando decidem romper com o ciclo da violência, as mulheres acreditam que colocaram um fim na situação, porém, quando iniciam a rota, se deparam com uma série de procedimentos para os quais é necessário investimento de energia, já escassa. O que para elas havia a expectativa de ser o fim, se configura um recomeço cheio de demandas, encaminhamentos, preocupações, desgastes e cobranças. Portanto, mesmo fragilizada pela dinâmica do relacionamento violento, as mulheres precisam ter organização e motivação para enfrentar ainda muitos desafios.

Visando a validação do seu testemunho e buscando a minimização das violências epistêmica e institucional, as mulheres são orientadas a produzir provas sobre as violências vivenciadas ao longo do relacionamento, pois nem sempre há marcas físicas e provas contundentes no momento da denúncia. Ou seja, mesmo na situação de tensão e vulnerabilidade precisam estar atentas e organizadas para comprovarem seu discurso e garantirem acesso aos seus direitos.

*Sozinha a gente cabe em qualquer lugar, mas com filho não.* Essa frase, dita frequentemente por mulheres em situação de violência revela a dificuldade para enfrentar essa circunstância quando se tem filhos. A solução não implica em simplesmente fazer as malas e partir, há outras vidas e necessidades em jogo. É mais difícil encontrar figuras de apoio para acolhê-la e quanto maior o número de filhos maiores são as dificuldades, pois a demanda de espaço físico e os gastos aumentam. Devido à complexidade da situação, usualmente é necessário apoio de longo prazo, o que nem sempre é possível e retornar ao relacionamento após a tentativa de romper pode deixar a mulher mais vulnerável.

Dentro das políticas públicas, há serviços de acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esses equipamentos são divididos por público alvo:

crianças e adolescentes, adultos, pessoas com deficiência, idosos. São poucos os serviços destinados a famílias, e portanto que aceitem mulheres com filhos. Para mulheres em situação de violência há as casas abrigo, nesses acolhimentos as mulheres podem permanecer com seus filhos, porém a estada é provisória. Esses espaços são sigilosos ao mesmo tempo em que possuem diversas regras para garantir a segurança da mulher. Tais regras podem dificultar a adaptação ao serviço, assim como afetar a convivência social, familiar e comunitária dela e seus filhos. Muitas vezes essas dificuldades enfrentadas para acessar e/ou permanecer nos serviços de acolhimento mantém as mulheres em situações vulneráveis.

Outro ponto é que além de cuidar de si e das próprias questões elas têm que estar disponíveis e atentas para as necessidades dos filhos. Às vezes é necessário mudar os filhos de escola, pois mudaram de endereço, o que se torna mais um transtorno, pois conseguir vaga na escola da rede pública de ensino durante o período letivo não é tarefa fácil. Ao mesmo tempo que não matricular os filhos ou não cuidar de sua frequência escolar pode levar a genitora a ser considerada negligente ou responsabilizada por abandono intelectual, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse processo de mudança de endereço e transferência escolar pode ocorrer diversas vezes até a família conseguir se fixar em um lugar. Nessas situações, geralmente o olhar está direcionado aos direitos das crianças e adolescentes e às responsabilidades dos responsáveis. Assim, pouco se observa atenção e empatia às necessidades das mulheres mães, mostrando mais uma vez que o sujeito da maternidade são os filhos. Obviamente não se pretende violar os direitos das crianças e adolescentes, mas ampliar o olhar para incluir também os direitos e demandas das mulheres com filhos que buscam sair das situações de violência.

Supondo que a transferência e a frequência escolar não sejam um problema, temos uma outra questão, a carga horária. Raramente a carga horária escolar, especialmente da rede pública, é compatível com a jornada de trabalho, seja ela formal ou informal. Desse modo, uma mulher da classe trabalhadora com filhos precisa necessariamente ter rede de apoio ou dispor de condições financeiras para pagar por instituições privadas de contra turno escolar ou babás. A situação fica mais complexa se a mulher tem filhos em idades diferentes estudando em escolas distintas ou com alguma necessidade especial.

Trabalhar é uma necessidade para a maioria das famílias e, portanto, das mulheres brasileiras. Contudo, apesar da maternidade ser quase compulsória às mulheres em nossa cultura, poucas são as discussões sobre os direitos das mulheres mães e trabalhadoras. Ao contrário, ainda ouvimos figuras públicas justificarem que as mulheres devem ganhar menos em comparação aos homens porque engravidam e gerariam ônus para a empresa durante a licença maternidade. Há ao menos dois equívocos aqui, o primeiro é o reducionismo das mulheres à sua condição biológica, sem considerar que nem toda mulher irá engravidar então não mereceria tal punição. E o segundo é que deveríamos discutir a importância dos cuidados parentais na primeira infância das crianças e como poderíamos distribuir esses cuidados de forma mais equitativa entre o casal parental. Essa concepção internalizada socialmente somada a uma interpretação equivocada sobre igualdade entre os gêneros leva a ações rígidas das empresas e empregadores sem a compreensão necessária para a especificidade dessas situações como jornada de trabalho compatível com a carga horária escolar dos filhos, ausências no trabalho para atendimentos médicos e psicológicos para tratar os comprometimentos de saúde física e mental causados pela vivência de violência, tanto para si quanto para seus filhos, além dos preconceitos e estereótipos sobre a violência doméstica. Esse conjunto de incompreensões e julgamentos, em um momento no qual as mulheres necessitariam de mais apoio, pode levar a sua demissão, gerando um outro problema, o financeiro.

Embora o art. 9º, §2º, inciso II da Lei Maria da Penha disponha, enquanto assistência às mulheres em situação de violência, a manutenção do vínculo trabalhista pelo período de até 6 (seis) meses quando identificada a necessidade de afastamento do trabalho, há uma série de questões sobre esse tópico. Primeiramente, essa previsão legal contempla apenas as mulheres com trabalho formal. Em segundo lugar, a legislação não determinou sobre o pagamento do salário às mulheres afastadas, desse modo, não há responsabilidade do empregador nem do Estado. Assim, ainda que as mulheres possam contar com a garantia do vínculo de trabalho, poucas poderão usufruir desse direito se a renda familiar estiver comprometida e, provavelmente, se colocarão em risco para garantir o sustento da família. Outro ponto digno de nota é que essa norma visa preservar o contrato de trabalho exclusivamente durante o período do afastamento, sem nenhum incentivo ou garantia da manutenção do emprego após o retorno da trabalhadora. Desse modo, as mulheres podem ser discriminadas, perseguidas e demitidas após usufruírem

desse direito, como retaliação da empresa. Essas questões sinalizam a importância de atualizações na lei para que sua implementação seja efetiva.

Além de toda essa responsabilização e sobrecarga, as mulheres precisam lidar com o desgaste emocional que é lutar para sobreviver apesar das violências sofridas, superar o medo aprendido com as experiências, se esquivar das ameaças feitas pelo ex-companheiro, garantindo a própria segurança, uma vez que o risco de feminicídio é real. Não bastasse tudo isso elas ainda enfrentam a pressão social nos serviços públicos e privados questionando a sua versão dos fatos e sua habilidade materna. O mesmo ocorre em sua rede de apoio social e familiar, quando esta existe. Então, dizer que basta fazer a denúncia e querer sair do relacionamento violento, sem olhar aprofundadamente para todas as demandas e sobrecargas às quais as mulheres ficam submetidas, é reproduzir um discurso androcêntrico, simplista e irreal.

Lembro-me da história de uma mulher que adoeceu gravemente em virtude do relacionamento violento. Fez diversas tentativas de romper com o ciclo da violência sem sucesso, pois o companheiro era muito violento e boicotava todos os vínculos construídos por ela. Desse relacionamento possui duas filhas. Por cerca de 10 anos se manteve no relacionamento, pagando com a própria vida, para manter o contato com as filhas, pois sabia que para sair, teria de deixá-las com o pai. Porém, diante da experiência de quase morte, seja pela violência direta, seja pelo adoecimento em decorrência dela, decidiu separar-se. As violências se intensificaram e perduram mesmo após o término do relacionamento. O preço a ser pago por sua sobrevivência foi ceder a guarda das filhas ao pai, pois sabia que nenhuma delas teria uma vida saudável se ela entrasse na disputa pela guarda. Como possui medida protetiva contra o ex-companheiro, ela não pode buscar as filhas na casa do pai, pois ele não facilita o contato dela com as filhas. Ao contrário, aponta problemas em todas as pessoas que se apresentam para fazer essa mediação, quando não as ameaça e as fazem desistir de ajudar, assim como não autoriza as filhas a andarem sozinhas por alguns quarteirões para encontrarem a mãe, nem entrarem em um carro de aplicativo na porta de sua casa. Ou seja, mesmo tendo a guarda das filhas precisa continuar agredindo a ex-companheira e utiliza-se das filhas para isso. Além das violências que continua sofrendo do ex-companheiro e da falta de contato frequente e saudável com as filhas, a principal queixa dessa mulher é o julgamento que recebe pelos diversos locais em que circula por não ter a guarda das filhas. Em nossa sociedade, apenas uma mãe muito ruim perde a guarda das filhas, apenas uma mulher muito cruel e egoísta

abre mão de cuidar das próprias filhas. Desse modo, embora ela tenha saído do relacionamento violento, continua sofrendo violências do mesmo agressor e da sociedade. Ela, que escolheu viver, é impedida a todo momento de ter uma vida plena e saudável. A parte mais grave é que ela própria se culpa e sofre por não ter a guarda das filhas, embora tenha plena consciência de ter feito o melhor que pôde na situação e saiba, racionalmente, que essa foi sua melhor opção.

Somado à problemática que vimos apresentando até aqui, identificamos outro problema, a fragmentação dos serviços e a falta de intersecção ou falha na compreensão entre as demandas. Por exemplo, a lei Maria da Penha prevê como uma das Medidas Protetivas de Urgência, no art. 22, inciso IV a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar, caso seja constatada a violência contra as mulheres. Porém, em minha prática profissional, escutei mais mulheres queixando o fato de precisarem manter algum contato com o autor de violência, uma vez que é direito dos filhos a convivência familiar com o genitor não guardião, e as novas violências advindas desse contato, do que mulheres sentindo-se seguras pelo afastamento do agressor. Mais comum talvez seja esse afastamento quando fica comprovada também a violência contra as crianças, ou seja, o afastamento é para protegê-las e não por avaliar que fiquem expostas às violências entre o casal parental é também demanda de proteção, ou por compreender a necessidade desse afastamento para a proteção das mulheres que ficam vulneráveis nessa relação com o ex-companheiro autor de violência.

Por um breve período, durante a execução desta pesquisa atuei como psicóloga em um anexo de violência doméstica e familiar contra a mulher, um serviço vinculado às varas criminais do Tribunal de Justiça do Estado. Embora a proposta de trabalho desse setor seja bastante complexa e abrangente, fui surpreendida pela demanda de trabalho ser majoritariamente o depoimento especial<sup>16</sup> de crianças e adolescentes, muitas delas agredidas na mediação das violências conjugais entre o casal parental. A surpresa se deu não pela necessidade de colher o depoimento das crianças e adolescentes, mas pela ausência de demanda de atendimento, orientações, acolhimento das mulheres que

---

<sup>16</sup> Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária. O procedimento é realizado por uma equipe multidisciplinar capacitada em entrevista forense com crianças e adolescentes. O depoimento é gravado em áudio e vídeo de modo que a criança ou adolescente não precise repetir a história e reviver a violência. Para maiores informações ver LEI Nº 13.431/2017.

sofreram violências, assim como a falta de pedido de avaliação e laudo psicossocial para auxiliar o juízo na tomada de decisão quanto a manutenção ou revogação das medidas protetivas de urgência, e a inexistência de encaminhamento dos autores de violência para orientação ou grupos de apoio visando a ruptura do ciclo da violência.

O fato é especialmente interessante se considerarmos os casos nos quais a violência era contra as mulheres, mas os filhos foram interceder em favor da mãe e acabaram sendo agredidos, pois nenhuma dessas mulheres foram encaminhadas ao setor psicossocial, apenas o foram suas filhas, em virtude de legislação específica para oitiva de crianças e adolescentes. As mulheres violentadas prestam seu depoimento em audiência comum e a elas não é ofertado nenhum outro atendimento. A partir desses elementos recordamos que o sujeito da maternidade são as crianças e adolescentes, e não as mulheres, conforme abordado anteriormente.

Somado a isso, podemos refletir o quanto as políticas públicas para as mulheres além de não serem interseccionadas, são preteridas em relação a outras políticas públicas, como é o caso de crianças e adolescentes. Obviamente que são públicos guiados por legislações distintas, e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a prioridade absoluta para a infância e adolescência. O ponto que pretendemos destacar é o enfraquecimento das ações em oposição à potencialização e ao fortalecimento delas. Neste exemplo que apresentamos, uma família na qual a mulher sofria violência doméstica e as agressões chegaram a atingir diretamente suas filhas, deveria receber atenção e proteção redobrada, pautada na integralidade e considerando a complexidade da vivência de violência, mas na prática, o que ocorre é a fragmentação: cada membro da família sendo atendido de forma segmentada e hierarquizada. Muitas vezes, as mulheres que também sofreram violência são silenciadas e apagadas pelas demandas dos filhos, sendo convocadas como responsáveis das crianças e adolescentes agredidos e não elas próprias como sujeitos de direitos por terem sofrido violência.

Ainda sobre essa questão, o sistema judiciário também funciona de forma fragmentada. Os casos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes são acompanhados pelas varas de infância e juventude, enquanto que os casos de guarda e regulamentação de visitas são atribuições das varas de família, e os casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres são atendidos pelas varas criminais ou pelas varas especializadas de violência doméstica. Não é incomum que uma situação de violência

doméstica contra as mulheres envolva essas três varas, podendo ainda incluir as varas cíveis e criminais. Contudo, as informações que cada uma possui é restrita à competência daquele juízo. Desse modo, não há comunicação direta entre a violência doméstica tratada pela vara especializada e o processo de acolhimento institucional ou de guarda de uma criança ou adolescente, por exemplo, embora essa informação possa ser relevante para compreender o contexto e o histórico familiar com objetivo de avaliar a necessidade da manutenção do acolhimento, bem como qual o melhor guardião para as crianças e adolescentes.

Essa fragmentação das informações pode intensificar a violência epistêmica contra as mulheres, em virtude do apagamento de elementos relevantes. Além de favorecer a violência processual, definida como o ataque jurídico de mulheres por seus parceiros, isto é, a ação de acionar o judiciário de forma abusiva tendo como objetivo de intimidar e constranger ou obter alguma vantagem indevida no curso do processo judicial. A violência processual pode ser compreendida como mais uma forma de violência contra as mulheres. Segundo a advogada Cláudia de Luna<sup>17</sup>, “a violência processual se materializa por meio de uma das práticas mais perversas, que é o lawfare de gênero, a utilização do Direito para perseguir as mulheres, deslegitimá-las, desqualificá-las, utilizando a via processual ou a via judicial para tanto”. O termo lawfare, um conceito-denúncia criado pelas juristas Soraia Mendes e Isadora Dourado, deriva da junção de termos em inglês para se referir à guerra travada no judiciário.

A advogada Claudia de Luna cita um exemplo no Direito de Família:

“Lawfare ocorre quando uma mulher, por exemplo, que sofreu uma violência doméstica e busca em juízo uma medida protetiva em um contexto de violência da sua relação com companheiro ou com o pai dos seus filhos é alvo, em seguida, de processos. O homem, na sequência, por meio da sua assessoria jurídica, entra com uma ação de guarda compartilhada ou de alienação parental exclusivamente com fim de perseguir essa mulher, de desqualificá-la, utilizando expressões como ‘louca’, ‘alienadora’, ‘manipuladora’”.<sup>18</sup>

As juristas Soraia Mendes e Isadora Dourado contribuem com outros exemplos:

“Na seara criminal, são o (ab)uso de interpelações, representações por denúncia caluniosa. Na esfera do Direito de Família, a alegação vaga de alienação parental, o inadimplemento de alimentos ou incumprimento das

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.aasp.org.br/noticias/advogadas-denunciam-casos-de-violencia-processual-em-todas-as-areas/> acessado em 23/06/2023.

<sup>18</sup> Ver nota 17.

regras de convívio; e, em sede dos juizados de violência doméstica e familiar, a burla a medidas protetivas de urgência com o ingresso de pedidos de guarda compartilhada e outros procedimentos”<sup>19</sup>.

A Lei 14.245/2021, denominada Lei Mariana Ferrer, altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei 9.099/1995, com o objetivo de combater a violência processual, coibindo atos que atentem contra a integridade física e psicológica da mulher vítima ou testemunha no processo, de modo a evitar a exploração de qualquer aspecto irrelevante da vida da privada da mulher que poderiam causar humilhação, constrangimento e confusão desnecessária na apuração dos fatos.

Apesar dos avanços representados pelo reconhecimento da violência processual contra as mulheres pelo sistema judiciário, ainda é tempo de luta para que haja aplicação prática dessa legislação a ponto das mulheres estarem efetivamente protegidas. Para tanto é essencial denunciar e tornar visível os casos de violência processual, além de pensar ações interseccionadas e menos fragmentadas tanto no sistema judiciário quanto nas políticas públicas, especialmente no tocante às situações de violência doméstica nas quais as mulheres possuem filhos.

No caso citado anteriormente no qual ocorreu acolhimento institucional de uma criança, processo de guarda e regulamentação de visitas, violência doméstica com deferimento de medidas protetivas em favor da genitora da criança e prisão do autor, há pelo menos quatro processos distintos cada um contendo informações específicas de sua área de atuação, isto é, nenhum dos profissionais tem acesso ao todo da situação. Há o processo de acolhimento institucional da criança vinculado à vara da infância e juventude que irá versar sobre o direito violado da criança que culminou no acolhimento. Um segundo processo, de guarda dessa criança, no qual os genitores ou familiares extensos requerem judicialmente a guarda da criança, este processo corre nas varas de família. Um terceiro processo, associado à vara criminal ou à vara especializada de violência doméstica ocorre em virtude do registro da violência doméstica para garantir a proteção necessária à mulher que sofreu violência, como o deferimento e acompanhamento da medida protetiva de afastamento do agressor. E por último o processo criminal contra o autor de violência. Trata-se de um caso bastante comum em situações graves de violência

---

<sup>19</sup> Ver nota 17.

doméstica, porém as informações ficam fragmentadas, o que certamente produz vieses e até contradições nas decisões de cada juiz.

Um estudo realizado com mulheres que tiveram a guarda compartilhada de seus filhos determinada contra sua vontade pelo Poder Judiciário (LOBÃO, LEAL e ZANELLO, 2020) apontou pouca escuta desse órgão para as questões específicas das mulheres, resultando em sobrecarga de cuidados, de mediação da relação entre pai e filhos e expondo-as a conflitos e violências com o ex-companheiro. Em todos casos estudados, os pais já não exerciam a paternidade de forma ativa durante o casamento, mas mesmo assim pleitearam a guarda compartilhada dos filhos, dando pistas de que essa ação é direcionada às ex-companheiras e não por interesse de cuidados com os filhos. Evidenciando a prática da violência processual como extensão da violência de gênero apresentada anteriormente. “Em suma, sem uma devida leitura qualificada de gênero, sobretudo em um país sexista como o nosso, uma decisão judicial desse porte pode se efetivar como forma de violência institucional contra as mulheres” (LOBÃO, LEAL e ZANELLO, 2020, p. 55). As autoras sugerem ainda que a guarda compartilhada seja sempre evitada em relações marcadas por algum ou mais tipos de violências.

Quanto à questão da maternidade, se entendermos o "constrangimento à maternidade" (TABET, 1985) citado nos capítulos anteriores, como uma forma de violência simbólica, isto é, que "tem como enfoque o processo de deslegitimação, destruição da autoconfiança e desqualificação da mulher na díade do relacionamento afetivo-sexual" (GONZAGA, 2020, p. 32), podemos considerar que em virtude do efeito traumático da violência, o constrangimento à maternidade produz os mesmos efeitos prejudiciais para a saúde física e mental das mulheres que as violências tipificadas na lei Maria da Penha. Assim, a vivência de violência, seja ela simbólica ou não e independentemente do tipo, é fator de risco e adoce gravemente as mulheres.

Apesar do imperativo social pela maternidade é importante analisar o contexto no qual uma gestação ocorre, nem sempre de forma planejada, em relações afetivas estáveis e saudáveis e partindo do desejo da mulher pela maternidade. Dentro do escopo da violência sexual, estão o impedimento de utilizar qualquer método contraceptivo, a indução forçada à gravidez, o impedimento e a indução ao aborto, e um tema pouco debatido mas extremamente comum, o estupro conjugal. Todas essas situações não ocorrem de maneira isolada, mas dentro de uma dinâmica de violência na qual, as

violências psicológica e moral, acompanham a violência sexual. Esta aparece de maneira silenciosa e de difícil identificação e nomeação pelas mulheres, sobretudo quando acontece dentro do relacionamento amoroso (MAGALHÃES, ZANELLO e FERREIRA, 2023). Assim, a violência sexual se confunde com o sexo cedido dentro do casamento, isto é, uma forma de evitar o desencadeamento de outras violências como por exemplo, acusações de que está tendo relações extraconjugais, humilhações, ameaças e xingamentos, além, obviamente, da violência física. Vale destacar que culturalmente o sexo cedido é estimulado, pois ainda se entende que é obrigação da mulher satisfazer os desejos sexuais do marido, seja porque ela tem o dever moral de agradá-lo ou para tentar evitar uma traição, a qual ela seria responsabilizada, caso ocorresse.

Note-se que utilizamos o verbo ceder para tratar das violências sexuais sofridas por mulheres na relação conjugal e tal escolha não foi aleatória. Nicole-Claude Mathieu diferencia ceder de consentir e essa discussão nos é cara para refletir sobre as situações de violência doméstica contra as mulheres, nas quais tenta-se responsabilizar as próprias mulheres pelas violências sofridas, contudo, "a domesticidade não implica necessariamente o consentimento" (MATHIEU, 2021, p. 248).

Para a autora, consentimento sugere conhecimento, consciência, decisão e "é justamente enquanto sujeito *não consciente* da opressão que ela se submeteu a tanto" (p. 253). Há portanto um estágio de inconsciência, de negação da opressão e um estágio posterior de tomada de consciência. Desse modo, não há que se falar em consentimento quando a violência é a "força principal da dominação" (MATHIEU, 2021, p. 251). Isto é, em relações de dominação, como as de gênero, não existe consentimento, apenas violência.

Desse modo, considerar que as mulheres em situação de violência têm consciência de sua condição de opressão e decidem voluntariamente consentir é inconcebível. Tal suposição coloca a responsabilidade na pessoa oprimida e não em quem pratica a violência. Analisando a estrutura viriarcal, conseguimos compreender o motivo da insistência em afirmar o consentimento das mulheres às violências, pois assim, beneficiaria os homens e o Estado opressor. De acordo com Nicole-Claude Mathieu, (2021, p. 258):

A palavra "consentimento" aplicada aos (às) dominados (as) praticamente anula toda a responsabilidade por parte do opressor. Uma vez que o oprimido consente, não há nada de verdadeiramente imoral no comportamento do

"dominante". O caso, de certa forma, é colocado de novo no marco de um contrato político clássico.

A autora retoma aí o assunto do contrato, já abordado por nós, a partir das contribuições de Carole Pateman, anteriormente. Nicole-Claude Mathieu (2021) salienta que as mulheres não conhecem todos os termos do contrato, sendo assim, não poderiam consentir, uma vez que o consentimento implica em conhecimento.

Retornando ao assunto da violência sexual dentro dos relacionamentos conjugais, é preciso considerar que os estupros podem culminar em gestação, nem sempre desejadas. "Embora o aborto seja legal para os casos de estupro, sua prática não é aceita quando se trata de situações de violência sexual no âmbito conjugal, o que resulta no aborto provocado ilegal" (DINIZ, GESTEIRA, *et al.*, 2011). Diante de uma gravidez não planejada em meio a um relacionamento violento algumas mulheres podem se ver diante de uma situação ainda mais complicada, na qual o aborto, mesmo sendo ilegal e provocar riscos à saúde das mulheres que recorrerem a clínicas clandestinas, ainda assim possa ser vislumbrado como uma possibilidade.

Em minha prática profissional com mulheres em situação de violência e na sondagem para essa pesquisa cujo interesse é justamente pela maternidade de mulheres em situação de violência, todas as mulheres escutadas afirmaram terem optado pela manutenção da gestação apesar da complexidade desta em meio à violência. Contudo, um estudo realizado com mulheres em situação de aborto provocado apontou a violência doméstica como um dos motivos preponderantes para justificar a interrupção da gravidez, sendo que "das mulheres que sofreram violência doméstica na gravidez atual, 67% disseram ter realizado o aborto em decorrência desta vivência" (DINIZ, GESTEIRA, *et al.*, 2011). Assim, é possível observar a associação entre a vivência de violência doméstica e o aborto provocado.

Esse tema do aborto também nos remete ao conteúdo debatido no segundo capítulo dessa dissertação sobre a maternidade ser social e não biológica, de acordo com Nicole-Claude Mathieu, isto é, o aborto é uma forma de recusa à maternidade, demonstrando que esta se aproxima mais de uma decisão do que da natureza.

Destacamos ainda que incontáveis são os relatos de mulheres que afirmam terem sido questionadas se iriam querer incriminar/prender o pai de seus filhos ao procurarem

ajuda profissional para sair da situação de violência, ou seja, além de terem seu discurso questionado e não serem acolhidas pela violência sofrida, ainda são responsabilizadas enquanto mães por uma ação alheia a elas e que nos termos jurídicos, elas figuram como vítimas. Há, portanto, “uma transferência de responsabilidade diante da violência, em que as mulheres eram tidas como as culpadas pelas consequências dos atos dos homens” (MAGALHÃES, ZANELLO e FERREIRA, 2023)

Uma mulher atendida em um serviço público especializado no atendimento a mulheres em situação de violência relata que procurou a delegacia após ser agredida pelo então ex-companheiro e pai de seu filho. Nessa ocasião, o profissional que a atendeu recusou-se a registrar a ocorrência com o pretexto de que conhecia a família do agressor e que eram pessoas boas. Por sorte essa mulher estava mais fortalecida e questionou se por acaso a família dela não era boa e portanto ela deveria suportar a violência, e exigiu o seu direito de comunicar a violência sofrida.

Nessas situações identificamos a injustiça testemunhal quando desqualificam o discurso das mulheres tentando convencê-las de que acessar seus direitos é prejudicar o companheiro/ex-companheiro ou pai de seus filhos, este sim sujeito de direitos, pressupondo que o dano causado às mulheres pela agressão é menor do que o causado ao autor ao ser responsabilizado por sua ação. Além da tecnologia de gênero, pois quando o autor de violência é nomeado como pai ou alguém de boa família, as mulheres são convocadas pela via do afeto e do vínculo que as sensibilizam e as fazem questionar sua ação. Assim, além de colocá-las na posição de crueldade por prejudicar o companheiro/ex-companheiro e a família deste, responsabiliza-as por prejudicarem também os próprios filhos, o que as transformaria em péssimas mães. Como nos adverte Paula Gonzaga (2020, p. 38):

Na hierarquização binária entre bem e mal que o marco civilizatório colonial impôs em todos os âmbitos da vida humana, coube às mulheres provarem seu valor através da obediência ao matrimônio, à maternidade e ao pacto silencioso de nunca denunciar qualquer que seja a violência que lhe afetou, nem tampouco impor sua vida, sua existência e seus sonhos acima da de quem quer que seja. Romper com essa moralidade hegemônica implica na demonização da mulher e por consequência das mulheres como um todo.

Há produção de discursos que deslegitima as denúncias das mulheres e provoca o silenciamento delas e sua auto responsabilização pelas violências vivenciadas. Essa recorrente representação das mulheres como sujeitas indignas de confiança tem efeitos

objetivos e subjetivos e é um poderoso instrumento na perpetuação das práticas de violência contra as mulheres, pois reforça o silenciamento destas sobre a questão e autoriza publicamente o direito masculino à agressão, à medida que não implica os homens como autores de atos hediondos e dignos de punição severa. (GONZAGA, 2020). Desse modo, a decisão de permanecer em silêncio pode ser decorrência direta de respostas negativas encontradas nas instituições às quais as mulheres recorreram, e lhes ensinaram que falar e pedir ajuda pode acarretar mais riscos à sua vida do que proporcionar alternativas concretas para lidar com a situação (GIMENES, 2021). Nessa linha, Sagot (2000) aponta que os silêncios das mulheres afetadas pelas violências são resultados não apenas do processo de socialização de gênero, mas também são aprendidos com base nas experiências, em virtude da falta de respostas sociais adequadas e, "por essa razão, depois de alguma tentativa mal sucedida, muitas vezes demoram anos para voltar a falar e pedir ajuda (SAGOT, 2000, p. 106).

Portanto, o silêncio das mulheres frente às situações de violência, a recusa em recorrer aos serviços em busca de ajuda e a rejeição por efetivar a denúncia contra o autor vai muito além de amor, dependência emocional e financeira, e cumplicidade. Há uma estrutura que favorece esses comportamentos das mulheres e que constrói suas subjetividades, e o faz de forma a camuflar a própria organização e responsabilizar integral e individualmente as mulheres. Nossa intenção é denunciar as teias e discursos ocultos que sustentam uma versão estereotipada sobre a violência doméstica contra as mulheres, assim como evidenciar que as mulheres "não são apenas vítimas indefesas, completamente submetidas às forças sociais e políticas, ou à violência masculina. Elas também acionam diferentes modos de agência e resistência e criam formas de sobreviver" (RICHWIN e ZANELLO, 2023, p. 11-12).

Como vimos, são muitos os afetos que mantêm as mulheres nos relacionamentos violentos: a tentativa de garantir o bom desenvolvimento dos filhos criados por ambos os genitores, a preocupação de não prejudicar o companheiro, o sofrimento causado pela falta de rede de apoio, o medo da concretização das ameaças, da intensificação da violência, do risco de morte, dos julgamentos e preconceitos que irá enfrentar. Do mesmo modo que os afetos sustentam os relacionamentos é também na via afetiva que encontramos a chave de saída dessa situação. Conforme abordado anteriormente, saída não é apenas a ruptura do relacionamento, mas também a mudança na dinâmica violenta do casal.

Não se trata exatamente do agravamento das violência em si ou de exaustão, pois as mulheres se adaptaram e aprenderam a sobreviver a elas. É pelo afeto que se chega ao ponto de basta, que a gota d'água faz transbordar o copo, que se rompe o limite e faz a mudança ser necessária, pois aquilo ao qual se estava conformada não é mais suportável ou tolerável. “Cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres” (Safiotti, 2015 p. 80). *Quando ele passou a olhar torto (com lascívia) para as minhas filhas, eu soube que não dava mais para aguentar as violências e humilhações, eu tinha que sair daquele relacionamento. Ele me chamou de analfabeta, aí foi demais, aí eu me separei. Enquanto as agressões eram comigo eu suportava, mas quando ele bateu no meu cachorro eu chamei a polícia. Um dia ele disse que eu estava sonhando alto demais, eu ia ser sempre uma faxineira, pra quê estudar, fazer graduação, eu fiquei arrasada.* De forma alguma pretende-se hierarquizar as violências nem ignorar as violências presentes nesses exemplos. O objetivo é apontar que apesar das violências físicas severas e dos abusos psicológicos, morais, patrimoniais e sexuais aos quais essas mulheres estiveram expostas por muitos anos, é um olhar, uma palavra, uma atitude que as fisga afetivamente a ponto de esboçarem algum movimento rumo à mudança. É o afeto que dá a dimensão da gravidade da violência vivenciada e não o ato em si. Ou melhor, é o afeto que qualifica uma ação como violenta ou não para cada sujeito, a partir da singularidade de cada um. Assim, “embora se trate de um mecanismo de ordem social, cada mulher o interpretará singularmente. Isto posto, a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato violento situa-se no terreno da individualidade” (Safiotti, 2015 p. 80).

As análises apontadas nesse capítulo nos levam a pensar sobre a necessidade de políticas públicas interseccionadas que considerem a integralidade e a complexidade das situações, especialmente para as mulheres. Como vimos, a construção do conhecimento foi feita por homens e para homens e ainda que as teorias críticas e as epistemologias feministas tenham feito um bom trabalho ao criticar esse modelo positivista, branco, burguês, androcentrado, ainda somos surpreendidas constantemente com informações que revelam especificidades de determinado público que contrariam a informação genérica anterior. É importante lembrar que o geral, ou o universal, é sempre o homem, branco, cisgênero, heterossexual das classes dominantes. Portanto, há muito que se desconstruir sobre o conhecimento que está posto, e mais ainda a se descobrir levando em conta a produção de conhecimento por quem de fato vivencia, isto é, o conhecimento

encarnado. No caso das mulheres, faz-se necessário políticas públicas pautadas pelo viés feminista, feita por mulheres e para mulheres, interseccionadas com raça, classe, maternidade, violência doméstica e demais especificidades deste público. Mulheres que têm filhos, ou seja, levam a gestação a termo e exercem os cuidados da criança, durante a vivência do relacionamento violento tem efetivo desejo pela maternidade, a despeito de toda a complexidade de sua vida? Numa situação de estupro conjugal, não reconhecem a violência sofrida e não buscam o acesso a direitos, como o aborto legal? Sentem-se responsáveis pela gestação, influenciadas pelo discurso "só engravida quem quer" ou "na hora de fazer foi bom, mas agora não quer a responsabilidade" e se negam o direito de questionar sobre seu interesse pela maternidade e apenas aceitam essa condição? Essas foram algumas das perguntas que motivaram essa pesquisa. E na impossibilidade de chegar a uma resposta universal, tendo em vista que uma multiplicidade de fatores interferem nessa resposta, o que confere singularidade à resposta de cada mulher, apresentaremos a seguir a história de uma mulher entrevistada para essa pesquisa e sua experiência com a maternidade durante a vivência de relacionamentos violentos.

## **CAPÍTULO 4 - ANO PASSADO EU MORRI MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO<sup>20</sup>**

### **4.1. Contextualização do tema e seleção de participantes**

O interesse pela presente pesquisa surge a partir da observação profissional, enquanto psicóloga e servidora pública, durante os atendimentos a mulheres em situação de violência doméstica num Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. O CREAS é um órgão estatal de abrangência municipal integrante do Sistema Único de Assistência Social que por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) tem por objetivo ofertar ações de orientação, proteção e acompanhamento às famílias com um ou mais membros em situação de risco pessoal e social, ameaça ou violação de direitos.

Inicialmente propusemo-nos a fazer estudo de caso com cinco mulheres, na faixa etária entre 18 e 59 anos, em situação de violência doméstica e com filhos concebidos durante a vivência do relacionamento violento atendidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, a partir da triagem dos prontuários. No entanto, tendo em vista a relevância de duas situações para motivar a presente pesquisa, optamos por focar o estudo de caso com essas duas mulheres incluindo, quando necessário, fragmentos de outras histórias colhidos pela pesquisadora em sua trajetória profissional. Apresentaremos a seguir as duas situações paradigmáticas que motivaram esse trabalho.

Na primeira delas, uma mulher, então com 35 anos relata no primeiro contato com a equipe técnica que sofre violência desde seus 5 anos de idade. Mãe de 6 filhos, todos concebidos durante a vivência de relacionamentos violentos, conta diversas cenas de violência e humilhação ao acessar serviços públicos. Nessas ocasiões era questionada por ter tantos filhos, o que ao olhar dos profissionais era uma irresponsabilidade para uma mulher nordestina, migrante e pobre. Essa hiper responsabilização por vezes resultava na dificuldade em obter acesso aos serviços que são seu direito enquanto cidadã. Ela também relatou diversos sintomas orgânicos e psicológicos, para os quais tínhamos a hipótese de se tratar de adoecimento psicossomático em decorrência do histórico das vivências de violências prolongadas. Realizamos diversas abordagens de diálogo com diferentes

---

<sup>20</sup> Trecho da música AmarElo de Emicida com Sample da música de Belchior chamada Sujeito de Sorte

profissionais no intuito de discutir o caso e encaminhá-la para tratamento de saúde mental, no entanto, as várias tentativas foram frustradas e ela seguiu sendo atendida pelo médico clínico com os tratamentos que vinham se provando ineficazes. Apenas quando passou a apresentar distúrbios do sono, alucinações e ideação suicida ela conseguiu acessar o serviço de saúde mental, porém continuou sendo tratada sem que as vivências de violência fossem consideradas em seu processo de adoecimento.

A segunda situação, já foi apresentada anteriormente e trata-se de uma mulher que vivia há alguns anos em um relacionamento violento, cujas violências levaram ao acolhimento institucional de sua filha, uma vez que a criança ficava em situação de risco durante as brigas do casal, e teve como desfecho a guarda unilateral da criança ao pai e o direito à convivência materna com a criança mediada pelo genitor da criança e autor de violência contra a companheira. Neste caso, como em outros, observamos que as crianças são frequentemente utilizadas pelos autores de violência como forma de agredir as mulheres durante ou após o término do relacionamento, ou seja, como uma forma de perpetuar a violência doméstica.

Em ambos os casos relatados é possível notar que as mulheres sofreram múltiplas violências, seja por seus companheiros no caso da violência doméstica, seja pelos diversos serviços que negligenciaram essa questão, bem como reproduziram violência ao desqualificá-las em seu papel de mãe.

O trabalho com as situações de violência exige um cálculo constante das consequências das nossas ações a fim de minimizar os riscos, neste caso, para as mulheres que já estão fragilizadas pela violência. Desse modo, convidarmos a segunda mulher para participar desta pesquisa não seria adequado ou seguro, tendo em vista que ela se mantém no relacionamento violento com o mesmo companheiro.

Como dissemos, ao pai da criança foi concedida a guarda unilateral da filha. E mencionamos também que é comum os homens autores de violência se utilizarem dos filhos tanto para controlar quanto para agredir as mulheres. E neste caso, o homem que fora condenado por violência doméstica, ou seja, que comprovadamente cometeu abusos contra a companheira foi premiado com a guarda unilateral da única filha do casal, e tendo esse poder em suas mãos, não se furta em utilizá-lo para dificultar o quanto possível o contato da mãe com a criança. Ora importunando durante as visitas, que devem ser assistidas por alguém da confiança do pai, ora julgando a conduta da mãe para justificar

a impossibilidade de autorizar o contato com a criança. Diante desse cenário, desamparada de rede de apoio efetiva e refém de políticas públicas incapazes de garantir seu contato saudável com a filha, entende que sua única opção é sacrificar-se nesse relacionamento violento para conseguir estar presente e poder acompanhar o desenvolvimento da criança.

Em um dos últimos contatos que tivemos com esse núcleo familiar, durante uma visita domiciliar de acompanhamento, ficou evidente que os conflitos e as violências permaneciam inalteradas. Nossa presença encorajou a mulher a expressar seus incômodos com o pai de sua filha. Ela nos utilizou para dizer a ele todas as suas queixas, e foi uma conversa bastante acalorada. Durante a nossa presença, a mulher se expressou, brigou, reclamou e o homem oscilava entre participar e se ausentar da conversa, embora pudesse ouvir tudo que era dito, e pontualmente ele se defendia e se justificava. Posteriormente, pudemos avaliar o efeito desse encontro. Essa mulher compareceu ao CREAS com sinais de agressão física dizendo que desde a nossa saída daquela visita os conflitos se intensificaram, houve muitas agressões. Mas ela seguia afirmando que se quisesse criar a sua filha, teria que aguentar essa vida.

Diante dessa experiência, compreendemos que as intervenções do serviço estavam expondo essa mulher a mais situações de violência ao invés de protegê-la e optamos por nos disponibilizarmos para que ela procurasse o serviço quando julgasse necessário, mas que não iríamos mais procurá-la. Assim, avaliando que nossa intervenção nem sempre é protetiva ou causa efeitos positivos, decidimos não convidar essa mulher para participar da pesquisa.

Desse modo, realizamos o estudo de caso com uma mulher com filhos concebidos durante a vivência de violência doméstica atendida pelo PAEFI/CREAS e que foi uma das inspiradoras para o presente trabalho. Sua história é única, singular, mas contém diversos elementos comuns às histórias de outras mulheres que pudemos acompanhar em nossa prática profissional. Assim, sempre que necessário, ao longo do texto trouxemos fragmentos de histórias de outras mulheres atendidas pela pesquisadora ao longo de sua trajetória profissional.

Advertidas de que as materialidades constituem o ambiente e interferem diretamente na produção de afetos, sentimentos e pensamentos, atuando como co-produtoras de subjetividades e realidades (ARAGAKI, LIMA, et al., 2014) buscamos, por

meio de entrevistas semi-estruturadas, respeitando as regras sanitárias impostas em virtude da pandemia do novo coronavírus, coletar dados a partir da narrativa da mulher selecionada, acerca da relação entre maternidade e violência doméstica. Propusemo-nos ainda, tal como Mary Jane Spink (2007) a pesquisar no cotidiano, ou seja, como parte integrante dessa comunidade de mulheres e não como pesquisadora separada de seu objeto de pesquisa. Essa forma de trabalho em pesquisa nos remete ao ensinamento de Donna Haraway (1995, p. 36), no qual os:

"saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento 'objetivo'".

As mulheres que sofreram violência têm necessidade de falar sobre essa experiência vivida (SILVA, BRANCO, et al., 2019), no entanto, o lugar social destinado às mulheres em relação ao sofrimento é a resignação e o silêncio, assim, na impossibilidade de se expressarem, a única saída encontrada pelas mulheres é a depressão (GARCIA, 1995). Desse modo, conferir o lugar de protagonismo e de sujeitas às mulheres é especialmente importante em situações de violência doméstica, nas quais as mulheres comumente assumem posição de vítima e assujeitamento. Para tanto, retomamos o conceito de *Herstory*, um neologismo utilizado pelas feministas que em tradução livre significa "história dela", em oposição ao termo em inglês *history* (história) ou *his story* (história dele), que aponta o viés do ponto de vista masculino na construção do conhecimento. Desse modo, para contar a história de vida de Francisca<sup>21</sup> que se segue mais adiante partimos da perspectiva de quem a viveu ao invés de contar no lugar dela.

Vale destacar que essa pesquisa foi planejada e iniciada enquanto eu atuava como psicóloga no PAEFI, e nesse contexto atendia mulheres em situação de violência doméstica por dois motivos: interesse e sensibilidade para identificar e atender essa demanda dentre outras violações de direitos das famílias atendidas; e segundo, porque no município em que atuava, o serviço do Centro de Referência da Mulher era executado indiretamente, por uma parceria firmada por meio de chamamento público entre o poder público e organizações da sociedade civil. Nesse tipo de parceria, há um período de

---

<sup>21</sup> Nome original da participante que opta por mantê-lo, pois afirma que já se escondeu demais na vida e agora quer utilizar seu próprio nome para contar sua história (*Herstory*).

vigência desse contrato, devendo haver um novo chamamento público após seu vencimento. Ocorre que entre o vencimento de um contrato e início do próximo, por algumas semanas ou meses a oferta do serviço do Centro de Referência da Mulher ficava suspensa e essa demanda era atendida pelo CREAS/PAEFI nesse período. Em abril de 2022, ou seja, durante essa pesquisa, o município incorporou o serviço do Centro de Referência da Mulher, passando a ser executado diretamente pelo poder público vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, um ganho da perspectiva da continuidade da oferta do serviço. Nessa transição, fui transferida e passei a compor a equipe técnica do Centro de Referência da Mulher, assim, além do estudo de caso que será apresentado a seguir com uma mulher que foi atendida enquanto atuei como técnica do PAEFI, trarei sempre que necessário também fragmentos de outros casos de mulheres atendidas por mim enquanto psicóloga do Centro de Referência da Mulher.

Antes de avançarmos para o estudo de caso em si, apresentaremos o território e a rede de enfrentamento e atendimento às mulheres do município no qual a pesquisa foi realizada. Trata-se de um município do interior paulista com cerca de 145.000 habitantes, isto é, um município de grande porte, composto por áreas urbanas e rurais. Com relação à rede de serviços, possui: 1 Santa Casa, 1 UPA, 23 Unidades de Saúde (US, UBS, USF), 5 CRAS, 1 CREAS, 1 Centro Pop, 1 Centro de Referência da Mulher, 1 Casas de Acolhimento Provisório para mulheres, 1 dupla de Patrulha Maria da Penha vinculada à Guarda Civil Municipal, além do Conselho Municipal da Mulher, com ações ainda incipientes. No entanto, o município não possui Casas Abrigo, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias Públicas.

#### **4.2. Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes**

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes  
Que nem devia tá aqui  
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?  
Alvos passeando por aí  
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência  
É roubar o pouco de bom que vivi  
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir  
(Emicida, 2019)

O principal desafio dessa pesquisa foi contar a história de vida narrada por Francisca, sem que ela fosse reduzida a essas experiências. Mas ao contrário, mostrar como tais experiências e os sentidos atribuídos a elas construíram e seguem construindo a identidade de Francisca. Vejo Francisca como alguém que enfrentou muitas batalhas e que possui diversas cicatrizes desses confrontos. Essas cicatrizes não definem Francisca, são mais sinais de suas vitórias e superações do que marcas melancólicas do passado. Assim, gostaria que as leitoras e os leitores pudessem ver Francisca também por essa lente, que extrapola a narrativa estrita de sofrimento e possa ver a mulher incrível que eu vejo, pois como diz a música “achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes”.

Francisca era acompanhada pelo CRAS do território há alguns anos e, devido ao seu histórico e vivência recente de relacionamentos violentos, foi referenciada ao CREAS. Devido à dificuldade de deslocamento até este equipamento social, que ficava localizado na região central e distante do bairro rural em que ela morava, devido ao controle exercido pelo então companheiro, convencionamos que os atendimentos seriam realizados no próprio CRAS, local seguro e livre de suspeitas de seu companheiro. Para tanto, a equipe técnica do CREAS se deslocaria para realizar os atendimentos no CRAS. O acompanhamento pelo CREAS ocorreu de março de 2019 a dezembro de 2021. Nos últimos meses de 2021 estávamos mantendo contatos pontuais com Francisca. Tendo em vista que este núcleo familiar não vinha apresentando demandas de continuidade do acompanhamento pela Proteção Social Especial, decidimos contrarreferenciar a família para a Proteção Social Básica do território ofertar os serviços que coubessem. Como de praxe, tentamos contato com Francisca para informá-la dessa tramitação burocrática, porém não obtivemos sucesso em nenhuma das formas de contato até então efetivas. Sendo assim, nosso último contato com Francisca foi em dezembro de 2021.

Como já dito anteriormente, Francisca é uma musa inspiradora desta pesquisa. Esses quase 2 anos de acompanhamento de sua família pelo CREAS foram de reflexões, aprendizado e crescimento profissional. Desde que o projeto de pesquisa foi idealizado, meu desejo era que Francisca fosse uma das participantes desse trabalho. Chegado o momento de realizar as entrevistas, eu já havia perdido contato com Francisca e pensar em seguir nessa pesquisa sem sua participação efetiva, contando apenas com minhas memórias sobre nosso período de trabalho juntas, me desanimou e levei um tempo para recuperar o ânimo e buscar outras estratégias para localizá-la. Iniciei uma jornada pelos serviços públicos nos quais me lembrava que ela era atendida, porém, as respostas

continham sempre os mesmos dados desatualizados que eu já possuía. Dúvidas pairavam sobre minha cabeça. Será que ela ainda mora neste município ou teria se mudado? Será que está viva (essa preocupação é sempre presente devido ao risco de feminicídio nas situações de violência doméstica contra as mulheres)? Consegui o contato de seu ex-companheiro, de quem ela se separou pouco depois de termos iniciado o acompanhamento com ela. Diante da dificuldade para localizá-la decidi tentar notícias por esse contato. Embora eu tenha sido mal atendida por ele e não tenha conseguido o contato dela nesse breve diálogo, obtive duas informações importantes: ela ainda morava na cidade e trabalhava em uma das escolas de seu bairro. Respirei aliviada por saber que ela estava viva e que eu iria encontrá-la. Como ele não me disse o nome da escola na qual ela trabalhava, peguei a lista das escolas do bairro e fui ligando uma a uma, entre percalços e ansiedade. Na última, quase desanimando novamente, consegui localizá-la, e o melhor, naquele mesmo instante pude falar com ela pelo telefone da escola. Conversamos brevemente, expliquei o motivo do meu contato e marcamos um encontro em sua casa dali a 5 dias.

Reencontrar Francisca neste momento do meu percurso acadêmico foi muito emocionante e importante. Expliquei a ela as marcas que sua história havia deixado em mim e que me provocaram a realizar a presente pesquisa. Antes que eu pudesse terminar de dizer que gostaria que ela pensasse sobre o convite para participar da pesquisa e aceitasse apenas se fizesse sentido para ela, Francisca me interrompeu dizendo: *eu posso até ler esse papel* (o termo de consentimento em formato de carta que lhe escrevi), *mas eu já tenho a minha resposta, eu estou contigo nessa até o fim*. Ela fez um único pedido, receber por escrito as nossas conversas. A partir daí iniciamos nossa nova parceria de trabalho. Esse reencontro e convite para a pesquisa nos aproximou, possibilitando também o surgimento de outra relação, de amizade, permeada por contatos frequentes, trocas de mensagens e encontros.

Optamos pela metodologia qualitativa biográfica da narrativa de história de vida, visando, tal como propõe Walter Benjamin resgatar a tradição oral como forma de comunicação, transmitindo a experiência vivida.

A história de vida,

é aquela em que o relato da cotidianidade, marcado pelas lutas e vontade de superação, não é apreendido apenas como memória de acontecimentos deixados em algum lugar do passado, mas um outro, compreendido no sentido

benjaminiano, impregnado de vivência, experiência e movido pelo sentido dialético empregado pelo autor: de ruptura com um estado de coisas que impede de continuar em frente, de fazer de maneira diferente, de forma criativa e revolucionária (VEIGA e ALVES, 2020, p. 2)

Essa metodologia não busca acessar a verdade dos fatos, isto é, "metade da arte narrativa está em evitar explicações" (BENJAMIN, 1987, p. 203). Visa escutar as emoções, os afetos, os sonhos, a imaginação, enfim, a experiência vivida. O processo se dá em co-autoria entre aquela que narra a sua história de vida e a pesquisadora, que narra o que escutou. Desse modo, "aquele que conta uma história faz nascer, naquele que a ouve, um conhecimento que se perdera no tempo da própria trajetória, e o que traz à tona essa história é a lembrança" (VEIGA e ALVES, 2020). Tão importante quanto o ato de narrar é o papel de ouvir a narrativa, "a função daquele que ouve o relato de uma experiência ou a narrativa de sua história é o de restituir o caráter simbólico da palavra, impregnado de autoconhecimento" (VEIGA e ALVES, 2020). Segundo Walter Benjamin (2011), nomear é essa forma de trazer de volta o conteúdo simbólico da experiência. Nesse sentido, o ato de narrar é uma forma de preservar a memória e transmiti-la. "Assim, é no presente que se articula o movimento entre o vivido (passado) e o que deve ser vivido (futuro), no presente está contido o passado e o projeto de futuro que se definem e se transformam a cada momento" (ALVES, 2017, p. 38).

Tomamos a experiência a partir de Walter Benjamin (2012), como um fato que possui uma durabilidade no tempo, de modo que ao narrar é possível descrever detalhes mesmo que o fato tenha sido vivenciado há muito tempo. Para o autor, ao narrar uma experiência é possível atingir a redenção, isto é, ao descrever o passado no presente, desperta-se algo que estava adormecido e esse despertar possibilita a transformação daquilo que estava posto. Veena Das (2020), partindo dos estudos de mulheres violentadas durante a Partição da Índia, também considera a experiência como um fator relevante, pois não é fácil se constituir como sujeito num processo devastador mediado pela violência relacional e constitutiva.

Tal como apresentado, a narrativa de história de vida dispensa explicações sobre os fatos e busca os sentidos sobre a experiência. A própria experiência e o sentido desta atribuído pela pessoa que narra são os elementos centrais a partir dos quais pode-se teorizar. É importante dizer que esses tempos, o da narrativa e da teorização podem parecer misturados nessa pesquisa pois venho escutando Francisca desde 2019 e a

construção do projeto de pesquisa se deu a partir das reflexões motivadas por esses encontros, ou seja, as teorizações que culminaram nesta dissertação se iniciaram a partir da sua história narrada na ocasião do acompanhamento pela política pública de assistência social. E foi atualizada e aprofundada durante a execução dessa pesquisa.

Foram realizadas duas entrevistas com Francisca, a primeira foi gravada e transcrita e a segunda se deu forma espontânea, não sendo possível a gravação mas foi registrada em diário de campo. Além das entrevistas, utilizamos as memórias dos atendimentos com Francisca durante o período em que atuei no CREAS e outras informações obtidas fora do contexto formal de entrevista, porém que são necessárias para elucidar alguns pontos. Na execução desse trabalho experienciamos o proposto pelas epistemologias feministas, as quais defendem a indistinção entre sujeito e objeto na pesquisa, éramos, portanto, duas sujeitas em relação construindo conjuntamente essa narrativa. Essa minha relação com Francisca pode ser definida nos moldes do que as feministas italianas nomearam de *affidamento*, isto é, trata-se de uma relação de confiança e valorização mútua entre duas mulheres, na qual se configura uma autoridade distinta de poder, fundada nos modos de relações historicamente femininos: por e para mulheres (MURARO, 1992). Lia Cigarini (1996) explica que no *affidamento* há uma relação significativa com uma mulher a quem reconhecemos saber e capacidade de reforçar nosso desejo. Esta explicação sintetiza bem minha relação com Francisca, pois o saber dela reconhecido por mim reforçou meu desejo por esta pesquisa, por conhecer e contar sua história. Do mesmo modo, o saber reconhecido por Francisca em mim reforçou o desejo dela em narrar, visitar e reescrever a própria história.

Para análise dos resultados, partimos da escuta e transcrição da gravação da entrevista, leitura atenta da transcrição e dos diários de campo na busca de captar o sentido dado por Francisca à experiência de ter tido filhos durante a vivência de violência doméstica. Embora as entrevistas tenham sido semi-estruturadas, a intenção era apenas nortear e facilitar a conversa, portanto, não se pretendeu percorrer um roteiro fechado, mas se deixar afetar pela narrativa e estabelecer uma troca genuína, isto é, uma relação dialógica entre Francisca e a pesquisadora.

#### **4.2.1. Tive duas famílias e nenhuma das duas prestou: a história de Francisca**

Francisca tem 39 anos, é maranhense, autodeclarada indígena, filha de pai indígena e mãe, loira de olhos azuis, descendente de alemães. É mãe de 6 filhos, *por ventura muito boa mãe* em cujas gestações *foi tudo igual*, quanto à vivência de violência doméstica. É uma excelente profissional, que tem *um orgulho tão grande de ser a profissional que eu sou*. Tem como característica marcante o bom humor, utiliza do sorriso para confortar os outros e também para se proteger.

Antes de se tornar mãe, Francisca foi filha. *Tive duas famílias* (a biológica e a adotiva) *e nenhuma das duas prestou. Minha mãe biológica escondeu a gravidez os 9 meses, e quando pariu me jogou aos porcos. Minha mãe adotiva seguiu ela e quando viu, me pegou para criar*. Assim, a história de Francisca se inicia com a violência da rejeição e da tentativa de homicídio, da qual foi salva.

*Minha mãe biológica hoje mora em Brasília, mas ela nunca quis saber de mim. Eu sou a filha nº 39 do meu pai indígena, ele já morreu mas não era boa gente. Ele mandou matar e assistiu o assassinato do próprio filho, quando descobriu que ele era gay. Eu tenho outros irmãos e irmãs homossexuais, mas todo mundo se fechou na casinha até o velho morrer. Ele fez isso para servir de lição para os outros*. Francisca conhece a sua história, mas não teve contato próximo com a família biológica, conta como quem reproduz histórias que lhe foram contadas, não como quem as vivenciou.

*Já dos meus pais de criação tenho 5 irmãos, todos extremamente machistas e homofóbicos*. Essa descrição anuncia os conflitos que seriam enfrentados ao longo de sua vida. Certa vez uma de suas filhas a questionou, *mãe, e se a senhora puxar pelo lado bom? Eles nunca tiveram momentos bons? Eu falei, olha, eu não me lembro, não me lembro mesmo! Sempre quando estavam fazendo carinho nos meus irmãos ou brincando com meus irmãos, eles mandavam eu sair de perto. Nunca foi... Não lembro. (...)Eu olhava, minha família se reunia e eu olhava ali e eu via que eu não fazia parte dali. Eles faziam eu entender isso, que eu não fazia parte dali*. Ao contar a sua história fica claro que Francisca sofreu muita rejeição em sua família, nunca efetivamente pertenceu àquele núcleo, sendo constantemente lembrada da relação não-consanguínea entre ela e os demais. *Por que é que eles me adotaram?* Esse questionamento aparece em um contexto em que se queixava dos maus tratos recebidos ao longo da vida toda e que se estendem até hoje. Contudo, a experiência de Francisca não é incomum, muitos relatos sobre

adoções, sejam ela irregulares ou formais, repetem a história de exclusão, rejeição, maus tratos e violências vivenciada por ela. Ainda sobre a diferença entre os filhos biológicos e ela, sua mãe adoeceu e como é de costume em sua família, quando uma pessoa mais velha adoece, é feita a partilha dos bens. Nesse contexto, sua mãe telefonou para ela. *Ela me ligou e disse assim, deixa eu te falar, porque seu pai é muito mole e não fala, eu vou te mandar um documento pelos Correios para você assinar aí. É para você assinar que está abrindo mão da herança. Você tem direito, mas você sabe que você não é filha de sangue então é melhor a gente resolver assim.* Segundo ela conta, sua família tem posses, terras, imóveis, gado, porém ela nunca usufruiu desses luxos, sempre foi tratada com diferença, trabalhou exaustivamente nas terras e empresas do pai sem nenhum reconhecimento ou tratamento justo, tal como esse trecho evidencia.

A mãe de criação de Francisca morreu em abril de 2023. Ninguém a avisou, ela soube pelas redes sociais e quando fez contato com a família para se certificar, *eles disseram que a culpa era minha porque eu dei muito desgosto para ela.* Ela conta isso, demonstrando indignação, com o absurdo de ser culpada pela morte da mãe, mas não surpresa, pois já os conhece e sabe o que esperar deles. Disse que não conseguiu sentir tristeza com a morte da mãe, devido à relação muito ruim que teve com ela ao longo da vida toda. *Sempre que tentava contato e buscava apoio ela me dizia assim: o que você quer?* Embora a mãe adotiva tenha salvado sua vida quando recém nascida, não a protegeu das violências que viriam. Em alguns momentos foi omissa e negligente, em outros se posicionou ao lado dos agressores.

*É complicado ter a família que tive. Que tive! Mas esqueci, viu. Esqueci dessa família lá atrás. Hoje eles ligam pra mim de vez em nunca para se queixar, para dizer que um está com câncer, o outro está mal. Mas eu não sinto nada. Eu não sinto tristeza, alegria, nem consigo ter ódio mais.* Ao dizer isso, interrogo Francisca se essa seria a definição de cura e ela concorda. Apesar da experiência ruim que teve, tanto com a família biológica quanto com a família adotiva, ela conseguiu sobreviver e seguir adiante, sem sentir nada.

#### **4.2.2. A maioria de nós sofremos isso: agressões, violência**

##### **4.2.2.1. Eles planejaram em detalhes meu destino: narrativa da Violência Intrafamiliar**

Em 2019 quando conheci Francisca, em nosso primeiro atendimento ela se apresentou da seguinte maneira: *Eu sofro violência desde os cinco anos de idade e hoje eu tenho 35*. No contexto da pesquisa retomei com ela essa fala e Francisca se corrigiu, *eu estava errada. Não foi dos cinco. O primeiro estupro eu sofri quando eu tinha dois anos. Sim senhora. Eu fui estuprada e cortaram todo o meu cabelo naquele dia. Essa história, eu vim saber outro dia. Eu não sabia dessa história*. Afirma que soube recentemente desse história, pois ao conversar com uma antiga conhecida *ela puxou pela minha memória*, isto é, Francisca lembrou esse fato que estava recalcado de sua consciência. Assim, aquela fala de apresentação que havia me marcado ficou ainda mais grave. E ao nos aprofundarmos na história de vida de Francisca, entendemos que a violência se iniciou ainda mais cedo, no instante do seu nascimento, como apresentado no tópico anterior.

Francisca narra uma série de violências vivenciadas em sua família. Maus tratos, humilhações e discriminação por não ser filha legítima, conforme já mencionado. Exploração de sua mão de obra, tanto no trabalho na roça quanto nas empresas da família, nas quais por diversas vezes não conseguia ir para casa e acabava dormindo no local de trabalho. O trabalho infantil narrado por Francisca é um desafio a ser enfrentado pela sociedade brasileira, pois “sequestra infâncias, expõe as meninas a riscos físicos e sociais, impede seu adequado desenvolvimento biopsicossocial e prejudica o processo de educação” (BRASIL, 2014).

*Eram homens muito machistas, mulher que achava que os filhos estavam certos e o marido também. (...) A única pessoa que estava errada ali era eu. Ah, se eu fiz alguma coisa?! Não, eu fui muito regrinha quando se tratava da minha família, eu abaixava a cabeça e dizia "não, vocês estão certos"*. Apesar de ter alguma crítica sobre o tratamento que recebia em sua família, quando se tratava deles ela era *muito regrinha, abaixava a cabeça e dizia* que eles estavam certos. Esse trecho da história de Francisca nos faz pensar o peso da centralidade familiar na cultura brasileira, pois mesmo sofrendo abusos e violências, somos ensinadas a tudo suportar, quando se trata de família. Heleieth Saffioti (2015) aponta que as mulheres sofrem pressão da família, dos amigos, da Igreja, etc, no sentido de preservação da sagrada família. E nesse sentido, “importa menos o que se passa em seu seio do que sua preservação como instituição” (SAFFIOTI, 2015, p. 93).

Outras violências também ocorreram. *Eu não te contei que quando eu tinha 15 anos o meu pai me vendeu?! Ele me vendeu por 500 metros de terra, o meu felizardo marido tinha 68 anos, dono de terra, um cara de posse.* Esse trecho corrobora nossa percepção no trabalho com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos, de que, de modo geral, as famílias não são essencialmente protetivas, ao contrário do que nossa cultura, cuja centralidade é familiar, nos faz crer. No caso de Francisca, ela foi obrigada a deixar sua família ainda adolescente. Porém muito frequentemente escutamos outras mulheres relatarem que decidiram sair da casa da família para fugir das violências existentes nesse ambiente. Muitas das vezes, seja por imaturidade, falta de experiência de vida, pressa para sair de uma situação ruim e/ou falta de opção, as moças ainda jovens, acabam entrando em relacionamentos igualmente violentos, porém, com um agravante, não contarão com suporte familiar para sair dessa relação.

Esse episódio da vida de Francisca nos remete ao fato de que historicamente, nos séculos XVII e XVIII era prática bastante comum das famílias quando suas filhas retornavam, após terem sido deixadas por anos no convento para serem educadas, expressarem como "único desejo: casá-las o mais depressa possível a fim de se livrarem delas, dessa vez para sempre, entregando-as aos braços de um marido" (BADINTER, 1988, p. 112). Francisca foi vendida na transição para século XXI, o que evidencia o descompasso entre as mudanças sociais e históricas e sua afetiva incorporação na cultura, além de demonstrar o conservadorismo e a herança do colonialismo na história do Brasil. Tanto no estudo de Elisabeth Badinter quanto na história de Francisca, a família não está preocupada com o bem estar da filha, garantindo um casamento seguro e se apresentando como figuras de proteção para ela. Ao contrário, sua motivação era livrar-se do problema e, no caso de Francisca, tirando algum proveito da situação. Talvez essa tenha sido uma das poucas situações em que Francisca tenha tido algum valor para sua família, o valor de *500m de terra*.

Tanto as famílias não são, via de regra, um lugar de proteção e apoio que *todas as vezes que eu ligava pra minha mãe ela dizia assim...Hum...Sempre a conversa dela foi a mesma. "Meu, você não gosta de ninguém! As pessoas mudam. Por isso que eu estou com seu pai há tantos anos. Você acha que ele não já me bateu? Ele não me bate?" Pois é, acho que ela tá certa, né? Ela tem que estar certa. Alguma coisa boa tem que ter nesse negócio todo. (risos) Eu não acredito! Alguma coisa boa tem que ter nisso, não é possível.*

*Eu só nasci pra apanhar dos outros!?* Ou seja, ao buscar apoio e proteção, era responsabilizada pela violência sofrida, ensinada a suportar as violências dos maridos e a esperar passivamente pela mudança dos outros. *Tinha de aguentar mesmo.* Embora sua família não tenha sido um exemplo de cuidados, era a referência que Francisca tinha e precisava acreditar que daquela vez a mãe estaria certa, tendo em vista todos os erros cometidos com ela anteriormente. Mas acima de tudo, precisava acreditar que aquele sofrimento teria fim, que as violências iriam cessar.

Em algum momento de sua narrativa, Francisca fala do casamento com esse primeiro marido, para quem foi vendida da seguinte forma: *Eu estava casada com o traste velho lá. Casada não, entregue às moscas pra ele.* O que não deixa dúvida sobre o sentido dado por ela para essa experiência. Não estava casada, não participou dessa decisão, não tinha apoio de sua família, e nem uma relação saudável com esse marido 53 anos mais velho do que ela, estava *entregue às moscas*, isto é, estava ou sentia-se abandonada, largada, esquecida, sem vida.

E outras violências aconteceram. *Então eu lembro de uma fala do meu pai....Eu gostava de dormir mais minha mãe. Uma vez eu ouvi ele falar: eu não quero mais ela dormindo mais eu, porque eu sou homem não sei do que eu sou capaz. A partir daquele dia....acho que eu passei uns dois anos sem dormir de noite com medo dele.* A dificuldade para dormir sempre foi um assunto frequente durante os atendimentos com Francisca. Muitas vezes, mesmo fazendo uso de medicação psiquiátrica, não conseguia dormir. *Sempre gostei muito de dormir ou com bicho, ou então com gente. (risos) Eu sempre tive medo de dormir sozinha. Até hoje sou assim.* Explorando mais a fundo esse costume, notamos que não se tratava de gosto, mas de necessidade. Dormir com gente ou com bicho era uma forma de se proteger contra violências no período noturno, pois caso alguém se aproximasse, ela seria avisada. *Eu sempre tive bicho. Eu tinha um Hamster, quando chegava alguém ele saía debaixo do meu braço ou debaixo do pano e aquilo dali me chamava atenção. Eu sempre tive alguém.* Juntas refletimos, a partir dessa história, o quanto dormir é estar vulnerável e potencialmente em risco. Concluímos que possivelmente o motivo para a insônia crônica de Francisca venha dessa experiência traumática infantil. Ela fica bastante reflexiva e repete constantemente a frase *Será que é isso?* Francisca fica surpresa com essa interpretação que a tira da posição infantilizada de ter medo de dormir sozinha, expressa pela frase *uma velha como eu ainda nisso*, e nomeia as possíveis causas para tal sintoma. *Meu Deus! Nunca tinha pensado sobre isso, sabia?!*

Ainda um tanto reticente, Francisca se interessa em saber mais sobre isso. *Mas depois que eu fui morar sozinha. Olha....todos esses anos morando sozinha, só com as crianças. Continua do mesmo jeito.* Foi necessário pontuar que ela não mora sozinha, sempre esteve acompanhada de seus filhos e é a única adulta responsável pelos 5 filhos que moram com ela. E diante de sua história de vida, aprendeu que a noite é perigosa, e portanto, precisa estar alerta. *Hoje é bem mais forte. Porque antes eu sentia que eu tinha que me proteger. Hoje em dia não é mais assim. A sensação é de outro jeito.* Embora não nomeie diretamente Francisca sabe que além de se proteger, agora precisa também proteger seus filhos. *Eu não sei o que é deitar e dormir, sabe? Se eles [filhos], por exemplo, eu vejo que eles estão agitados...Eu chego do serviço 21h00, 21h30, esses dias aconteceu isso. Até eu tomar banho, vai para 22h, 22h10. É assim, o sentido da gente é muito esquisito, se eu der uma olhada na casa e ver que está todo mundo muito agitado, eu imagino que eles vão dormir tarde naquele dia, principalmente final de semana, eu consigo tirar duas horas de sono tranquila. Às vezes tranquila, às vezes nem tanto, mas às vezes eu consigo tirar essas duas horas de sono. Se eles dormirem e eu acordar e eles já estiverem dormindo....é a mesma coisa que eu tenha deixado....que eu esteja numa prisão. É mais ou menos assim o meu ponto de vista. É como se eu estivesse na cadeia e lá estivesse cheio de gente ruim e eu tivesse dormido com as portas abertas. Alguém invadiu minha casa. Alguém tá de olho aqui. É muito esquisito. É muito ruim.* Francisca aprendeu que para dormir é preciso ter alguém ou algum animal alerta vigiando seu sono, caso contrário, estaria presa numa posição de vulnerabilidade aterrorizante. Então, só consegue dormir quando os filhos estão acordados, e quando eles dormem é ela quem fica alerta zelando pelo sono deles. Embora a falta de descanso cobre seu preço, essa estratégia protetiva tem se mostrado eficaz para ela e seus filhos.

*Como minha mãe diz... "nós escolhemos a vida que nós temos".* Ao ser questionada sobre sua opinião acerca dessa afirmação da mãe, diz *eu não concordo, não. Eu acho que eles planejaram em detalhes meu destino. Quando eles me pegaram, botaram dentro daquele quarto para ser estuprada por...seis velhos nojentos, entre um deles, o homem que estava convivendo comigo na mesma casa. Você acha que eles fizeram o quê? Eles cavaram minha cova naquele dia. E meu pai ainda comprou a corda viu?! Falou assim pra mim: está infeliz?! se enforque, que pra mim vai ser bem melhor.* Portanto, mais outras violências aconteceram e foram responsáveis por cavar a cova e determinar o destino de Francisca. O estupro que Francisca narra, ocorreu quando ela

tinha por volta de 16 anos. Ela estava *entregue às moscas para o traste velho* quando conheceu *uma pessoa muito legal. Muito legal mesmo! Aí eu descobri que eu não gostava de menino, gostava de menina. Vai dizer isso pra minha família. (risos). Aí vem o lado sombrio do negócio. Ele [o marido] descobriu. Contou pro meu pai, para um dos meus irmãos, minha mãe também estava presente. Foi a vez aí do estupro coletivo.* Apontamos que tal cena trata-se de um estupro corretivo, isto é, uma violação sexual geralmente cometida por familiares ou pessoas próximas com o objetivo de corrigir a orientação sexual de mulheres lésbicas. Além da violência, essa prática denota o machismo extremo imbricado em nossa sociedade e reproduzido pela família de Francisca. Vale destacar que com a Lei nº 13.718/2018, o estupro corretivo passou a integrar o texto do Código Penal Brasileiro como agravante do crime de estupro, podendo a pena ser aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime for praticado para controlar o comportamento social ou sexual da vítima. Não sendo suficiente o estupro, ainda duas outras violências decorrem dele. O pai incentivar Francisca ao suicídio. E o peso que carrega na consciência, pois *essa moça sumiu... Não sei o que foi que fizeram com ela. Até hoje eu me pergunto. Isso pesa na minha consciência.....Sabe?! A gente estava dormindo no alojamento [da empresa do pai] e no dia seguinte quando eu acordei a moça tinha desaparecido, deixando para trás todos os seus pertences e documentos. Ninguém some assim e deixa até os documentos para trás. Acho que algo de ruim aconteceu com ela.* Francisca conclui essa história dizendo, *então são pessoas bem cruéis*, referindo-se aos familiares que a puniram com o estupro e puniram também a moça que sumiu. Toda essa cena narrada por Francisca retoma o postulado de Adrienne Rich sobre a heterossexualidade como um regime político de controle, submissão e exploração das mulheres, para além de serem relações afetivas e sexuais, e portanto, compulsória às mulheres como discutido no capítulo 1.

Além da violência doméstica contra a mulher sofrida ao longo de todos os relacionamentos conjugais, que serão apresentadas mais adiante, Francisca traz em sua história também a experiência da violência intrafamiliar, praticada por seus pais e irmãos ao longo de sua criação. Essas violências deixaram marcas intensas e profundas, ensinaram Francisca que as relações mais íntimas causam dor e sofrimento, preparando-a para suportar as violências dos companheiros com quem ela viria a se relacionar e a permanecer nos relacionamentos violentos, pois não podia contar com a família de origem.

*Quando hoje vejo alguém dizer assim: não, família, casa, é um lugar de...que a família protege. Eu fico pensando comigo...pode ser 45% dos nossos lares, pode ser isso. Mas o resto não é não! O resto não é não! É...descrever todas essas vidas, tudo o que eu passei, não seria dito em um ano, nem dois anos. Não são marcas de agora, de 20 anos para cá. (...)Então não é de agora. Maridos e maridos, eles só cooperaram um pouco, eles só deram um jeito de me deixar pior do que já tava. Isso já vem de longa data.* Francisca expressa algo que já pontuamos anteriormente, o ambiente familiar nem sempre é um lugar de proteção, conforme nos faz crer nossa cultura. A sociedade brasileira é organizada a partir de pressupostos religiosos, principalmente cristãos, cuja base é a família. E as políticas públicas também mantém a centralidade familiar para isentar o Estado de suas responsabilidades. Nesse sentido, a submissão à autoridade familiar apresenta-se como uma constante e cenário fértil para prática de violências, opressões, que devem ser suportadas sob a justificativa de suposta preocupação e cuidados, características associadas à imagem familiar.

#### **4.2.2.2. Às vezes eu sinto as mesmas dores das pancadas que eu já levei: narrativa da Violência Doméstica Contra as Mulheres**

Ao longo dos relacionamentos conjugais Francisca sofreu todas as violências tipificadas pela Lei Maria da Penha: moral, psicológica, patrimonial, física e sexual. Muitas das vezes em intensidade bastante grave.

*Se juntar tudo o que eu passei com o 2º e com o 3º marido não foi a metade do que eu passei com ele [o 1º marido] em 3 anos. Não foi nem a metade, nem a metade, nem a metade, nem um terço. Esses aí me deram supetão, bofetada, socos. Estar só na mão daquele infeliz lá são lembranças que...é bom nem ter.* Francisca teve três relacionamentos e conforme expressa, sofreu violências de todos eles. O primeiro foi o mais violento em sua concepção. Consideramos que essa percepção de Francisca além de ser real, pode estar relacionada com sua falta de experiência anterior, já que foi obrigada a casar ainda muito jovem, com 15 anos ou que as violências vivenciadas neste relacionamento a preparou para os seguintes, e por esse motivo os próximos casamentos foram percebidos como menos traumáticos.

Foram tantas as violências que sofreu desde o seu nascimento que aprendeu a hierarquizá-las. *Supetão, bofetada e socos* são violências físicas menos graves frente às

outras que prefere nem se lembrar. No entanto, *a pior violência que alguém pode fazer com o outro...é a violência psicológica. Acaba com a alma, com o corpo, com tudo.* Enquanto profissional, acredito que atribuir juízo de valor às violências, hierarquizando-as é bastante problemático, uma vez que toda forma de violência é prejudicial e deve ser combatida. No entanto, Francisca tem razão em avaliar a gravidade da violência psicológica considerando seus efeitos. Alguns aspectos são importantes de destacar. Esta é a forma de violência com maior prevalência. Segundo o relatório sobre a vitimização de mulheres no Brasil publicado em 2023, a prevalência de mulheres que relataram terem sofrido violência psicológica por parceiro íntimo alguma vez na vida foi de 43% (DATAFOLHA e FBSP, 2023). A alta prevalência sinaliza a forte naturalização desse tipo de violência na sociedade brasileira, indicando também e provável subnotificação, tendo em vista a dificuldade de identificação e comprovação, pois não deixa marcas visíveis, demandando interpretação tanto da pessoa atingida quanto dos profissionais e rede de apoio. Francisca fala da sua experiência encarnada em seu próprio corpo mas que corrobora as informações teóricas.

*É todo um processo.... Mas para os olhos da sociedade, é essa marca que importa...é a marca da pele. Se está marcado, você sofreu agressão, se não está, ah, isso daí fica por conta do tempo e o tempo vai resolver. E o tempo não resolve, tá?! O tempo só piora.* De fato, o tempo cronológico não é capaz de resolver traumas. É preciso uma postura ativa para favorecer a ação do tempo. Para a antropóloga Veena Das (2020), o tempo não é algo simplesmente representado, mas um agente que trabalha nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas e rescritas no embate dos agentes na construção de suas histórias. Desse modo, o que a autora nomeia de trabalho do tempo tem poder curativo e pode tornar a vida novamente possível para aquelas pessoas que foram diretamente atingidas. Para a autora, a memória também é trabalho do tempo, pois não condena as vivências ao esquecimento e permite a reconstrução das lembranças reposicionando alguns elementos, inventando outros.

No primeiro casamento, aquele no qual foi *entregue às moscas*, Francisca diz: *eu apanhava de manhã, ao meio dia e à tarde eu ouvia desaforo dos meus pais, mesmo tendo a minha casa.* Evidenciando que estar casada e ter sua própria casa não a protegia das violências de um marido nomeado de *traste velho* nem de sua família de origem. Aos 20 anos engravida. *Do 1º filho acho que foi a gravidez que eu mais apanhei. Não tive nem a liberdade de ter um pré natal. Então foi bem conturbado mesmo, mesmo, mesmo. (...)* Ele

*me bateu, me bateu, me bateu, me bateu, eu fiquei desmaiada por mais de dois dias e grávida. Faltavam dois meses para eu ter o bebê. (...) Logo que ele nasceu, eu me separei do pai dele.*

Cientes de que o momento da separação é geralmente quando as violências se intensificam deixando as mulheres mais vulneráveis, questionamos Francisca sobre como foi a separação desse primeiro marido, considerado o mais violento de todos. *Foi tranquila. Ah, ele me jurou de morte algumas vezes, mas só foi umas vezes. (risos). Nada demais. (risos) Ah, uma vez ele mandou me dar uma surra. Aí foram quatro costelas quebradas, um braço. (risos). Os ossos do meu rosto foram todos, todos arrebatados. Mas...Mas só foi isso.* Francisca narra essa etapa tão violenta de sua vida fazendo uso do humor, ri para tornar mais leve e suportável de escutar sua história. Pontuamos a contradição entre o conteúdo narrado e a sua afirmação de que teria sido uma separação tranquila e Francisca complementa *Mas nunca foi de me perseguir, sabe?* Novamente percebemos a hierarquização das violências. Ela estava acostumada e sabia lidar com as violências físicas, porém perseguição, que ocorrerá no próximo casamento, era uma novidade e por isso percebida como mais grave. Contudo, precisamos destacar que Francisca não se submeteu à situação, enfrentou o marido e a família, suportou as violências e separou-se, ainda recém parida.

O segundo marido Francisca nomeia de *o homem da história. Não, esse eu imaginei...esse vai dar certo...esse é diferente. (risos).* Nesse momento o riso tem tom de ironia, anunciando que *foi tudo igual*, diferentemente do imaginado ao conhecer o futuro marido com quem manteria um relacionamento por *17 anos e dez meses*.

*De começo, assim, foi tranquilo...depois de... um ano e oito meses, foi a data, a gente já foi morar junto. Durante aí..dois anos, ele foi um santo. Quando eu engravidei da 2ª filha....Aí foi o problema. O problema apareceu só aí.* A experiência narrada por Francisca de que as violências se intensificaram durante a gestação é encontrada também na literatura que aponta que a gestação não é protetiva contra a ocorrência de violência e muitas das vezes pode intensificar as violências que já ocorriam anteriormente (RIBEIRO, PESSOA, et al., 2020). *Foram nove meses eu apanhando direto. Eu acho que nesses nove meses, se eu tive uma semana de paz foi muito.*

*Ele foi muito duro quando engravidei. Nunca disse que não queria, mas também nunca disse assim "Nossa, que legal né?" Foi um problema bem grande mesmo. Da 2ª*

*filha foi um problema bem grande. Ele mostrou as garras. Hoje eu entendo que as surras que ele me dava naquela época era para mim perder a menina.* Francisca atribui o comportamento violento do marido a sua falta de interesse pela paternidade e à falta de planejamento familiar do casal. No entanto, quando se conheceram, *ele disse que estava a negócios do pai dele. Mas ele estava separado já há quatro anos e estava perseguindo a mulher há todo esse tempo.* Ou seja, *ele começou já mentindo*, contou para Francisca que estava a negócios, mas estava perseguindo a ex-mulher, demonstrando que o comportamento violento *do homem da história* é anterior à gestação da primeira filha do casal (segunda filha de Francisca que já tinha um menino do primeiro casamento). Questionada sobre a qualidade do vínculo entre ela e o marido antes dessa gravidez, afirma que *era bem diferente. Ele sempre foi uma pessoa de sair. Passar dois dias fora. Eu cuidava do trabalho dele. Não sei se era por isso também. E uma criança ia impedir ele de fazer tudo isso.* Francisca não expressa incômodo com o comportamento do marido de sair e passar dias fora de casa, deixando a responsabilidade de seu trabalho para ela. Mais do que isso, não identifica nesse comportamento do marido sinais de opressão, considerando que os problemas só começaram na gestação. Segundo Francisca, nesse período *ele foi um santo*, no entanto, avaliamos que a compreensão de Francisca considera o todo da história vivida, e tendo em vista o que viria a acontecer após a gestação, quando *ele mostrou as garras* e o *problema apareceu*, a fase inicial do relacionamento foi registrada como positiva.

Pouco tempo após o nascimento da filha, *ele mudou de um jeito que eu imaginei "Deus é Deus e pronto!"* Francisca diz isso no sentido de acreditar na mudança positiva do marido e criou expectativas de que iriam ter uma relação saudável a partir de então. *Só que ele estava cavando. Ele cavou uma cova e pediu dinheiro emprestado para eu viajar.* Nessa época moravam em um sítio, quando *o homem da história* pediu dinheiro emprestado aos proprietários justificando que Francisca iria viajar, a família estranhou, pois ela tinha parido recentemente. E uma das filhas dos proprietários se lembrou que Francisca havia se queixado da violência do marido. *Eu tinha contado pra ela, eu tinha chamado ela e tinha contado: se um dia eu desaparecer, eu estou por aí, por detrás do sítio.* Essa moça então, orientou os familiares a irem de surpresa ao sítio e verificarem o local. *Dito e feito. A cova estava aberta.*

Francisca continua, *ninguém nunca disse nada. Ninguém, nunca falou nada, só ele que chamou ele de canto, falou que não era certo o que ele estava fazendo. Ele negou*

*até a morte, mas todos nós naquele dia tivemos certeza do que estava acontecendo. Ele chegou para mim e perguntou: você quer continuar com esse homem? Falei, deixa quieto, deixa quieto. "Ele vai lhe matar!" Não vai não, deixa quieto. "Esqueço então?" Digo, esqueça, pode esquecer.* Francisca queixa que *ninguém nunca falou nada*, contudo, não fica claro em sua narrativa qual era o diálogo que ela esperava e com quem, pois ao contrário do ela narra, alguém disse alguma coisa. O proprietário do sítio repreendeu o comportamento do marido e conversou com ela, se dispondo a ajudá-la a sair desse relacionamento e a alertando de que o marido iria matá-la, mas respeitou a decisão de Francisca de esquecer o ocorrido.

*Um ano e sete meses depois, veio a 3ª gravidez. E foi insustentável também. Ele voltou a me bater. Ele queria que eu sustentasse a casa. E o dinheiro dele ia para outros lugares. Eu fiz o que ele queria.* Nesse trecho, podemos identificar além da violência física, a patrimonial. *Então assim ele virou, deixou de ser um cara violento só em casa e começou a ser violento fora e dentro de casa.*

*Aí depois veio o 4º filho. Desse ele melhorou um pouco. E por último o 5º filho. Mas nunca largou, nunca deixou de me bater, nunca, nunca. Ele nunca deixou de me bater. Ele me sovinava comida. Ele dizia que o aluguel era ele que pagava. Então eu chegava dormir dois, três dias na calçada dos outros, na casa de alguém.* A violência física se expressa para além dos socos e tapas, com a restrição de alimentos, fazendo com que Francisca passasse fome e a violência psicológica extrapola o ambiente doméstico, fazendo com que ela fosse humilhada publicamente ao passar dias dormindo na calçada ou dependendo do abrigo de outras pessoas.

Explorando um pouco mais essas duas gestações, apresentadas como melhores do que as anteriores, ela explica que o 4º filho *nasceu com uma anemia muito forte*. Foi necessário uma investigação intensa para garantir que a criança não tivesse outros problemas de saúde ou alguma deficiência. *O pai se revoltou e me culpou*. Quando a criança estava com 8 meses, ele abandonou a família e veio para São Paulo. *Quando fiquei sabendo, ele já estava em SP*. Francisca foi avisada por uma irmã do marido, mas ele não deu notícias nem pagou pensão durante os 6 meses que ficou afastado. Francisca ficou sozinha, sem renda, cuidando de três crianças, sendo que o bebê necessitava de atenção especial.

*Hoje eu falo isso bem abertamente. Antes eu tinha vergonha, hoje não. O 5º filho foi filho de um estupro, é... foi uma coisa muito forçada, debaixo de tapas. Eu nunca descobri que ele se drogasse, mas naquele dia eu tive certeza que ele estava chapado até a alma. É...O 5º filho foi filho de um estupro.* Sabendo da incidência de estupro ou sexo cedido dentro do casamento, conforme abordado anteriormente, questionamos Francisca se o estupro era uma prática recorrente. *Sim, sim, sim, sim. Muito, muito...Às vezes...Mas olha...aqui... eu não gosto de vir nesses lugares (risos).* Francisca inicia dizendo que não se envergonha mais ter sofrido um estupro e ter engravidado dele e que fala abertamente sobre o assunto, contudo, interrompe a fala e se afasta do tema, não retornando a ele. Tendo em vista a história de vida de Francisca que sofreu o primeiro abuso sexual aos 2 anos de idade, um estupro corretivo aos 16 e agora esse estupro conjugal, para citar apenas o que foi narrado por ela, é compreensível que ela não consiga falar tão abertamente assim sobre esse assunto. Veena Das (2020) nos adverte da pobreza das palavras face à capacidade de resposta à violência, ou seja, algumas violências são pronunciáveis e outras não, pois cada evento afeta as pessoas de formas distintas.

É importante explicar que essa entrevista foi realizada em um parque. Ela nunca havia visitado esse parque, se interessa pelo espaço, diz que gostou muito dessa experiência e ao final do encontro se programa para levar os filhos para conhecerem o local e terem um dia diferente em família. Porém, nesse momento da narrativa Francisca corta o assunto e passa a divagar sobre a sensação de estar em lugares abertos. *Olhar pro nada. É como se eu me visse lá na frente sendo agredida por alguém. Então, quando estou no meio de casas, prédios, pessoas, o meu olhar se torna a todo momento....está tudo ocupado.* Ela explica que não se trata de uma sensação motivada pela memória dos locais onde foi violentada, mas que o espaço vazio é um risco pois favorece a lembrança. *Eu acho que na minha cabeça...eu acho que é por isso que eu ponho um trabalho atrás do outro, sabe? Para ela nunca estar desocupada. Ela sempre estar ocupada por alguma coisa. Para eu não ter que me lembrar. Para eu não ter que sentir. Às vezes eu sinto as mesmas dores das pancadas que eu já levei. Tu acredita numa coisas dessas?! É como se eu tivesse apanhando de novo. Então eu me mantenho ocupada. É tudo o que eu preciso.* Não nos parece à toa que a necessidade de não lembrar tenha aparecido justamente nesse ponto da narrativa. Tem aí um assunto que Francisca gostaria de esquecer. Desse modo, também não parece que o local seja a ameaça, mas o assunto. Francisca precisa então se ocupar constantemente para não abrir espaço para recordar

algumas passagens de sua vida. *A nossa cabeça esvazia...mas aí me vem as lembranças. Lembranças ruins de quando eu era criança. Lembranças que voltam como se fosse um filme passando na sua frente. Falei, gente, deixa eu trancar lá a caixa e voltar de novo. Aproveitei essa oportunidade para conversar com Francisca sobre a importância de cuidar da sua história para que possa elaborá-la e se curar dessa dor de lembrar. Sim.. Mas eu não sei se eu estou. (risos). Eu não sei se estou preparada pra isso. São muitas lembranças...eu não sei se eu consigo lidar com isso.*

A história da separação desse segundo marido será contada mais adiante. Por ora, é importante dizer que novamente foi um período de intensificação das violências. *Ele me deu um soco na cara que eu caí lá no pé da mesa (risos). Ele falou assim para mim: Você acha que vai ser fácil? Não vai. Se eu sair daqui em quem eu vou bater? Em quem eu vou descontar minha raiva, sua idiota?* A partir desse fragmento podemos identificar a constância da violência física, conferindo a Francisca a função nomeada por ela de *saco de pancadas*, somada à violência psicológica presente na ameaça e no xingamento. Notamos novamente a presença do humor para atenuar o peso da situação. *Mesmo separada onde ele me encontrava, ele me batia. E me perseguia. Até hoje (risos). Até hoje. Tem muita gente que brinca comigo e diz assim: Oh, Fran, eu acho que é amor. É...vamos entender que fica só na brincadeira, né? (risos).* A separação não foi suficiente para garantir o fim das violências. Francisca também nota que as brincadeiras tem um tom de violência, mas prefere entender como brincadeira.

Tal como mencionamos anteriormente, é frequente os autores de violência se utilizarem dos filhos para continuar violentando as mulheres, mesmo após o término da relação conjugal, incluindo a prática de violência processual. Com Francisca não foi diferente. No ano de 2020, quando já estava separada do segundo marido há alguns anos, ele buscou os filhos, numa visita garantida ao genitor não guardião, e não os devolveu para a mãe, entrando com ação de guarda e alimentos em favor dos filhos, acusando o 3º marido de Francisca (na ocasião ambos já estavam separados) de violência sexual contra uma de suas filhas, e a mãe de negligência. A guarda foi dada preventivamente ao pai enquanto a situação era apurada, a mãe não teve acesso aos filhos durante esse período, enfrentou uma disputa judicial com o ex-marido violento, sofreu ameaças e perseguições. Felizmente Francisca conseguiu comprovar sua versão e inocência, ela obteve a guarda unilateral dos filhos e o processo foi arquivado. Essa foi a última violência perpetrada pelo segundo marido narrada por Francisca.

Quanto ao terceiro marido, Francisca conta, *eu nunca tinha gostado de ninguém e de repente comecei a gostar daquela pretença. (...) Mas aí também logo desgostei. (Risos). E quando eu descobri que ele gostava de bater, eu digo, o quê?! Não, não vou gastar meu coraçãozinho com tu, não. (Risos).* Francisca não teve o sentimento de gostar dos outros maridos, sentiu pela primeira vez com o 3º marido, mas à medida que percebeu o padrão de violência doméstica, se desinteressou.

*Só que o 3º marido era bem masoquista, bem louco. Ele chegou a guardar uma faca debaixo do travesseiro, e eu grávida da 6ª filha, sangrando até a morte. Que dela foi uma...foi uma gravidez difícil, mais do que a dos outros, porque assim eu já estava com uma certa idade, a saúde já não permitia. Sabe, eu sangrava muito. O meu problema...a diabetes só piorou minha situação, pressão alta. Então, foi pior do que a dos outros. Dela foi bem mais complicado.* Quando conheci Francisca ela estava ainda casada com esse terceiro marido, porém, pouco tempo depois de iniciado os atendimentos com ela, separou-se dele. Recordo que quando soube da separação, me surpreendi, pois durante os atendimentos ela relatava sua intenção em separar-se permeada pelo medo de sofrer mais violência. O risco de feminicídio é uma realidade que deve ser sempre considerada. No intervalo entre um atendimento e outro ela alugou uma casa e mudou-se com seus filhos. Ela orgulhosamente nos convidou para conhecer sua casa, pois agora tinha uma casa sua e podia convidar quem quisesse para visitá-la. A partir de então os atendimentos passaram a ser realizados em sua casa, na modalidade de visita domiciliar, pois não precisaríamos mais nos esconder na sala do CRAS. É interessante notar as mudanças de compreensão da história de Francisca entre o momento do atendimento e agora na construção de sua narrativa de história de vida. Neste contexto da construção da narrativa de história de vida de Francisca tenho uma compreensão mais apurada daquela à época do atendimento. Entendo que Francisca já tinha um repertório de vida que a permitiu acreditar que sobreviveria a mais essa separação, sentiu-se amparada novamente pela equipe do CRAS/CREAS e uma vez tendo identificado o padrão violento também nesse 3º marido, logo desgostou dele, não gastou seu coraçãozinho com ele e não se demorou muito nesse relacionamento.

Sobre a violência, Francisca diz, *isso é mais comum do que a gente pensa, tá?! A maioria de nós, seja rica ou pobre. Tendo casa para morar, morando na rua. A maioria de nós sofremos isso: agressões, violência contra nós...Às vezes o nosso companheiro, às vezes a sociedade. Às vezes os dois juntos.* Francisca tem consciência que a violência

de gênero, por se tratar de relações de poder dos homens sobre as mulheres, independe de classe social. No entanto, é mais fácil encontrar dados e pesquisas que retratem as violências sofridas por mulheres pobres, não porque a prevalência é maior nessa classe social, mas porque os ricos "para não ter seu *status* abalado, seu nome sujo, eles se fecham" (SAFFIOTI, 2015, p. 27).

Além da classe, ela também está interseccionada com a raça. Segundo dados da 4ª edição da pesquisa sobre a Vitimização de mulheres no Brasil (2023), a prevalência de violência é superior nas mulheres negras (pretas e pardas), 45%, enquanto nas mulheres brancas é de 36,9%. Na comparação entre mulheres racializadas, a prevalência foi maior em mulheres pretas, 48%, enquanto que nas pardas foi de 43,8% (DATAFOLHA e FBSP, 2023). Desse modo, mulheres negras, mais especificamente pretas, são as mais vulneráveis a sofrer violência. É inquestionável que em um país com valores racistas, classistas e coloniais tão arraigados à cultura como é o Brasil tais dados reflitam a realidade.

Diante da vivência constante de violência, Francisca começou *a ver que era só ...naquele momento ali eu não era nada, nem como filha, nem como esposa, nem como ninguém. E a sociedade fechava os olhos para isso. Porque eu denunciei, eu fiz denúncia.*

#### **4.2.2.3. *E o engraçado é que eu fiz denúncia: Violência Institucional e outras violências***

Ao contrário do que se imagina no senso comum, Francisca não esteve paralisada frente às agressões sofridas, não gostava de apanhar ou amava demais os maridos para permanecer na situação de violência. *Eu fiz denúncia e o engraçado é que eu fiz denúncia.* Apesar de ter sido ensinada a suportar as violências, de alguma forma ela tinha consciência de que aquelas situações não estavam corretas e precisavam cessar. Buscou apoio na família, fez denúncias, mas a resposta obtida em cada experiência demonstrou que ela não poderia contar com apoio familiar, nem institucional para superar a violência. Ela *era só*, e teria que enfrentar sozinha essa situação.

*Cheguei lá. O delegado olhou para mim e falou: nenhum deles tem ficha criminal. Aliás, o seu pai fez uma denúncia contra você. É...por maltratar o seu marido.* Essa foi a primeira experiência de Francisca ao tentar denunciar o primeiro marido. Questionei qual era a acusação que o pai havia feito contra ela. *Maltratar o marido é dizer: não, você não vai mais me bater!* Diante dessa resposta obtida ao tentar romper com a violência,

Francisca se calou, entendeu que *tinha de aguentar* e permaneceu nesse relacionamento sofrendo violências intensas e frequentes até reunir forças e conseguir se separar.

*Denunciei. O 2º marido...eu tenho.... Fiz boletim de ocorrência no Ceará. Depois no Maranhão. E em São Paulo. Teve uma surra que ele me deu que ele me arrebitou inteira de chute. Ele ainda fez piada. Ele e o advogado dele. Ele disse que não tinham tocado nem um dedo em mim. Então a delegada perguntou: Porque ela está sangrando desse jeito e toda quebrada? E o advogado falou: Não, isso aí não deu nela com a mão, ele deu nela só de chute. Aí a delegada fez kkkkk.* Francisca tentou por diversas vezes denunciar o segundo marido e ser amparada pela justiça e segurança pública para parar de sofrer violência. Mas as respostas obtidas foram inadequadas e fizeram com que ela permanecesse na situação de violência e desacreditasse dos serviços públicos. As atitudes inadequadas e equivocadas dos profissionais não apenas prejudicaram Francisca como reforçaram positivamente o comportamento do marido que se sentia respaldado pelas instituições para cometer as violências contra ela. Ele também tinha apoio da família, a mãe sempre deu apoio, o irmão: "você não presta mais? Mate, você não fica 24h preso. Porque é assim que a gente faz. A família dela é contra ela. Ninguém gosta dela. Você que tem de aturar?" Eu era a pessoa que vivia com ele, que estava ali. Não era uma questão de me aturar. Era uma questão de ter um pouco de respeito. Francisca indigna-se pela falta de respeito contra ela manifestada pelas violências praticadas por esse marido, sendo considerado um agravante, uma somatória como se dissesse: além de sofrer violência ainda sou desrespeitada.

*Quando hoje eu vejo uma pessoa dizer assim: Fulano de tal não tem força de vontade, a polícia está ali. Só quem sabe quem é a justiça é quem vai atrás. Não tem ninguém pela gente. Não tem um órgão que diz assim: eu vou cuidar desse caso, dessa mulher, essa pessoa vai ter proteção. Não existe. Existe um ou outro funcionário que diz: Olha...mas é um lobo solitário. É um lobo solitário, ele não pode fazer nada, não tem força para nada. Fica com pena, fica com dó, tenta ajudar, mas só fica nisso. Quem realmente pode fazer isso, não faz. Desamparo e descrença são as experiências da Rota Crítica da Violência percorrida por Francisca, mas não desesperança.*

*Já ouvi muito, minha querida, os livros da mesa voarem para cima: "Você está errada! O que foi que você fez? Você respondeu seu marido? Ele é seu marido! O que você fez pra apanhar?" Então, essas coisas sim que...incomodam. O sentido do incômodo*

narrado por Francisca seria melhor traduzido pela palavra dor. Além da dor da violência vivida, Francisca também relata a dor de ter sua versão invalidada, questionada, a dor de ser responsabilizada por uma violência a qual sofreu.

No ano de 2020 quando o 2º marido registrou denúncia contra ela e entrou com ação requerendo a guarda dos filhos, Francisca foi chamada a prestar depoimento na delegacia. Nessa oportunidade, contou todas as violências sofridas ao longo dos 17 anos de relacionamento com esse homem, como prova de que esta seria mais uma violência, a processual, praticada por ele contra ela. Porém, o ex-marido já havia sido ouvido na delegacia quando Francisca foi depor e ela conta que a atitude de todos os profissionais que a atenderam nessa ocasião demonstrou que haviam comprado a versão do 2º marido. Francisca foi mal atendida, desacreditada, julgada e violentada institucionalmente. Sua palavra não teve credibilidade frente à versão do ex-marido, ou seja, ela sofreu injustiça testemunhal. Para ressaltar a gravidade da situação, é importante mencionar que Francisca e seus 4 filhos e filhas envolvidos nessa história viveram um momento traumático e foi necessário acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico para todos após a finalização do processo judicial e retorno ao lar.

A experiência narrada por Francisca ilustra perfeitamente a Rota Crítica da Violência teorizada por Montserrat Sagot. Quando decide romper com a situação de violência, ela inicia a rota crítica buscando apoio em sua família. Esta muito machista, não apoia Francisca e atua como fator inibidor, fazendo com que ela se enfraqueça e permaneça na situação de violência. Como viver uma vida de violência é adoecedor, Francisca reúne forças para iniciar novamente a rota, e busca apoio das instituições. *Todas as vezes que eu vou na delegacia ou converso com alguém, essa pessoa conta pra ele. E eu apanho de novo. (risos)* Ela fala mais da experiência em buscar a delegacia, mas demonstra ter feito outros movimentos e em todos eles a informação sempre chegava aos ouvidos do marido. Portanto, a conduta dos profissionais também contribuíram como fatores inibidores. Dessa forma, além de todas as violências intrafamiliares e doméstica contra as mulheres às quais Francisca foi submetida ao longo de sua vida, ela também sofreu reiteradas violências institucionais<sup>22</sup> devido às condutas equivocadas e preconceituosas dos profissionais. O que fez com que Francisca desacreditasse dos

---

<sup>22</sup> Como discutimos em capítulos anteriores, preferimos nomear as condutas inadequadas de agentes públicos como violência institucional, em oposição ao termo revitimização comumente utilizado.

sistemas de justiça e proteção. E pior, permanesse solitária na situação de violência. Apesar de até aqui os fatores externos terem sido inibidores, os fatores internos eram impulsores e favoreciam para que Francisca reiniciasse a rota crítica novamente.

Ainda outra violência institucional experienciada por Francisca está relacionada aos serviços de saúde. Francisca tem uma doença dermatológica para a qual já fez exames e tratamentos, sem sucesso. *O médico olhou pra mim e falou: não tem cura.* No entanto, avaliamos a possibilidade de tratar-se de uma doença psicossomática, em virtude da vivência prolongada de violência, na qual seu corpo reage àquilo que não acha outra forma de expressar. Francisca mostra seu corpo cicatrizado e diz *qualquer movimento, não precisa ser um movimento brusco, isso daqui sangra num fluxo sem fim.* Essa descrição narrada por Francisca nos remete à explicação sobre os efeitos do abuso sexual, fato recorrente na história de vida de Francisca, dada por Heleieth Saffioti:

o abuso sexual, sobretudo incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou fato lembre o abuso sofrido. A magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas no corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas na alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, e, termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito (SAFFIOTI, 2015, p. 19).

Na ocasião do acompanhamento realizado enquanto técnica do CREAS, realizei diversas abordagens de diálogo com diferentes profissionais no intuito de discutir o caso e encaminhá-la para tratamento de saúde mental. No entanto, minhas tentativas foram frustradas e ela seguiu sendo atendida pelo médico clínico com os tratamentos dermatológicos que vinham se provando ineficazes. Apenas com o agravamento dos sintomas, quando passou a apresentar distúrbios do sono, alucinações e ideação suicida conseguiu acessar o serviço de saúde mental, porém continuou sendo tratada sem que as vivências de violência fossem consideradas em seu processo de adoecimento. Essa experiência é um dos motes desta pesquisa, pois as questões de saúde de Francisca-mulher, associada à situação de violência foram ignoradas, enquanto que as demandas de saúde dos filhos de Francisca-mãe são prontamente atendidas nesse mesmo serviço de saúde. *Eu ouvi de uma enfermeira esses dias agora que o nome disso era frescura. Então eu falei: credo, eu vou deixar de ir. (risos).* Essa situação nos faz recordar Veena Das, que aos estudar a experiência de mulheres que passaram por situações de raptos e estupros em decorrência da Partição da Índia ocorrida na década de 1940 diz:

Como argumentei anteriormente, negar a afirmação de alguém de que está sentindo dor não é um fracasso intelectual, é um fracasso espiritual - o futuro entre nós está em jogo. Essas violações do corpo não podem ser pronunciadas, pois criam o sentido em si mesmo de que se é uma coisa, uma fera ou uma máquina, contrastando com as violações que podem inscrever-se na vida cotidiana, quando se pode conceder ao tempo o trabalho de refazer ou reescrever as memórias da violência (DAS, 2020, p. 131).

Ao negar a dor, o sofrimento e o adoecimento informados por Francisca a equipe de saúde impede que o corpo dela se expresse, ignorando esta forma de comunicação, uma vez que as violências nem sempre podem ser pronunciadas. E negam também a possibilidade de Francisca reescrever as memórias das violências de forma mais saudável. Diante do descrédito dado à sua queixa e a violência institucional sofrida, Francisca decide não procurar mais o serviço de saúde, uma estratégia para se proteger de novas agressões. Quando não possuem marcas físicas, as violências não são escutadas nos mais diversos serviços, incluindo os de saúde, nem quando apontadas por outra profissional.

O viés biomédico adotado pelos serviços de saúde promove a ligação da saúde mental com a biológica e afasta as questões sociais que afligem as mulheres do contexto da saúde, promovendo a biologização e a medicalização do sofrimento, e negligenciando os transtornos decorrentes das violências ou a participação das violências na configuração dos transtornos (MEDEIROS e ZANELLO, 2018). “Assim, falta a integralidade nas ações acerca do adoecimento mental em mulheres com histórico de violência” (p. 398). As autoras sinalizam ainda a necessidade dos serviços de saúde mental, principalmente, proporem “intervenções mais eficazes para lidar com mulheres que foram ou estão sendo vítimas de violência, para que elas não sejam apenas medicalizadas e silenciadas, configurando uma nova situação de violência, institucional (p. 399).

Francisca narra ainda outras situações, nas quais compreendemos que ela se sentiu violentada, e por esse motivo serão incluídas.

*Apenas uma faxineira, como sou chamada em todos os processos até hoje. Nunca como mulher. Nunca, nunca como Francisca. Nunca. Eu revi, olhei e revi e revi de novo esse processo. Sempre como a senhora faxineira, dona Francisca [nome completo]. Isso doeu mais em mim do que em quem fez.* Francisca não sente nenhum constrangimento quanto à sua profissão, ao contrário, *tenho um orgulho tão grande de ser a profissional que eu sou.* Mas sente o tom pejorativo e a intenção de humilhá-la, diminuí-la, constrangê-la, e portanto, violenta embutida no uso dessa expressão.

Conta que já sofreu racismo nos locais de trabalho por ter características físicas indígenas e baixa estatura. *O chef de cozinha de um restaurante disse pra mim uma vez: você não serve para trabalhar comigo, você é pequena...e....eu não trabalho com índio.* Em outras situações seu local de origem teve mais peso do que sua raça. *Em uma entrevista de emprego estava concorrendo com uma mulher branca, do Paraná. Quando eu disse que era maranhense, após a outra se apresentar, a entrevistadora respondeu: "que pena!". Depois ela ainda me perguntou quantos filhos eu tinha, eu respondi: 5. E ela disse: "nós gostamos muito do seu currículo, mas...5 filhos?!"* Na experiência de Francisca ser indígena, nordestina e mãe de 5 filhos são características incompatíveis com o mercado de trabalho formal. O racismo e a xenofobia aparecem de forma intermitente variando de empresa para empresa, mas o número de filhos é um problema constante na busca de trabalho por Francisca. *As empresas são muito machistas*, não entendem que justamente por ela ter 5 filhos para sustentar, terá maior responsabilidade e comprometimento com o trabalho. Por enquanto, Francisca permanece no mercado de trabalho informal, mas tem outros planos.

#### **4.2.3. Por ventura<sup>23</sup> muito boa mãe: A experiência da maternidade**

Quando convidada a falar sobre a experiência da maternidade, expliquei que Francisca poderia ficar à vontade para falar da experiência de cada gravidez individualmente ou da maternidade no geral. Ela escolhe *falar no geral, que foi tudo igual*. Mas ao longo de sua narrativa vai apontando as diferenças existentes em cada uma das gestações. Daí compreendi que as gestações se assemelham na presença da violência, repetida por seus três maridos, mas cada uma tem suas particularidades.

Francisca teve 6 gestações e nenhuma delas foi planejada. Embora tenha desejado cada um dos filhos a partir da notícia da gravidez, não tinha definido para si se seria mãe, quantos filhos gostaria de ter. Lembrando da história de Francisca que não pôde experimentar a própria sexualidade, decidir pelo primeiro casamento, indagamos como

---

<sup>23</sup> Esse termo possui duas grafias possíveis na língua portuguesa, porém com significados distintos. “Porventura” é um advérbio sinônimo de “por acaso”, sendo usado principalmente para indicar uma situação hipotética. “Por ventura” é uma expressão sinônima de “por sorte”, sendo utilizada para indicar uma situação favorável. Tendo em vista a história de Francisca compreendemos que a grafia por ventura é a mais coerente, pois apesar de tudo que viveu é muito boa mãe, ou seja, tem o sentido de “por sorte”. Contudo, nenhum dos significados correspondem ao sentido dado por Francisca ao narrar. Ela busca ao utilizar esse termo ressaltar suas qualidades maternas, como se dissesse *inclusive, sou uma excelente mãe*.

poderia se perceber como um sujeito desejante a ponto de desejar e decidir sobre seu planejamento familiar?

Engravidou pela primeira vez aos 20 anos. *Não soube nesse tempo, o que foi ser mãe, mulher, esposa. Não teve isso. Foi uma gravidez muito conturbada, com muita violência, muita violência mesmo!* Francisca não teve tempo ou oportunidade de entender os papéis sociais de *mãe, mulher, esposa*, experimentar o seu estilo de exercer cada um deles, as coisas apenas foram acontecendo em sua vida. *Foi uma gravidez assim... que aconteceu. Mas eu nunca disse não. Eu nunca disse não.* Embora não tenha sido planejada, a gestação foi aceita e desejada. *Quando o 1º filho veio, ele veio assim, num momento crucial da minha vida. Quando ele veio, eu senti que eu ia ter...eu ia apoiar alguém e ia ser apoiada por alguém. Ter o amor de alguém.* Francisca foi podendo se constituir enquanto sujeito, a partir da maternidade. Apoiar e ser apoiada. E acima de tudo, *ter o amor de alguém*, sinalizando a carência afetiva que experimentou até ali.

*Eu estava certa. Era uma criança espetaculosa. Mas eu errei. Errei muito. Ele tinha dois anos quando eu deixei ele na casa dos meus pais e saí para trabalhar fora. E aí, quando eu voltei para buscar, ele não quis mais vir. E meu pai entrou com ação judicial...que eu não tinha capacidade.* Francisca se ressentiu por ter deixado o filho aos cuidados de seus pais para trabalhar fora. Havia se separado do pai da criança, e possivelmente estaria buscando melhores condições para ela e a criança, distante também das agressões de sua família, como pôde ser compreendido em outro momento de sua narrativa. Não podia imaginar, porém, que *1 ano e 8 meses* depois quando voltou para buscar o filho que este não queria ir com ela. Mas mesmo se quisesse, provavelmente teria sido impedido, tendo em vista que o pai de Francisca requereu judicialmente a guarda do neto, alegando que a mãe não tinha capacidade para cuidar da criança. Apesar desse conflito, conta *sempre paguei a pensão (risos)* e não era impedida de ter contato com o filho, *eu só não podia sair com ele na porta da cozinha sozinha.* A criação que seus pais deram à criança é motivo de mais ressentimento, *eles criaram o menino do jeito que eles me criaram. Batendo, espancando, revoltado. Hoje ele é um rapaz de 19 anos, formado, mas revoltadíssimo.* Apesar de se ressentir e nomear como erro o fato de ter deixado o filho para ser criado pelos avós, a narrativa de Francisca também demonstra certa resignação e impotência frente a esses pais *cruéis*. Ela tem contatos esporádicos e virtuais com o 1º filho que permanece no estado do Maranhão, mas ela tem convicção que seus caminhos ainda vão se cruzar e terão oportunidade de conviver.

*Eu não planejava ter filho com o 2º marido. Tive quatro ainda..você vê (risos). De todos eu tomei remédio. Isso que foi engraçado. Tomava do jeito que o médico mandava. Tinha ele na porta da geladeira. Novamente Francisca não planejava ter filhos, dessa vez tomava remédio contraceptivo conforme orientação médica, mas ainda assim engravidou. Mas também nunca, Ah, meu Deus, eu estou tomando remédio, mas puta merda engravidei, vou tirar ou abortar. Nunca tive esse sentimento, não. Eu vou correr atrás e vou criar. Vamos criar. Vamos dar um jeito. Demonstrando que o desejo pela maternidade se consolidava não à priori, mas a partir do fato concreto da gravidez. Sobre a gravidez gerada a partir de um estupro conjugal, foi a maior violência que já deu certo. Não usaria essa palavra, mas hoje eu olho pro ser humano [o filho]. E...vejo. Dizem que existe um ditado que o povo diz. Que Deus escreve certo por linhas tortas. Não sei se isso convém hoje em dia comigo (...) o que ele me fez de mal, hoje eu tenho uma jóia rara dentro de casa. É importante destacar que Francisca é uma mulher de fé, mas não utiliza do discurso religioso para justificar sua decisão pela manutenção de nenhuma gravidez. Isso reforça nossa percepção de seu interesse genuíno pela maternidade, não por uma imposição moral ou religiosa.*

*Eu sou uma mulher. Eu sou mãe. E por ventura muito boa mãe. Sou uma pessoa de muita responsabilidade. O maior carinho do mundo. A maternidade dá sentido à vida de Francisca e é a partir dela que ela se constitui como ser humano. Diferentemente da subjetivação no dispositivo materno que é internalizado a partir das tecnologias de gênero, Francisca se subjetiva a partir da maternidade experienciada. É a maternidade e a relação com os filhos que dá sentido a sua existência. Não tenho nem palavra. (choro) Eu olho pra eles, assim, esqueço de tudo o que me aconteceu. Eles são tudo pra mim. Não existe tempo ruim com eles. Eu sou o ser humano mais concentrado. Não é fascinante? Então...quando se trata dos meus filhos, nada me influencia. Nada, nada! Eu não sinto dores, eu não sinto sufoco, não tenho lembrança desse tempo aí. Só tenho paz. Eu não sei como é o inferno lá embaixo, dizem que o inferno é embaixo né?! (risos). Mas depois que eles existem eu tô no céu, cara, não existe ruindade não. Em toda a narrativa de Francisca os únicos momentos em que ela chorou foi quando falou dos filhos e da importância deles em sua vida. Eu só estou bem quando eu estou com minhas crias. Acredite!*

Francisca não trouxe na narrativa, mas me recordo de um fragmento do período no qual a atendia enquanto técnica do CREAS que considero importante mencionar. Uma

das razões que a motivou Francisca a separar-se do 3º marido foi notar que as filhas mais velhas estavam se tornando adolescentes e temia que o padrasto fosse um risco para elas. As violências contra ela, Francisca já sabia lidar, mas as filhas sofrerem os abusos sexuais que ela sofreu na infância e adolescência, seria insuportável. Diante do risco, real ou imaginado, ao qual as filhas estariam expostas, Francisca reuniu forças para enfrentar os próprios riscos de uma separação com um autor de violência. E enquanto operacionalizava seu plano, passava as noites em claro zerando pelo sono e segurança das filhas, demonstrando que de fato, *é muito boa mãe*, e como a maternidade é identitária para ela.

Pedi para Francisca definir o significado de maternidade para ela. *Maternidade é doação! Doação de amor, de tempo, de alimentação...passar fome para dar para os filhos. (...) Eu deposito meu cuidado naqueles seres humanos, entendeu?!*

Visando explorar ainda mais o sentido da maternidade para Francisca, pedi para ela me apresentar algum objeto que representasse a maternidade para ela. Além de me mostrar algumas fotos dos filhos bebês, dela jovem recém parida com a segunda filha no colo e uma foto com o seu 1º filho que mora em outro estado e eu não conheço, ela traz dois enfeites de tecido (ANEXO I), um coração e um pássaro, que guarda há 21 anos. A primeira coisa que observo é a conservação dos objetos, parecia que ela havia acabado de tirá-los da embalagem, contrastando com a informação de que os possui há 21 anos. A partir do que será narrado a seguir, entendo que a conservação reflete o zelo e a importância desses objetos, e portando, da maternidade em sua história de vida.

Peço então para ela me contar o significado daqueles objetos. Em choro intenso diz: *amor! amor pelos meus filhos. Amor pela minha maternidade*. Note-se que o choro vem acompanhado da história de sua maternidade, da relação com os filhos, demonstrando a relevância desse assunto para ela. Conta que comprou esses objetos quando teve seu primeiro filho, na ocasião não tinha dinheiro para comprar o jogo todo para pôr no berço, então, comprou apenas aquelas duas peças em um bazar. Nunca pendurou no berço de seu primeiro filho, mas sempre carregou-os consigo. Usou os enfeites no berço das duas filhas seguintes. Não usou no berço do quarto filho, porque naquela época não tinham casa, então não tinha berço para pendurar, mas tal como ocorreu com o primeiro filho, os enfeites estavam presentes, ainda que não estivessem pendurados e visíveis. E voltou a usá-los no berço dos dois últimos filhos. Francisca se

emociona muito ao mostrar esses objetos e expressar seu amor pelos filhos e pela maternidade.

Passado o momento de emoção intensa, Francisca utiliza-se de seu senso de humor habitual e diz *amo ser mãe. Amo a maternidade. Acho que eu não gostava era de aguentar os homens (risos)*. Com isso tenta se co-responsabilizar pelo fracasso dos relacionamentos, sendo necessária uma intervenção para lembrá-las das violências intoleráveis que suportou. Repete o quanto suas *crias* são seu combustível e aquilo que a nutre na vida. Orgulha-se da mãe que é e dos filhos que tem. Define-se como *mãe escandalosa, enfrento quem tiver que enfrentar, brigo com quem tiver que brigar pelos meus filhos*. Identifica-se com as filhas e realiza-se por meio delas como mostram os seguintes exemplos: *ela é o que eu não fui; ela tem a coragem que eu não tive; ela tem mais sabedoria do que eu para lidar com a situação; ela é o oposto de mim*. O diálogo aberto, o respeito, as responsabilidades compartilhadas e a liberdade que dá aos filhos para serem quem quiserem ser são muito marcantes em sua narrativa. Pois conseguiu fazer com os filhos o que os pais não fizeram com ela.

Embora Francisca afirme que hoje pensa diferente e talvez não tivesse tantos filhos, não visualiza sua vida sem eles e mais, atribui a eles sua capacidade de sobreviver a tantas situações. Sua filha caçula está atualmente com 5 anos, e apesar de criar os filhos para o mundo, reconhece que teme ficar sozinha com o crescimento deles. Ao falar do medo da solidão e da centralidade dos filhos em sua vida, Francisca me faz lembrar de Elisabeth Badinter. Em *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, a autora afirma que para as mulheres

"que nada têm afora uma vida conjugal difícil, muitas vezes cruel, a maternidade é a grande ocupação da sua vida. Recusam qualquer contracepção, porque o filho preenche uma carência afetiva e social e compensa, por algum tempo, diversas frustrações. Para retardar o momento fatal da solidão, essas mães deixam agir a natureza e produzem tantos filhos quanto seu corpo o permite" (BADINTER, 1988, p. 188-189).

Francisca teve não apenas uma vida conjugal difícil, mas um histórico familiar igualmente difícil. Embora não tenha recusado a contracepção, inclusive fez uso de medicação anticoncepcional, a partir da chegada do 1º filho, foi preenchida uma carência social e afetiva em sua vida. *Quando ele veio, eu senti que eu ia ter...eu ia apoiar alguém e ia ser apoiada por alguém. Ter o amor de alguém.* Quando ela diz: *eu olho pra eles, assim, esqueço de tudo o que me aconteceu ou foi a maior violência que já deu certo,*

nitidamente está dizendo que os filhos compensam as frustrações das violências sofridas, daquilo que *podia ser totalmente diferente hoje, mas não foi*. Talvez a falta de planejamento familiar narrada por Francisca tenha o sentido dado por Badinter, de tentar retardar o momento da solidão, pois a cabeça de Francisca deve *sempre estar ocupada por alguma coisa. Para eu não ter que me lembrar*.

Além de falar sobre as próprias gestações, Francisca narra sua experiência ao se deparar com mulheres grávidas. *Quando eu vejo uma mulher grávida, me dá tristeza, me dá agonia, me dá um monte de coisa e eu não estava assim, de uns tempos pra cá eu voltei a ficar assim. Me dá um monte de agonia, sabe?! Eu olho para uma mulher com uma barriga grande como eu fico....Meu pai! Tem que ser assim mesmo? Eu penso um monte de coisa. Eu me vejo ali na hora. Será que está tudo bem? Será que não tá? Como será a vida dessa mulher? Como ela está sendo tratada? É um momento crucial na vida de uma pessoa, na vida de uma mulher. E....Eu não sei se é porque eu já passei nesses momentos ruins que eu me sinto agoniada*. Francisca se identifica com as mulheres grávidas, relembra sua experiência, sente-se *agoniada* e preocupa-se com e, pois sabe, aquele saber de quem viveu, que nem toda gravidez é motivo de comemoração, nem sinônimo de cuidados. *Hoje ela está carregando uma criança, amanhã ela vai estar desocupada. Que tipo de pessoa ela vai se tornar amanhã nas unhas desse outro ser humano? Mas nunca um sentimento bom.....Sabe? Aquilo que antes era medo, hoje se tornou um preocupação muito grande com o estado de saúde e qualidade de vida dessas mulheres, transformou-se em um sonho de Francisca que será apresentado mais adiante*.

#### **4.2.4. É bem complicado ter filhos no meio de uma violência tão grande**

*Tudo o que meus pais.... Eles sabem o que eu penso sobre eles e sobre tudo o que eles observaram, viram e deixaram acontecer. Eu trouxe isso pra minha vida e falei pra mim: Não, nada disso que aconteceu comigo vai acontecer com meus filhos, nada mesmo. Nada mesmo. Eu vou fazer de tudo o que tiver ao meu alcance e o que não tiver também, pra dar uma vida boa pra eles. Que eles sejam uma pessoa do bem, educadas, sem sofrer violência. Sabe?! Sem ser amarrando no pé da cadeira e deixado lá por dois, três dias sem comer. Sem seu pai amarrar dentro de um quarto e deixar vários canalha estuprar. Às vezes olho para minhas filhas hoje tudo moça e digo, Senhor, obrigada por não ter a cabeça doente que tiveram comigo. O que fizeram comigo nunca há de acontecer com os*

*meus filhos!* Para Francisca o que mais influenciou sua maternagem foi a experiência com sua família ao longo de sua criação e decidiu que não iria repetir o exemplo de sua família com seus filhos, rompendo com a intergeracionalidade da violência.

No entanto, as violências sofridas pelos companheiros durante as gestações também funcionaram como ponto de transformação e influenciaram o seu relacionamento com os filhos. Em sua primeira gestação, após ser seriamente agredida, a ponto de ficar *desmaiada por mais de dois dias*, ao despertar, *naquele dia, eu abri os olhos para mim mesma. Não olhei para o resto do mundo. Eu olhei para mim e olhei para a barriga que eu estava carregando e disse para mim mesma "chega!" Mas não parou aí.*

Após o nascimento da segunda filha, acreditou que as violências cessariam pela criança, mas não cessaram. *Foi a época que eu olhei pra mim e falei "Olha! Eu, não existe mais. Matei aqui, matei agora! Não existe mais eu, vou brigar por ela a partir de agora". Deixei de me importar comigo.* Francisca que pouco pôde se importar consigo mesma até então, entende que precisa se apagar ainda mais e colocar os interesses e a proteção dos filhos acima das próprias, afim de cumprir o combinado que fez consigo mesma de não deixar que sua história se repetisse com os filhos. Ela seria para os filhos a mãe que gostaria de ter tido, ainda que o preço fosse deixar de existir.

Há algumas vertentes na literatura que apontam maior probabilidade de reproduzir violência pelas pessoas que a sofreram. Assim, ter sofrido violência é um fator de risco para se tornar autor/a de violência. No entanto, na história de Francisca assim como nas investigações de Heleieth Safiotti (2015) essa hipótese não foi provada. Francisca utilizou da própria experiência de violências para definir o exemplo que não iria seguir com seus filhos.

*Não vejo pessoas, vejo heróis, advogados, promotores. Vou criar eles assim, tá?! Vou estar à disposição para trabalhar. Eu sou uma mulher. Eu sou mãe. E por ventura muito boa mãe. Sou uma pessoa de muita responsabilidade. O maior carinho do mundo.* É evidente que todas as violências sofridas foram determinantes para a formação da Francisca-mãe escandalosa-por ventura muito boa mãe. E também a Francisca mãe que sonha para os filhos a vida que foi negada a ela, mas pela qual ela está disposta a lutar por e para eles.

Além de ensinar e estar à disposição dos filhos, também aprende com eles. *"Eu não sorri assim a vida toda não. Foi a 2ª filha que me ensinou a sorrir. Eu levei ela ao médico uma vez e a médica me disse assim: mãe, você é muito séria, se você sorrir, ela irá sorrir. Brinque com ela, criança gosta disso. Mesmo eu já tendo um filho, eu não tinha muito jeito com criança. Depois eu aprendi."* O senso de humor e o riso fácil, características marcantes da personalidade de Francisca foram ensinadas a ela por sua filha. Até então, era muito séria, não tinha aprendido a sorrir, e pelo que sabemos de sua história, não teve muitos motivos para isso, mas pela filha, se dispôs a aprender e hoje é ela quem ensina os filhos a levar a vida com bom humor e sorriso no rosto, pois *ninguém tem culpa dos seus problemas*.

Contudo, *é bem complicado você conciliar hoje em dia gravidez, família. Você ter filhos no meio de uma violência tão grande. Hoje eu olho e me pergunto como foi que eu suportei tudo isso? Como foi que eu aguentei tudo isso? Eu tenho uma colega que diz assim para mim: eu não acredito no que você fala, não. Não acredito. Ninguém suporta esse tanto. É verdade. Às vezes nem eu acredito.* Aguentar e suportar tem o sentido de sobreviver. Francisca sabe que sua história é extraordinária e ela mesma duvida da sua capacidade de ter sobrevivido a tudo isso. E principalmente ter sobrevivido à complicação que foi *ter filhos no meio de uma violência tão grande*. Chega a questionar o seu merecimento para essa experiência, *acho que em algum momento...eu acho que eu não sou boa gente (risos), eu não sou boa gente*. Francisca não apenas sobreviveu, como garantiu que seu filhos também sobrevivessem. Apesar de ter sobrevivido, diz: *Eu não superei, não. Eu não sei o que as pessoas chamam de superar: rir, trabalhar. Ou então elas não olharam ainda no fundo, no fundo da alma, né?!* Ela valoriza a sobrevivência, mas reconhece as marcas deixadas por essa experiência.

#### **4.2.5. A nossa briga nunca foi por dinheiro, sempre foi por liberdade**

Arrisco dizer que a sobrevivência de Francisca se deu principalmente por dois motivos: inteligência e estratégia. Isso só ficou claro ao escutar sua narrativa de história de vida, pois nesse momento conheci uma Francisca-estrategista que sempre esteve ali camuflada. Inclusive, tomei conhecimento dos diversos momentos nos quais Francisca, nessa roupagem de estrategista me testou enquanto técnica de referência do CREAS e hoje na função de pesquisadora, para avaliar o quanto poderia confiar em mim enquanto

profissional. Felizmente, passei em todos os testes e pude contar com a parceria de Francisca para a escrita dessa narrativa.

Seu plano de sobrevivência e superação da violência iniciou quando ainda morava no nordeste. Após ter sido abandonada pelo segundo marido que veio para São Paulo deixando ela sozinha com 3 crianças, ela ficou desamparada e teve de voltar a morar com os pais junto de seus filhos. Conta que foi uma fase muito difícil para a qual ela não vislumbrava saída. Então, passados 6 meses, seu segundo marido fez contato com ela a convidando para vir morar em São Paulo com ele. Ela aceitou. Não porque amava ele e sentia sua falta ou acreditava que ele tivesse mudado, embora avaliasse que em São Paulo sofreria menos violência, pois o marido estaria distante da família dele, e também da família dela que o apoiava. Mas vir para São Paulo era uma forma de se afastar dos pais, protegendo a si e aos filhos dessa relação problemática. Acreditou ser uma oportunidade de primeiro resolver o problema com seus pais e que depois conseguiria se libertar do marido. Ela tem um plano, se conseguiu sobreviver à família e se afastar dela, será capaz de sobreviver e se libertar do marido. Naquela noite e nos dias que se seguiram até a vinda a São Paulo, mal conseguiu dormir organizando o seu plano parcelado de liberdade. Teve muito medo do marido desistir da proposta, mas felizmente essa etapa de seu plano deu certo e ela e os três filhos desse relacionamento se mudaram para São Paulo.

Francisca aprendeu a se calar, a não reagir às violências, a aguentar, mas não por submissão, apatia, ou perda da auto-estima. Ao contrário, é sua estratégia de sobrevivência, sua forma de sobreviver para realizar seus sonhos. O silêncio foi o preço a se pagar para alcançar seu objetivo: a liberdade.

*Aí quando eu vim para São Paulo, em 2011, eu resolvi conversar, falar mais com as pessoas. E descobri que no meio de toda essa escuridão tinha uma luzinha brilhando lá em algum lugar. São Paulo tornou-se sinônimo de esperança para Francisca que não vislumbrava saída para sua situação e descobriu que tinha uma luzinha brilhando lá em algum lugar. Estava temerosa de falar com as pessoas e profissionais, tendo em vista suas experiências anteriores, mas não desistiu. Eu vou fazer o seguinte, eu vou conversar com gente que...que possa me ajudar e sem contar nada para ele. Conheci uma amiga espetaculosa. Então, ela não podia fazer nada, mas o que ela podia fazer...E ela falou para mim: o que eu posso fazer por você é o seguinte, não deixar você mais sozinha, todos os dias eu venho lhe visitar, e lhe arrumar emprego, está bom para você? Está*

*ótimo! E vamos começar assim.* Começa a se formar uma rede de apoio social e institucional. Fator fundamental para o rompimento do ciclo e a superação da situação de violência, como já abordamos nos capítulos anteriores.

*E aí eu engravidei do 5º filho e nunca mais parei de trabalhar. Também foi muito conturbado, mas aí eu tinha três patroas espetaculosas.* Frise-se a utilização da palavra **mas**, no relato de Francisca, sinalizando que essa gestação foi diferente das anteriores, pois, apesar de ter sido igualmente conturbada, dessa vez pôde experimentar algo novo, a companhia de *três patroas espetaculosas*. Esta fala demonstra a importância dessa rede de apoio.

*Já consegui arrumar amigos, pessoas que diziam assim: olha, daqui essa conversa não sai, vai desabafar. E uma delas falou pra mim assim: você vai procurar o CRAS. Eu falei: vou não. Depois de ver tanto papel voar?! Vou nada! (risos). "Você vai, eu vou levar você lá e vai dar tudo certo, você vai ver. Vai, pede segredo absoluto. Vai reunindo o pouco de prova que você tiver. E vamos que vamos. Ele tem que parar. Ele vai parar! Nem que isso tenha de custar a sua vida e a minha também. Mas ele vai parar". Mas aí um dia minha patroa pegou no meu braço, me levou na porta do CRAS e disse: entra. Eu disse: não entro. (Risos) "Você vai entrar, mulher! Pelo amor de Deus!"* Além de ter com quem conversar e pessoas que a orientasse, Francisca precisou de um pouquinho mais de apoio. Precisou ser levada pelo braço, não como um ato a ser praticado contra sua vontade, mas no sentido de ser acompanhada e amparada nesse momento.

*Eu procurei o CRAS, eu acho que em 2015. Ainda levei um bom tempo ainda com medo de falar alguma coisa, de contar alguma coisa. (...) Contava alguma coisa. Nunca contei tudo, porque tinha medo de sair alguma coisa dali. Morria de medo.* Procurar o serviço foi um passo bastante importante, contudo, ela precisou de um tempo para confiar de fato naquela equipe e naquele ambiente e embora tenha conseguido se expressar, as experiências negativas anteriores não permitiram que ela contasse tudo. *Eu já via que as crianças já estavam crescendo e vendo aquilo.....eles já estavam sendo agressivos com eles mesmos. Então eu vi que aquilo dali não tava refletindo em mim, já estava passando totalmente para eles. A situação estava mudando. E aí que eu comecei a me queixar no CRAS, pras meninas.* A motivação de Francisca para se vincular ao CRAS e começar a se *queixar* foi notar o efeito das violências nos seus filhos. Podia ser negligente consigo mesma, porém a mãe-escandalosa, precisava fazer algo para proteger os filhos. Embora

nunca tenha falado tudo, falou o necessário para solicitar apoio e proteção. Ela considera que o apoio do CRAS foi importante, mas não suficiente, *nunca melhorou. Mesmo as meninas indo lá em casa. ele morria de medo da [nome da técnica], mas era só a hora que ela tava ali quando ela saía ele começava tudo de novo.*

Questionei Francisca sobre como ela conseguiu sair desse relacionamento violento e ela conta: *eu resolvi receber o conselho de um psiquiatra. Eu me queixei. A gente chorou, ele chorou, eu chorei e passamos 3 horas naquele consultório. E vou resumir 17 anos em 3 horas, tá bom assim?! E ele me questionou: "Todas as vezes você chega aqui chorando, mas você nunca me diz o motivo. Por que você chora?" Olha, você quer realmente saber?!.....No final ele falou assim: "Eu vou te dar um conselho, deixa de tomar os remedinhos por uma semana". Oh, você vai tirar os remédios? Eu não consigo viver sem eles (risos). "Só uma semana. Manda esse cara se catar, expulse ele da sua vida. Semana que vem eu quero ver você aqui, quero você me contando tudo". Eu falei pra ele, doutor, se eu mandar...se eu mandar esse cara sair da minha vida hoje, semana que vem eu não estou aqui pra lhe contar história. "Você vai estar! Você vai estar sim. Ele vai te infernizar, mas você vai conseguir. É uma questão de decisão". (...) Ele falou vai contar comigo sim. Me deu o endereço da casa dele e falou assim: tem um quartinho lá nos fundos. Se ele te ameaçar de morte, você vai lá pra aquele quartinho lá do fundo da minha casa.* A sensibilidade do psiquiatra para compreender a motivação do choro de Francisca, seguida do acolhimento e apoio recebidos foram determinantes para o desenrolar de sua história de vida, a ponto dela atribuir a essa consulta médica a porta de saída desse relacionamento violento. *Tinha uma causa. Não era simplesmente um choro. Não era porque eu estava deprimida, porque ele pensou uma época que eu estava deprimida e não era. Tinha uma causa.* Nota-se a importância do profissional de saúde investigar a origem do choro de Francisca e escutar as violências para não tratá-la como uma mulher com depressão ignorando a origem da doença, pois a medicação poderia favorecer a manutenção dela na situação de violência, motivo pelo qual foi orientada a suspender provisoriamente o uso da medicação.

*Nossa Senhora! Naquele dia eu me arrependi de ter tomado conselho (risos). Ele me deu um soco na cara que eu caí lá no pé da mesa (risos). Puta merda, por que é que eu fui receber o conselho do homem [psiquiatra]? (risos). Ele [2º marido] falou assim para mim: "Você acha que vai ser fácil? Não vai. Se eu sair daqui em quem eu vou bater? Em quem eu vou descontar minha raiva, sua idiota?" Aí danou-se....Ele fez isso na frente*

*das minhas filhas, da filha 3 e da filha 2, e o filho 4, só chorando. Eles entraram em desespero naquele dia. Falei não, agora já era, já foi. Ou ele sai ou eu saio... Como era de se esperar, não foi um término de relacionamento amigável, ao contrário, foi novamente agredida, e pior, na frente dos filhos. Francisca esboçou arrepender-se da decisão, porém foi um momento decisivo, ela estava fortalecida para seguir no seu plano. Eu tive apoio, apoio que eu imaginei que nunca eu teria. Apoio de verdade. Estava fortalecida porque precisava proteger os filhos e porque tinha uma rede que a apoiava: as amigas, as patroas, o psiquiatra, o CRAS, como podemos ver nos trechos a seguir. E aí quem pagava as consultas naquela época, era uma patroa minha que ela também tinha passado por esse problema. E ela falou: “olha, eu vou te pagar um psiquiatra, que o cara é perfeito”. (...) Eu me apoiei muito nelas [equipe do CRAS], muito mesmo. Você não tem dúvida! (...) Tudo o que eu precisava naquele momento, era que alguém dissesse para mim: você vai e a gente está aqui para o que precisar, para o que der e vier a gente está aqui, tá?! Então fui confiante em tudo isso. Quando ele [psiquiatra] falou aquilo para mim. Falei é... acho que a hora. Ela conclui dizendo: deu todo esse rolo, mas hoje eu me sinto livre. Livre para sorrir.*

Não podemos deixar de notar que a rede de apoio de Francisca é composta majoritariamente por outras mulheres: as patroas, as técnicas do CRAS, demonstrando que de modo geral, as mulheres se apoiam mutuamente construindo uma rede bastante fortalecida. E que essa rede é fundamental para a ruptura com a situação de violência.

Francisca disse já ter recebido ofertas para matarem esse 2º marido, inclusive gratuitamente, devido às violências praticadas contra ela, mas nunca aceitou. Questionei o motivo para ela não aceitar as ofertas, tendo em vista que quase foi morta por ele diversas vezes e ela explica que não existe crime perfeito e uma hora poderiam chegar a ela como mandante do crime. Caso isso acontecesse ela perderia o que é mais importante, sua família, isto é, seus filhos. Então, sempre resolveu deixar essa decisão a cargo do destino, enquanto buscava sobreviver e se libertar. Obviamente sofreu com a incompreensão de algumas pessoas que a julgaram por essa decisão, afirmando que se ela não queria resolver o problema era porque ela gostava de apanhar. Embora ela concordasse que gostava de apanhar para finalizar a conversa, o que ninguém entendia era que Francisca tinha muito a perder e preferiu não arriscar.

Como apresentado anteriormente, no ano de 2020 Francisca perdeu provisoriamente a guarda dos filhos para esse segundo marido. Apesar da experiência traumática ela saiu dessa situação vitoriosa e fortalecida. Durante grande parte de sua vida, Francisca esteve refém do segundo marido que a violentava gravemente, nunca encontrou respaldo institucional para protegê-la, mantendo-se em silêncio, por medo de perder um processo contra ele. Contudo, ter resistido ao estresse dessa situação, ter sobrevivido à ausência de seus filhos, ter sua versão validada pela justiça que lhe concedeu a guarda unilateral das crianças tendo em vista todas as injustiças epistêmicas sofridas ao longo de sua vida, permite que Francisca reconheça seu valor, fortaleça-se como mãe e como mulher, perceba que não é mais refém das violências que sofreu e se reposicione como alguém que sobreviveu e pode redesenhar sua história. A justiça foi feita e Francisca pôde ser e se desenvolver. Uma nova Francisca surge a partir dessa experiência.

*Hoje eu olho para mim, e digo para você, hoje eu valorizo a mulher que sou. Tudo o que fizeram comigo. Caramba meu, tudo o que eu passei. Hoje...Eu me sinto...Os traumas não passaram, mas eu tento levar isso para outras pessoas. Meu, não deixa... Não deixe isso acontecer com você. Não deixe seu pai fazer isso com você. Não deixe seu marido fazer isso com você. Tá errado! Você entendeu?! Se você estiver sofrendo violência conta a alguém de confiança, chame alguém, conversa. E se você...o que você...eu sou apenas uma faxineira, como todos dizem, mas, eu posso te ajudar de algum jeito. A gente vai lá conversar com o delegado, eu vou junto com você nem que eles mandem eu sair, mas eu vou estar lá.* Os traumas não passaram, ela afirma não ter superado tudo que viveu, mas ela conseguiu ressignificar a própria história, valorizar a mulher que é, reconhecer que as mulheres não são culpadas pelas violências que sofrem e usar de sua própria experiência para aconselhar e apoiar outras mulheres, fazendo por elas algo que foi tão importante em sua história e demorou a encontrar, rede de apoio.

Sobre esse título pejorativo de faxineira que recebeu ao longo do processo judicial com o ex-marido, Francisca nos propõe uma reflexão. *Quem sabe de tudo que acontece dentro de uma casa, mais até do que os moradores? A faxineira. Ela que tira o lixo, transita por todos os cômodos, limpa os pertences de todos os moradores, e eventualmente encontra objetos, documentos, que revelam alguma história.* Ao fazer essa reflexão, Francisca subverte a posição subalternizada que o título a convoca a ocupar. No entanto, sabe jogar esse jogo de relações de poder e performar o papel de invisibilidade a

ela designado. Como é invisível, os moradores ignoram a sua presença, seguros de que ela não relatará nada do que viu e ouviu. Acerca dessa questão, Paula Coatti Ferreira (2022) propõe o conceito de política de identidade de invisibilidade no qual a invisibilidade é entendida

como expressão de desprezo por parte daqueles que pertencem às categorias sociais mais abastadas, que detêm o poder político-econômico e social, com relação aos menos abastados ou excluídos, como se ignorassem sua existência, ou mesmo limitassem-na apenas à força de trabalho elementar, como uma máquina qualquer, um objeto de uso necessário para a vida cotidiana fluir (FERREIRA, 2022, p. 30).

A autora aponta que essa política de identidade tem a função de categorizar a população brasileira. Nessa categorização hierarquizada, a mulher migrante nordestina "é invisível por sua etnogenia, é invisível por seu gênero, é invisível por seu tipo de trabalho, é invisível por sua condição econômica" (FERREIRA, 2022, p. 49). Embora Francisca seja invisível aos olhos dos empregadores devido à ordem social posta, ela joga o jogo, se faz invisível para sobreviver, mas subverte essa relação de poder para si reconhecendo o seu valor, ainda que se mantenha submetida a ela no contexto social.

Além de ser invisível, Francisca sabe se moldar aos interesses de cada patrão/patroa. Por exemplo, quando questionada de qual lado estava, PT ou PL durante a polarização política vivenciada no país no período eleitoral para o cargo da presidência da república em 2022, respondia sempre sorrindo e com bom humor *eu sou o que você é. O que você é?* Ou quando interrogada sobre sua orientação sexual, sorri e responde, *ah, eu tenho 5 filhos*. O sorriso, o bom humor e a performance também são suas estratégias de sobrevivência. Ou seja, Francisca é muito astuta, sabe se camuflar e se proteger, responder evasivamente sem se comprometer. *Essas pessoas se conhecem, se eu comprar briga com algum, com certeza vou perder outros trabalhos*.

Francisca aprendeu a sorrir sempre, a não transparecer seus problemas para as outras pessoas. Essa estratégia tem dois motivos, não demonstrar suas fragilidades e, portanto, se preservar, quanto entender que ninguém tem culpa dos seus problemas e não deve ser responsabilizado por eles. Dessa forma, consegue ser um anteparo e proporcionar um ambiente saudável para os filhos, não demonstrando para eles seu sofrimento, cuidando assim, para 'que eles não sofram além do que eles próprios vivenciaram. Contudo, esse comportamento é ao mesmo tempo adaptativo e iatrogênico. Ela reconhece que ao silenciar, guarda para si e adocece, se considera uma pessoa

depressiva, embora não transpareça, tem diabetes altíssima (750mg/dL), o funcionamento de seu fígado é 30% devido ao estresse, além da doença dermatológica que não tem cura. Apesar disso, com sua estratégia de sorrir sempre, Francisca afirma ter melhorado em cerca de 80% sua qualidade de vida. Ou seja, o fato de sorrir não apaga os traumas das violências vivenciadas, as marcas que carrega em sua memória, em seu corpo e em sua saúde, mas é seu o combustível para viver, e não sobreviver apenas.

*Então é sobre isso. Eu acho que é nunca, nunca....A nossa briga nunca foi por dinheiro. Ou....Ou a vida financeira. Mas sempre foi por liberdade. Liberdade de não apanhar nunca mais. De dizer, bom dia e ninguém corrigir você. E você sorrir à vontade e ninguém dizer por que você está rindo? Sabe, eu acho que sempre foi sobre isso. Sempre foi sobre isso, liberdade.* Francisca nomeia a luta das mulheres, e a própria, como uma luta pela liberdade, se aproximando da interpretação feminista do termo que posiciona a liberdade na oposição à opressão de qualquer ordem. Heleieth Saffioti sinaliza o aspecto subjetivo do sentimento de liberdade ao contar a história de uma mulher que foi presa por matar o marido violento e na prisão disse a seus familiares que não se preocupassem com ela, pois foi na prisão que ela conheceu a liberdade. A autora reflete, "quanto deve haver sofrido esta mulher nas garras de seu marido para conhecer a liberdade na clausura!" (SAFFIOTI, 2015, p. 56). A filósofa Márcia Tiburi (2015)<sup>24</sup> define "liberdade como sendo o contrário do ressentimento. Ela não pode ser jogada fora porque ela nos livra justamente do peso do ressentimento. A liberdade é a porta que se abre na prática para um outro modo de ser tanto pessoal quando social" e essa definição se aproxima à experiência narrada por Francisca: *deu todo esse rolo. Mas hoje eu me sinto livre. Livre para sorrir.*

#### **4.2.6. Transformar uma experiência ruim num grande projeto**

*Tem uma história aí que eu nunca contei para ninguém, sempre tive vontade de contar, mas eu sempre tive medo do preconceito do povo.* É assim que Francisca inicia a narrativa sobre o relacionamento homoafetivo que teve na adolescência. Embora Francisca diga que nunca gostou de ninguém, *quando eu falo não gostar de ninguém, é gostar desses trastes, de valorizar, bater o meu coraçãozinho por eles*, mas confirma que gostou daquela moça. Essa história foi marcante na vida de Francisca não apenas pelas violências sofridas em decorrência dela e pelo *peso na consciência* que carrega. Mas possivelmente pela experiência prazerosa de gostar de alguém, e não é qualquer gostar, é

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-e-liberdade/>

a única pessoa que ela gostou na vida. Em outro momento Francisca diz, *não estou morta*, expressando o desejo de viver a sua sexualidade, assunto esse que foi barrado e ficou parado em sua juventude. Quando Francisca expressa esse desejo, projeta-o para o futuro, quando os filhos estiverem maiores e ela puder se dedicar a si. Porém, devido ao contato que manteve com Francisca durante a execução dessa pesquisa, soube que ela teve uma namorada. Considero que ao narrar a sua história, pôde relembrar, contar para mim e para todos que lerão essa dissertação algo que sempre teve vontade de contar, mas sempre teve medo. E ao entrar em contato com tudo isso, Francisca se permitiu viver algo que era muito importante para ela, sem precisar esperar que os filhos crescessem. Francisca pode ser mulher, com desejos próprios, além de ser mãe.

Na primeira entrevista, Francisca compartilha um sonho. Conta que joga na megasena, *eu jogo e jogo muuuuito*, pois tem um plano. *O dia que eu ganhar, vou fazer um feito que você não tem ideia. Sabe aquela casa planejada, grande?! É auxiliar e conciliar essas pessoas... e violência. Apoiar, dizer, olha... Já tenho até o formato (risos). Apoiar...apoiar esse tipo de pessoas. Esses seres humanos que são para os olhos de muitos, apenas uma mulher que procurou uma gravidez ou que queria ficar grávida. E não é bem assim. Ajudá-la. Muitas querem sair do problema, mas não pode mais. Muitas morrem ali no problema sem ter solução nem apoio. Trazer isso... transformar uma experiência ruim num grande projeto, sabe?! Pra alegrar pelo menos a vida de alguém.* O sonho de Francisca é transformar a sua experiência ruim em um grande projeto, montar uma casa grande, planejada para acolher mulheres que estejam em situação de violência, especialmente mulheres gestantes. Esse sonho é tão real que ela já tem o formato e o projeto todo arquitetado em sua cabeça, falta apenas a parte financeira que ela busca solucionar jogando frequentemente na loteria. É um sonho que vem da sua experiência ruim tanto por ter vivenciado as violências quanto pelos julgamentos recebido e pela falta de apoio, palavra repetida diversas vezes. Francisca sobreviveu e pretende usar sua experiência para transformar a vida de outras mulheres e assim ressignificar sua própria história.

Em nosso segundo encontro, traz ainda um outro sonho, o de escrever um livro, contando toda a sua história. Expondo nomes e sobrenomes, mas não para contar a história dos outros, e sim a sua própria. Desse modo, esses personagens que serão expostos, são apenas coadjuvantes e ela a protagonista. Noto uma mudança importante entre a posição de invisibilidade, de assujeitamento, de opressão narrada por Francisca

até então e a transformação para o papel de protagonista da própria história. Acredita que irá irritar muita gente com isso mas quer correr esse risco. Porém, sabendo do risco, pretende fazer isso apenas quando todos os filhos tiverem completado a maioridade. Finaliza nosso encontro dizendo *quando nós duas estivermos velhinhas e ricas, você me ajuda a escrever o livro?* Fico emocionada com o convite e respondo que talvez a gente possa ficar ricas com a venda do livro. Imediatamente penso na possibilidade da venda desse livro ser a forma de juntar os recursos financeiros que Francisca precisa para realizar seu outro sonho, o de ter uma casa para mulheres em situação de violência.

A narrativa de história de vida de Francisca termina aqui, mas se tudo der certo e seus sonhos se tornarem realidade, teremos notícias suas em breve.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele" (SAFFIOTI, 2015, p. 45).

Acredito verdadeiramente que fui escolhida pelo tema dessa pesquisa. As reflexões, os afetos, as ideias, os aprendizados e as trocas ao longo dos atendimentos realizados enquanto psicóloga e funcionária pública atuando na política de assistência social de média complexidade me conduziram por esse caminho.

E a história de vida de Francisca me escolheu, provocando reflexões e fomentando o desejo pela pesquisa acadêmica. Conhecer Francisca e ter a oportunidade de escutar a sua história foi extremamente importante para meu crescimento pessoal e profissional. A responsabilidade de narrar a história narrada por ela foi gigante, e o método de pesquisa feminista me amparou frente a esse desafio, permitindo que o texto apresentado tenha sido construído a 4 mãos. Foi muito gratificante emprestar meus ouvidos e mãos para que Francisca pudesse contar a sua história, utilizando sua própria voz.

É importante ressaltar que quando se estuda sobre mulheres, em algum momento irá se esbarrar no aspecto biológico da procriação. Geralmente esse encontro se dá de forma tão frequente, que falar sobre mulher é quase sinônimo de falar sobre maternidade, apesar dos discursos que tentam reposicionar a mulher em seu lugar de sujeita, como por exemplo o lema *Lugar de Mulher é onde ela quiser*. Podemos pensar que o subtexto presente aí é: lugar de mulher é onde ela quiser, desde que ela queira o lugar que foi designado a ela, sem mudar as estruturas. Um dado curioso é que parte significativa dos cuidados nomeados como saúde da mulher, são na verdade relativos à saúde materna, tanto que o dia 28 de maio é o dia internacional de Luta pela Saúde da Mulher e coincidentemente também é o dia nacional de redução da morte materna. São pautas da atenção em saúde da mulher a redução da mortalidade materna e o acesso ao aborto, este último tem como objetivo principal a diminuição da mortalidade materna e não o um direito sexual das mulheres.

Observamos ainda certa confusão entre maternidade e procriação. Devido ao corpo feminino cisgênero ser portador de útero, ele contém a possibilidade de procriar, mas como vimos, o que era uma possibilidade foi transformada em constrangimento, em dever, em destino. Na sequência aproximou-se procriar de matinar, a ponto de muitas

vezes serem tidos como sinônimos. O que se convencionou por maternar, é o conjunto de cuidados físicos, emocionais, cognitivos e ambientais dispensados a um bebê, podendo ser exercido por qualquer pessoa, porém, como sugere o próprio termo, esses cuidados foram designados às mães. E para fechar esse ciclo de confusões, da maternagem chegou-se ao amor materno. Contudo, vale insistir na desassociação entre os termos maternidade, procriação, feminilidade e amor materno, uma vez que eles não possuem nenhuma relação entre si além de uma convenção histórica e social. É possível parir e não maternar ou amar a prole, tanto quanto é possível amar e maternar sem parir. E ainda, procriar, maternar e amar são apenas algumas possibilidades dentre um leque muito mais amplo e complexo contemplado pela feminilidade.

Partindo das teorias críticas e das epistemologias feministas, foi possível aprender que a ciência não é neutra, imparcial, nem universal, mas o oposto. Ela é encarnada, o conhecimento é situado e portanto, atravessado por afetos e subjetividades. Tais características ao invés de desqualificar o método científico, o torna mais potente, comprometido ética e politicamente. A defesa da neutralidade e da imparcialidade servem, em grande parte das vezes, para esconder as opressões e os vises. São, portanto, características ficcionais, pois sempre estamos de algum lado, seja de forma consciente ou omissa. E quando não temos clareza da nossa posição, podemos estar do lado do opressor, endossando as opressões.

Embora os atos de violência ainda sejam encarados socialmente como extraordinários, nesse trabalho foram apresentados elementos que sustentam a violência como estrutura da sociedade brasileira e das relações sociais. Desse modo, o termo violência doméstica refere-se ao contexto das relações íntimas de afeto e não ao ambiente privado sobre o qual não cabe interferências. Isto é, tal como afirmado pelo movimento feminista, o privado é político. A violência doméstica contra as mulheres é, portanto, uma questão político-social cujos efeitos se manifestam no ambiente doméstico e requerem intervenções do Estado. Assim, há que se meter a colher. Vizinhos, amigos, familiares, profissionais e o Estado devem intervir. Toda e qualquer pessoa que se omite frente às violências contra as mulheres é cúmplice da violência.

Conforme abordado ao longo desse trabalho, as mulheres sofrem com o que nomeamos de violência epistêmica. Devido à organização social e científica que vem historicamente excluindo as mulheres da produção de conhecimento, menos crédito é

dado ao discurso delas. Do mesmo modo, a estruturação de valores e crenças são estabelecidas por homens e para homens, e portanto, a validação do que é considerado ou não violência, as implicações e consequências desta também partem desses valores. Esse viés, obviamente, compromete a nomeação das violências, e conseqüentemente a produção de hermenêutica nesse tema. Assim, apenas considerando os saberes, conhecimentos e discursos das mulheres, isto é, de quem sabe porque vivencia as violências e os desafios enfrentados em virtude destas que é possível transformar essa realidade. Faz-se necessário, portanto, incluir as mulheres na produção de conhecimento sobre temas específicos dessa população, assim como conferir crédito epistêmico a essas produções.

Quando se pensa a especificidade das mulheres-mães em situação de violência doméstica, há que se considerar uma série de outros fatores particulares dessa experiência para a compreensão adequada da situação, além da intersecção entre raça, classe, gênero, origem geográfica. Escassa é a produção de pesquisa sobre o tema da maternidade de mulheres em situação de violência doméstica tendo como foco as mulheres e não o desenvolvimento infantil. Esse dado mostra tanto que este tema é menos relevante no campo científico quanto que o conhecimento nesse assunto é incipiente pautado na conduta e interesse individual dos profissionais, estando, portanto, mais permeado por crenças e vieses subjetivos do que respaldados por conhecimentos científicos.

Nesta pesquisa, que visou quebrar o silêncio na produção científica sobre maternidade nas situações de violência doméstica, observamos que a presença de filhos deixa as mulheres ainda mais vulneráveis nas relações violentas. O término do relacionamento conjugal não significa necessariamente o fim da violência, especialmente quando se tem filhos dessa relação. Os dados apontam aumento das agressões por parte de ex-maridos/companheiros/namorados além de ser muito comum os ex utilizarem-se dos filhos para continuarem praticando violência contra as mulheres, seja de forma direta seja por meio da violência processual.

A partir do atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, foi possível observar que além do adoecimento causado pela exposição às violências e o desejo de ter uma vida sem violência, o afeto é um fator determinante para o rompimento com a situação de violência. É pela via afetiva que as mulheres chegam ao limite do que

é tolerável ou suportável. Nesse sentido, é frequente que as mulheres com filhos fiquem nas situações de violência doméstica por eles e também que saiam delas pelos filhos.

Outro fato interessante evidenciado por essa pesquisa é que quando as mulheres chegam aos serviços, elas acreditam que será o fim dos problemas, porém, nesse momento elas se deparam com uma série de outros processos e muitos deles dependem da participação ativa delas. Então, quando já tão fragilizadas pela vivência prolongada da violência conseguem reunir forças para iniciar a rota crítica, descobrem um longo caminho ainda a ser percorrido, e quando têm filhos, o caminho pode ser ainda mais longo, emocionalmente desgastante e burocrático. Ainda que contem com rede de apoio pessoal e institucional, muitas das ações devem ser feitas pelas próprias mulheres. Assim, mesmo amparadas, frequentemente sentem-se solitárias e exaustas pelas demandas que são impostas a elas num momento de grande fragilidade.

As políticas públicas estão estruturadas na centralidade familiar e este modelo é uma forma do Estado se eximir de parte da responsabilidade de proteção e cuidado social, compartilhando-a com o núcleo familiar. Contudo, sabendo que na divisão sexual do trabalho a tarefa de cuidado com os membros da família foi atribuída às mulheres, são elas as responsabilizadas e sobrecarregadas com as omissões do Estado. É importante também considerar que a violência é estruturante em nossa sociedade e portanto permeia as relações sociais, inclusive as relações familiares. E insistir que as famílias são essencialmente protetivas pode favorecer a perpetuação das violências, sejam elas intrafamiliares ou dificultando a saída das mulheres das situações de violência doméstica.

Desse modo, é necessário investimento em políticas públicas efetivas de proteção e enfrentamento às violências de gênero, implicando os agentes públicos e o Estado no rompimento da rota crítica da violência e não responsabilizar individualmente as mulheres agredidas, nem suas famílias. Assim como políticas públicas interseccionadas e que considerem a especificidade de cada mulher, especialmente quando possuem filhos, pois nesses casos uma série de outras demandas se impõem.

A psicologia social crítica tem papel fundamental na construção de políticas públicas eticamente comprometidas com a superação das violências de gênero. Além da responsabilidade de desfazer a articulação que ajudou a construir associando a feminilidade aos aspectos biológicos e aos imperativos de cuidado, procriação, maternagem.

Com base nos dados apresentados nesta dissertação, é possível observar que as denúncias de violência doméstica contra as mulheres têm aumentado. Além do aumento em números absolutos, na prática profissional alguns fenômenos se mostram interessantes. Mulheres idosas que vivem em relacionamentos violentos da vida toda, decidem romper com o ciclo da violência. Do mesmo modo, mulheres jovens e/ou com relacionamentos recentes reconhecem mais rapidamente e denunciam as violências sofridas. Ambas as situações evidenciam que conhecimento é poder, reforçando a importância das ações dos movimentos feministas e da rede de atendimento e proteção às mulheres na emancipação e educação delas, assim como da mídia na transmissão dessas informações. Apesar dos avanços, ainda há muito a se desenvolver quanto a mudança estrutural da violência de gênero em nosso país.

É importante lembrar que em diversas situações, os meios legais não irão garantir a proteção das mulheres. Por exemplo, mulheres que moram em regiões de forte interferência do tráfico de drogas não podem acionar a polícia, sob risco de sofrerem retaliações em seu território. Portanto, o investimento exclusivo na denúncia formal, sem considerar a especificidade de cada caso pode além de não proteger, deixar as mulheres em maior vulnerabilidade. Assim é necessário considerar as motivações que fazem as mulheres não denunciarem, sem culpabilizá-las. Os/as profissionais da rede de atendimento devem estar cientes e alertas a essas situações para pensar junto das mulheres em situação de violência as medidas possíveis para garantir a sua proteção integral, considerando os riscos e benefícios de cada intervenção.

Por fim, vale destacar que a exposição à violência doméstica durante a infância ou a vivência da violência doméstica durante os relacionamentos por si só não são determinantes para prejudicar o exercício da maternagem. Assim, nos valem do termo utilizado por Francisca para dizer que *por ventura*, isto é, por sorte, fortuitamente é possível ser boa mãe mesmo vivenciando violência doméstica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. L. D. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, C. P. NARRATIVAS DE HISTORIA DE VIDA E PROJETO DE FUTURO NO ESTUDO DO PROCESSO DE IDENTIDADE. **TEXTOS E DEBATES**, Boa Vista, v. 31, p. 33-41, jan/jun 2017.

ARAGAKI, S. S. et al. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, M. J. P., et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1ª edição. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. Cap. 3, p. 57-72.

ARRAZOLA, L. S. D. Ciência e crítica feminista. In: COSTA, A. A. A.; (ORG)., C. M. B. S. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 67-77.

ASTBURY, J. Gender and mental health. **Global Health Equity Initiative**, Harvard Center for Population and, 1999.

BADINTER, E. **Um amor conquistado - O amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, E. **Um amor conquistado - O amor materno**. São Paulo: Círculo do livro, 1988.

BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à Ciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, 2008.

BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, v. 1, 1987. p. 197-221.

BENJAMIN, W. **Origem do drama trágico alemão**. MG: Autêntica, 2011.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BIRULÉS, F. **Entreactos: en torno a la política, el feminismo y el pensamiento**. Buenos Aires / Madrid: Katz Editores, 2015.

BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia – 40 anos de compromisso com a elite. In: BOCK, A. M. B. **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 15-29.

BODELÓN, E. **Violencia institucional y violencia de género**. Anales de la Cátedra Francisco Suárez. Norteamérica, p. 48. ene. 2014.

BORGES, L. S. et al. Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas.. **Psicol. cienc. prof.**, v. 33, n. 3, 2013.

BRAMBILLA, B. B. As Famílias e o Mito da Vulnerabilidade Social nas Políticas Sociais. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, São Paulo, 2023.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Presidência da República**, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **MDS**, Brasília, 2009.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília. 2011.

BRASIL. **III Conferência Global sobre Trabalho Infantil: relatório final**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Organização Internacional do Trabalho (OIT). Brasília. 2014.

BRASIL. **Coronavírus**: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena [internet]. Brasília: [s.n.], 2020.

BRITO, L. M. Lei Maria da Penha: uma análise crítico-feminista de sua aplicação no Município de Caicó/RN. [S.l.]: [s.n.], 2019.

BROWN, L. S. **Feminist Therapy**. 2nd Edition. ed. Washington, DC: American Psychology Association, 2012.

BURR, V. **Social constructionism**. New York: London, Routledge, 2003.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B. P. V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, n. e020015, set 2020.

CFP, C. F. D. P. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05, 2005**. Psicologia, ética e direitos humanos.: [s.n.], 2005.

CFP, C. F. D. P. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Brasília: CFP, 2012.

CHAUÍ, M.; ITOKAZU, E. M.; CHAUI-BERLINCK, L. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CIGARINI, L. **La política del deseo. La diferencia femenina se hace historia**. Barcelona: Icaria, 1996.

COIMBRA, C. M. B. Violência do Estado e violência “doméstica”: o que têm em comum? In: \_\_\_\_\_ **Clínica e Política: subjetividade e violação de direitos humanos**. Rio de Janeiro: Tecorá, 2002.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. Familismo Na Política Social Brasileira E As Mulheres. **Rev. FSA**, Teresina, v. 9, n. 2, ago./dez. 2012.

D’AFFONSECA, S. M.; WILLIAMS, L. C. D. A. Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão de literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31 (2), p. 236-251, 2011.

DAS, V. **Vida e palavras: a vida e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DATAFOLHA; FBSP. **Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. 2ª. ed. [S.l.]: [s.n.], 2019.

DATAFOLHA; FBSP. **Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. 3ª. ed. [S.l.]: [s.n.], 2021.

DATAFOLHA; FBSP. **Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. 4ª. ed. [S.l.]: [s.n.], 2023.

DAUDER, S. G. Fertilizaciones Cruzadas entre la Psicología Social de la Ciencia y los Estudios Feministas de la Ciencia. **Athenea Digital**, v. núm 4, p. 109-150, otoño 2003. ISSN 1578/8-8946.

DEL PRIORE, M. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

DELAVI, M.; MORTELARO, P. K.; NASCIMENTO, V. L. V. Violência contra a mulher e o discurso midiático no jornal Folha de S. Paulo. In: SPINK, M. J., et al. **Covid-19: versões da pandemia nas mídias**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2021. p. 465-495.

DENEGA, A. M. O. et al. APRESENTAÇÃO: “ESTAMOS EM MOVIMENTO ATÉ QUE TODAS ESTEJAM LIVRES E VIVAS. In: ORGANIZADO POR ALESSA MONTALVÃO OLIVEIRA DENEGA, D. S. V. A. H. M. D. S.; AL., E. **Gênero na psicologia: transversalidades**. Salvador: CRP-03, 2020. p. 9-18.

DENEGA, A. M. O. et al. Estamos em movimento até que todas estejam livres e vivas. In: DENEGA, A. M. O., et al. **Gênero na psicologia: transversalidades**. Salvador: CRP-03, 2020.

DINIZ, N. M. F. et al. Aborto provocado e violência doméstica entre mulheres atendidas em uma maternidade pública de Salvador-BA. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 64 (6), p. 1010-5, nov-dez 2011.

DORLIN, E. **Autodefesa: uma filosofia da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ENNS, C. Z. **Feminist theories and feminist psychotherapies: Origins, themes and variations**. New York: Haworth Press, 2004.

FBSP. **Nota técnica. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. ed. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 2020.

FERREIRA, P. C. **Mulher Nordestina em São Paulo: Identidade-Metamorfose-Emancipação**. 1ª. ed. Curitiba: Appris Editora, 2022.

FREIRE, M. M. D. L. **Mulheres, mães e médicos. Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

FRICKER, M. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. New York: Oxford University Press, 2007.

FRIEDAN, B. **Mística feminina**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1971.

GARCÍA DAUDER, S. La teoría crítica feminista como correctivo epistémico en psicología. **Atlánticas - Revista Internacional de Estudios Feministas**, v. 4, n. 1, p. 117-150, 2019.

GARCIA, C. C. **Ovelhas na Névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

GARCIA, C. C. Ressonância: Reflexões sobre a psicologia feminista e a Psicologia Social. In: AL.], O. M. C. G. V. [. **Construindo uma psicologia social ético-política na transversalidade teórica**. São Paulo: EDUC : PIPEq, 2019. p. 169-179.

GIMENES, J. **Trabalhadoras na Rota Crítica da Violência: Experiências e Práticas de Construção da Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021.

GONZAGA, P. R. B. **Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador**. Salvador: Dissertação (Mestrado no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero, e Feminismo). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2015.

GONZAGA, P. R. B. OS HOMENS QUE ODIAVAM - ODEIAM - AS MULHERES: O ESCRUTÍNIO MORAL DAS MULHERES COMO MECANISMO DE ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GÊNERO MODERNO/COLONIAL. In: ORGANIZADO POR ALESSA MONTALVÃO OLIVEIRA DENEGA, D. S. V. A. H. M. D. S.; AL., E. **Gênero na psicologia: transversalidades**. Salvador: CRP-03, 2020. p. 31-45.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas (SP), v. 5, p. 07-41, 1995.

HARAWAY, D. J. **Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinvención de la naturaleza**. Madrid: Cátedra, 1995.

HARDING, S. Is There a Feminist Method? In: HARDING, S. **Feminism And Methodology**. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1987. p. 1-14.

HARDING, S. **Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives**. Buckingham: Open University Press, 1991.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

HERMAN, E. **The romance of American Psychology**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1995.

HOOKS, B. O movimento feminista para acabar com a violência. In: HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 175-193.

INESC, I. D. E. S. **Nota técnica: Análise do orçamento das políticas públicas para as mulheres - 2019 a 2021**. Brasília -DF. 2022.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Instituto Maria da Penha. **Instituto Maria da Penha**. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>>. Acesso em: 21 maio 2022.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Instituto Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/lei-maria-da-penha-na-integra-e-comentada.html>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Instituto Maria da Penha. **Instituto Maria da Penha**. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>>. Acesso em: 08 março 2022.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **O papel da arma de fogo na violência contra a mulher**. Instituto Sou da Paz. [S.l.]. 2021.

IPEA, I. D. P. E. A. **Nota Técnica: POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: AÇÕES PRESENTES, AUSENTES E RECOMENDADAS**. IPEA. Brasília. 2020.

KELLER, E. F. **Reflections on Gender and Science**. New Haven: Yale University Press, 1984.

KITZINGER, C. Resisting the Discipline. In: (ED.), E. B. **Feminists and Psychological Practice**. London: Sage, 1990. p. 119-134.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: SILVIA T.M. LANE, W. C. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 11-19.

LAURETIS, T. D. Sujetos Excéntricos. In: LAURETIS, T. D. **Diferencias: etapas de un camini a través del feminismo**. Madri: horas y HORAS, 2000. p. 111-152.

LAURETIS; TERESA. A tecnologia de gênero. In: (ORG.), H. B. D. H. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. Mal-estar na psicologia: a insurreição da subjetividade. **Rev. Mal-Estar Subj**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 9-26, set. 2002.

LIMA, A. M. et al. Epistemologias feministas e ciência psicológica: Notas para uma psicologia social crítica feminista. In: ORGANIZAÇÃO DE ANDRÉA MOREIRA LIMA, T. R. L. L. F. V. C. E. M. C. M. **Psicologia social crítica [recurso eletrônico]: tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso**. Porto Alegre: Abrapso, 2019. p. 52-70.

LOBÃO, M.; LEAL, D.; ZANELLO, V. GUARDA COMPARTILHADA A DESPEITO DO DESEJO DA MÃE: violência institucional contra as mulheres. In: BIRCHAL, A. D. S.; BERNARDES, B. P. (. **Pontes para a paz em casa: práticas e re-** Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2020. p. 41-58.

LORDE, A. As ferramentas do Senhor nunca derrubarão a casa-grande. In: LORDE, A. **Irmã Outsider**. 1. ed. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 135-139.

MAGALHÃES, B. M.; ZANELLO, V.; FERREIRA, I. F. R. Afetos e Emocionalidades em Mulheres que Sofreram Violência por Parceiro Íntimo. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, p. 22, 2023.

MARTÍN-BARÓ, I. LA FAMILIA, PUERTO Y CARCEL PARA LA MUJER SALVADOREÑA. **Revista de Psicología de El Salvador**, El Salvador, v. IX N° 137, p. 265-277, 1990.

MATHIEU, N.-C. **A anatomia política**. Salvador: EdUFBA, 2021.

MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. Democracia, instituição e articulação de categorias sociais. In: MAYORGA, C. ( . ). **Universidade cindida**: Universidade em conexão ensaios sobre democratização da Universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 46-70.

MEDEIROS, M. P. D.; ZANELLO, V. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 384-403, 2018.

MEYER, J. Pensamento feminista e psicologia social. In: GERGEN, M. M. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p. 129-147.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: norma técnica, Brasília (DF), n. 2ª, 2005.

MOMBAÇA, J. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Cadernos de Imaginação Política, Fundação Bial de São Paulo, 2016.

MONTERO, M. Un paradigma para la psicología social. Reflexiones desde el quehacer en América Latina. In: MONTERO, C. M. **Construcción y crítica de la psicología social**. Barcelona: Anthropos, 1994. p. 24-47.

MORAES, P. M. et al. Familismo e Política Social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 24, p. 802-818, 2020.

MORAWSKI, J. G. Impasse no pensamento feminista? In: (ED.), M. M. G. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p. 209-219.

MOREIRA, L. E. et al. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, n. e. 020014, julho 2020.

MURARO, L. Sobre la autoridad femenina. In: BIRULÉS, F. (. **Filosofía y género. Identidades femininas**. Pamplona: Pamiela, 1992. p. 51-63.

NUNES, É.; ZANELLO, V. Psicoterapia feminista: histórico e contribuições para a psicologia clínica brasileira. In: AL., O. C. A. (. **Psicologia clínica e contemporânea 4**. Brasília, DF: Techopolitik, 2019. p. 151-174.

NUTT, R. Feminist and contextual work. In: (ED.), M. H. **Handbook of couples therapy**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2005. p. 228-252.

OMS. Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência, Brasília: OMS/OPAS, 2012.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, P. D. S.; MEDEIROS, M.; SANTOS, W. S. A intergeracionalidade da violência na vida de mulheres agredidas por seus parceiros íntimos. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15(7), p. 1-9, 2022.

RIBEIRO, M. R. C. et al. Violência contra mulheres antes e durante o período gestacional: diferenças em taxas e perpetradores. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife, v. 20 (2), p. 503-513, abr-jun. 2020.

RICH, A. heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Rio Grande do Norte, v. n. 05, p. 17-44, 2010.

RICHWIN, I. F.; ZANELLO, V. “Desde casa, desde berço, desde sempre”: violência e mulheres em situação de rua”.. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 1-15, 2023. ISSN e77926.

RUIBAL, A. M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, v. 14, p. 111-138, Aug. 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas (SP), v. 12, p. 157-163, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAGOT, M. **Ruta Crítica de las Mujeres Afectadas por la Violencia Intrafamiliar en América Latina: Estudios de caso de diez países.** Organización Panamericana de La Salud (OPAS/OMS) Programa Mujer, Salud y Desarrollo. Washington. 2000.

SAGOT, M. A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos. In: MENEGHEL, S. N. (. **Rotas críticas:** Mulheres enfrentando a violência. São Leopoldo RS: Unisinos, v. 1, 2007. p. 23-50.

SANTINI, P. M.; WILLIAMS, L. C. D. A. Efeitos de procedimentos para maximizar o bem-estar e a competência parental em mulheres vitimizadas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33(4), p. 711-721, outubro-dezembro 2016.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, B. F. A. et al. Estudos de Gênero e Justiça: Fluxo da Violência contra a Mulher. **Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG)**, Belo Horizonte, Outubro 2020.

SILVA, J. G. E. et al. Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, p. 187-200, 2019. ISSN 2.

SILVEIRA, R. D. S.; NARDI, H. C.; SPINDLER, G. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, Recife - PE, v. 26(2), p. 323-334, 2014.

SPINK, M. J. P. Pesquisa no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19 (1), p. 7-14, jan/abr 2007.

TABET, P. Fertilité naturelle, reproduction forcée. In: MATHIEU, N.-C. **L'aeaisonnement des femmes:** essais en anthropologie des sexes. Paris: Éd. de l'ÉHESS "Cahiers de l'Homme", 1985. p. 61-146.

TAPIA, B. La Disciplina psicológica desde una perspectiva feminista. In: (EDS.), L. M. M. R. E. M. T. L. **Género, sociedad y cultura.** Puerto Rico: Publicaciones Gaviota, 2003. p. 94-109.

VEIGA, A. C. D.; ALVES, C. P. O relato de história de vida à luz do pensamento de Walter Benjamin: contribuições aos estudos de identidade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 31, p. 1-11, 2020.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERGÈS, F. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento Social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. E200033, Abril 2020.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília – DF. 2015.

WALKER, L. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WORELL, J.; JOHNSON, N. **Shaping the future of feminist psychology: education, research and practice**. Washington, DC: American Psychology Association, 1998.

ZANELLO, V. Dispositivo ,aterno e processos de subjetivação/; desafios para a Psicologia. In: ZANELLO, V.; PORTO, M. (. **Aborto e não desejo de maternidade(s): questões para a psicologia**. Brasília: CFP, 2016a. p. 121-140.

ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos. In: DIMENSTEIN, M., et al. **Condições de vida e saúde mental em assentamentos rurais**. São Paulo: Intermeios Cultural, 2016b. p. 223-246.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, V. Prefácio. In: ORGANIZADO POR ALESSA MONTALVÃO OLIVEIRA DENEGA, D. S. V. A. H. M. D. S.; AL., E. **Gênero na psicologia: transversalidades**. Denega, Darlane Silva Vieira Andrade, Helena Miranda dos Santos; et al.: CRP-03, 2020. p. 7-8.

## ANEXO I



Objetos apresentados por Francisca como algo que representam a maternidade para ela. Eles foram utilizado com cada um de seus filhos, sempre que possível na decoração dos berços.